

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARLON DA SILVA JARA

O TRABALHO DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO MERCADO DO SEXO

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MARLON DA SILVA JARA

**O TRABALHO DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO MERCADO DO
SEXO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Arseli kern.

PORTO ALEGRE, RS

2021

Ficha Catalográfica

J37t Jara, Marlon da Silva

O trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo
/ Marlon da Silva Jara. – 2021.

126p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Arseli Kern.

1. Trabalho. 2. Mulheres transexuais. 3. Travestis. 4. Mercado do
sexo. I. Kern, Francisco Arseli. II. Título.

MARLON DA SILVA JARA

**O TRABALHO DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO MERCADO DO
SEXO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Aprovado em 23 de abril de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Arseli Kern – Orientador
Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul - (PUCRS)

Prof. Dr. José Wesley Ferreira
Universidade Federal do Pampa - (UNIPAMPA)

Profa. Dr^a Patrícia Krieger Grossi
Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul - (PUCRS)

**PORTO ALEGRE-RS
2021**

Dedico este trabalho à minha mãe Janete e ao Welington, por sempre estarem ao meu lado me apoiando.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe/avó Elina (in memoriam), pelo carinho, cuidado e pelo exemplo de vida. Por me ensinar que o amor é maior que tudo.

Ao meu “velho e indivisível Avohai” – avô e pai – Ramão (in memoriam), pelo exemplo de vida, pelos conselhos e pelo companheirismo.

Ao meu vô Joel (in memoriam), pelo carinho nos poucos, porém intensos, momentos juntos.

Ao meu tio Dilson (in memoriam), pelo carinho e cuidado. Por me ensinar que a felicidade pode estar nas coisas simples da vida.

À minha tia Marcelina (in memoriam), pelo carinho, incentivo e suporte.

À minha mãe Janete, meu maior exemplo de vida, pelo amor, carinho e cuidado. Pela amizade, companheirismo e incentivo. Por preencher meus dias de beleza e de amor.

Ao meu companheiro Wellington Ruis, pelo incentivo e por todos os momentos compartilhados. Por transbordar e me contagiar com a sua empatia, sensibilidade e força.

Às minhas tias, Maria de Lourdes, Estela, Zulmira e Regina pelo amor, carinho e cuidado. Pelo suporte, pela paciência e pela maravilhosa companhia.

Aos meus tios João Ramão e José Pedro pelo carinho, cuidado e pela companhia.

À minha mãe Terezinha e ao meu pai Antonio pelo carinho, cuidado e pelos irmãos e irmãs mais maravilhosos do mundo.

À minha tia Vera pelo carinho, cuidado e pelos momentos sempre especiais.

Às minhas irmãs e irmãos Lisiane, Lidiane, Marcelo, Marcio, Lilian, Luciane, Luana, Lucele e Leonara pelo carinho, cuidado e por tornarem todos os momentos especiais.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, Calvin, Pamela, Vinicius, Mateus, Wagner, Sophia, Henzo e Valentini por iluminarem meus dias com seus sorrisos e sua inocência.

Ao meu cunhado Everaldo Flores pela amizade e pelo Henzo mais lindo do mundo.

À minha cunhada e amiga Vera Gomes, pelos momentos sempre especiais e pela Valentini mais linda do mundo.

À prima Fabiane e ao primo Baja, pela carinhosa acolhida em Porto Alegre.

À amiga Rochele Pedroso de Moraes, por acreditar em mim e me incentivar a buscar meu sonho de cursar o mestrado em Serviço Social.

Às minhas amigas Brunelli Moura e Manoela Martins, por me acolherem em suas casas na fase de seleção do mestrado.

Ao professor e orientador Francisco Arseli Kern por ter sido fundamental no processo construção e de finalização deste estudo. Pelas palavras de conforto nos momentos difíceis e por não me deixar desistir quando parecia impossível retomar.

Ao professor Giovani Antonio Scherer por todo o suporte nos primeiros meses de mestrado e pelas contribuições no início deste estudo. A forma como me acolheu em momentos em que eu duvidava de mim mesmo foi fundamental para minha permanência e êxito no curso.

Ao professor José Wesley, por aceitar compor a banca de avaliação deste estudo e pelas excelentes contribuições que foram fundamentais para a conclusão do estudo.

À professora Patrícia Krieger Grossi, por aceitar compor a banca de avaliação deste estudo e pelas maravilhosas contribuições, e, sobretudo pela inspiração como pessoa e como profissional.

Às e aos docentes do curso de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, em especial à Jane Cruz Prates, Gleny Guimarães, Beatriz Gershenson, Izete Pengo Bagolin, pela dedicação com a docência e pela contribuição para o meu processo de desenvolvimento acadêmico.

Às e aos colegas do curso de mestrado, em especial, Amanda Cabral, Alene Silva, Vanessa Pereira, Juliana Ribeiro, Paula Mrus, Claudiomiro Ramos, Fernanda Brenner, Marlui Tellier, Eliane Moreira, Cleide Ludwig, Laerge Thadeu, Jéssica Degrandi, Gisele Seimetz, Letícia Chimini e Vanelise Aloraldo.

À coordenação da Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) pelo suporte em todas as etapas do processo de formação.

À secretária do PPGSS da PUCRS, Andrea Kuttner pelo excelente trabalho realizado.

Ao CNPq, pois, o presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”.

Eduardo Galeano

RESUMO

As realidades de mulheres transexuais e de travestis no Brasil tem sido de muita violência. Por anos consecutivos o Brasil é o país que mais mata mulheres transexuais e travestis em todo o mundo. Neste sentido, o presente estudo buscou compreender como vem se constituindo as produções bibliográficas do Serviço Social nos últimos cinco anos no Brasil sobre as mulheres transexuais e travestis que realizam trabalho sexual no mercado do sexo. Teve como objetivo geral analisar as produções bibliográficas sobre as relações de trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo a fim de contribuir com subsídios teóricos na perspectiva do acesso a direitos para este segmento populacional. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica que faz um levantamento sobre as principais produções realizadas com este foco nos últimos cinco anos. O universo da pesquisa compreendeu estudos realizados sobre mulheres transexuais e travestis que realizam trabalho no mercado no sexo no Brasil. O levantamento das obras foi realizado nas principais revistas da área do Serviço Social, como Serviço Social e Sociedade, Textos & Contextos e Katálysis, e também no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Foram utilizados os descritores: mulheres, travestis; transexuais; mercado do sexo para seleção das obras que comporiam o corpus de análise. A amostra foi composta pelo total de 12 produções, sendo 2 teses, 8 dissertações e 2 artigos. A análise dos dados da pesquisa foi realizada a partir da análise de conteúdo (Bardin, 1977), pois essa técnica vai ao encontro do método dialético-crítico, intentando assim, conhecer os aspectos complexos das bibliografias. Constatamos que as produções bibliográficas do Serviço social vêm demonstrando a realidade vivenciada por mulheres transexuais e travestis no Brasil, na qual estas têm suas vivências atravessadas por múltiplas expressões da questão social. O preconceito, como uma dessas expressões da questão social, é central nessas vivências, pois está presente desde os primeiros anos de suas vidas quando passam a questionar o gênero que foi atribuído no seu nascimento, determinando violências na família e na escola. Essas violências sofridas na família e na escola desencadeiam outras violências como a situação de rua, o bullying e a não inserção no mercado de trabalho formal, e são potencializadas pelo preconceito/transfobia. Isso faz com que o trabalho sexual no mercado do sexo seja uma das poucas alternativas para garantir o seu sustento. O trabalho sexual no mercado do sexo expõe as mulheres transexuais e as travestis a outras violências como o financiamento de adequações corporais por cafetões e cafetinas desencadeando relações de servidão determinando o seu endividamento e o aumento da sua exploração no trabalho que realizam. A ideologia burguesa, ao prescrever modelos ideias de homem e de mulher determinados pelo genital, reproduz transfobia fazendo com que as mulheres transexuais e as travestis fiquem mais vulneráveis a violências físicas e psicológicas no mercado do sexo.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho; Mulheres transexuais; Travestis; Mercado do sexo.

ABSTRACT

The realities of transsexual women and transvestites in Brazil have been one of violence. For consecutive years, Brazil is the country that kills the most transsexual and transvestite women in the world. In this sense, the present study sought to understand how the bibliographic productions of Social Work in the last five years in Brazil have been constituted about transsexual women and transvestites who perform sex work in the sex market. Its general objective was to analyze the bibliographical productions about the work relationships of transsexual and transvestite women in the sex market in order to contribute with theoretical subsidies in the perspective of access to rights for this population segment. This is a bibliographical research that surveys the main productions carried out with this focus in the last five years. The research universe included studies carried out on transsexual women and transvestites who work in the sex market in Brazil. The survey of the works was carried out in the main magazines in the area of Social Work, such as *Social Work and Society*, *Texts & Contexts* and *Katálysis*, and also in the Capes Theses and Dissertations Catalog and in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The following descriptors were used: women, transvestites; transsexuals; sex market for the selection of works that would compose the corpus of analysis. The sample consisted of a total of 12 productions, 2 theses, 8 dissertations and 2 articles. The analysis of the research data was carried out based on content analysis (Bardin, 1977), as this technique meets the dialectical-critical method, thus trying to get to know the complex aspects of bibliographies. We found that the bibliographic productions of Social Work have demonstrated the reality experienced by transsexual and transvestite women in Brazil, in which they have their experiences crossed by multiple expressions of the social issue. Prejudice, as one of these expressions of the social issue, is central to these experiences, as it is present from the first years of their lives, when they begin to question the gender that was assigned at birth, determining violence in the family and at school. This violence suffered in the family and at school triggers other types of violence such as homelessness, bullying and non-insertion in the formal labor market, and are potentiated by prejudice/transphobia. This makes sex work in the sex market one of the few alternatives to guarantee their livelihood. Sex work in the sex market exposes transsexual women and transvestites to other forms of violence such as the financing of bodily adjustments by pimps and cafetinas, triggering bonded relationships, determining their indebtedness and increasing their exploitation in the work they perform. The bourgeois ideology, by prescribing ideal models of men and women determined by the genital, reproduces transphobia, making transsexual women and transvestites more vulnerable to physical and psychological violence in the sex market.

KEYWORDS: Work; Transsexual women; Transvestites; Sex market.

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CID - Classificação Internacional de Doenças

IBCT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexual, Assexual ou Aliados e inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero

PNE - Plano Nacional de Educação

TGEU - TransgenderEurope

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRABALHO, DESEMPREGO E PRECONCEITO	25
2.1 Trabalho e as transformações no mundo do trabalho	26
2.2 Trabalho, exploração e desemprego	32
2.3 Determinantes sócio-históricos do preconceito e do patriarcado	37
3 GÊNERO, PATRIARCADO E TRANSFOBIA.....	51
3.1 Gênero, mulheres transexuais e travestis	51
3.2 Vivências, desemprego e preconceito	56
3.3 Processo de trabalho no mercado do sexo	63
4 OS RESULTADOS DO ESTUDO	75
4.1 Apresentação das bibliografias que compõe o estudo	75
4.2 As múltiplas expressões da Questão Social vivenciadas pelas mulheres transexuais e pelas travestis	80
4.3 A múltiplas expressões da Questão Social nas relações de trabalho das mulheres transexuais e das travestis no mercado do sexo.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICE I.....	126

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade dividida em classes, os processos sociais que visam legitimar a propriedade privada da riqueza socialmente produzida acentuam a exclusão de diferentes segmentos populacionais em diferentes espaços sociais. Dentre estes está o segmento populacional composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queers, intersexuais, assexuais e demais (LGBTQTIA+) que tem suas vivências atravessadas por processos sociais produzidos no conflito entre o capital e o trabalho, que, com o avanço do conservadorismo em amplos setores da sociedade, tem rebatimentos em suas vivências.

Os meios de comunicação e de informação relatam violações de direitos e violências que LGBTQTIA+ tem sofrido no cotidiano de suas vidas. LGBTQTIA+ de diferentes idades são vítimas de violências por não se encaixarem no padrão heteronormativo, enquanto padrão tido como socialmente aceitável. Estas violências se manifestam de diversas formas e são praticadas nos diferentes espaços sociais em que vivem, podendo, inicialmente acontecerem dentro de casa praticadas por familiares. Podem seguir acontecendo na escola praticadas por professores e colegas de classe. E, posteriormente, quando se inserem no mundo do trabalho, praticada por chefes, colegas de trabalho, clientes etc.

Dentre os LGBTQTIA+, informam os meios de comunicação, as mulheres transexuais e as travestis são as que mais sofrem violências no Brasil. Considerando que estas violências podem iniciar na família, quando muitas sofrem violência psicológica, violências físicas e/ou são expulsas de casa, quando passam a frequentar a escola podem sofrer bullyings fazendo com que evadam da escola, impactando significativamente no lugar que ocuparão no mundo do trabalho, quando precisarão manter sua subsistência.

Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, informam que apenas 4% das mulheres trans tem acesso ao mercado de trabalho formal. No que se refere ao amplo e heterogêneo segmento LGBTQTIA+, as mulheres transexuais e as travestis tem suas vivências condicionadas e/ou determinadas pelos processos sociais produzidos na sociedade capitalista, onde a não inserção no mercado de trabalho acentua e agrava as vulnerabilidades a que este segmento populacional é exposto no cotidiano de suas vidas.

Segundo dados da organização não-governamental Transgender Europe - TGEU (FEDORKO & BERREDO, 2017) o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, reportando 689 assassinatos no período de 2008 a 2014, ficando o México em segundo lugar com 194 assassinatos no mesmo período. Contraditoriamente a este dado, segundo informações cedidas pelo site de material pornográfico Redtube, o Brasil é o país que mais consome material pornográfico produzido com pessoas trans.

Considerando a pouca inserção de mulheres trans no mercado formal de trabalho, questionamos quais atividades realizam grande parte dessas mulheres para garantir a manutenção de suas vidas no mundo do trabalho. Estudos demonstram que mulheres trans, em sua maioria, realizam atividades nas áreas de estética/embelezamento, artes e realizam trabalho sexual no mercado do sexo. Considerando a dimensão espacial e a diversidade cultural do nosso país, atentamos para o fato de que o lugar que estas mulheres se inserem no mundo do trabalho pode variar de uma região para outra dentro do país a depender das diferentes características dadas pela formação sócio-histórica de cada região.

A formação sócio-histórica do Brasil impactou relações no modo pelo qual o capitalismo se consolidou no país e, conseqüentemente na forma como as diversas expressões da questão social se expressam nas vidas dos brasileiros e brasileiras. Os valores conservadores, produzidos no campo da cultura, presentes na sociabilidade brasileira, que visam legitimar o modo de produção capitalista, perpassam as vivências destas mulheres determinando a invisibilidade, violações de direitos e violências que perpassam suas histórias de vida.

O objetivo deste estudo foi conhecer como vem se constituindo as produções bibliográficas do serviço social no que diz respeito às relações de trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo, entretanto, este estudo foi pensado e planejado inicialmente para ser um estudo de campo, a fim de analisar como vinha se constituindo as relações de trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo na região de fronteira do Brasil com a Argentina. No entanto, após o diretor-geral da OMS vir a público no dia 11 de março de 2020, informar que a epidemia de um vírus, até então desconhecido, nomeado cientificamente de Sars-covid-2, surgida na cidade de Wuhan na China, havia

tomado proporções de pandemia após ter se espalhado por 114 países, infectando 118 mil pessoas e levando a 4.291 óbitos.

Alison Mascaro (2020) afirma, “não se pode limitar a pandemia do coronavírus às chaves de explicações biológicas ou da natureza. Trata-se de uma crise eminentemente social e histórica”, pois a crise tomou proporções cruéis em vários países, como na Itália, onde podemos acompanhar nos canais de comunicação, caminhões do exército carregando mortos, devido ao fato do sistema funerário da cidade não suportar o grande número de mortos vítimas do novo coronavírus. Esta face cruel da pandemia tomou proporções de barbárie no Brasil, revelada a postura de negação dos riscos do novo coronavírus pela da autoridade máxima do país, o presidente da república. A postura negacionista e a decorrente falta de ações por parte do governo federal impactaram na forma como o coronavírus passou a ser tratado por governadores, prefeitos e por grande parte da população do país que encontrava no presidente respaldo para uma postura também negacionista dos riscos eminentes que resultou em 13.834.342 casos e totalizando 369.024 mortes até o dia 16/04 de 2021.

Neste contexto deflagrado pela crise sanitária e social, cuja orientação era, a quem pudesse, fazer isolamento social total, procurando ter o mínimo de contato com outras pessoas para evitar a propagação do vírus, tínhamos que realizar a pesquisa de campo. Portanto, este contexto impossibilitou que a pesquisa de campo pudesse ser executada, pois primamos pelas orientações da OMS quanto ao isolamento social, priorizando nossa saúde, a saúde de nossas famílias e sobretudo a saúde das mulheres trans que seriam convidadas a participar deste estudo. Sendo assim, decidimos nos ater às produções bibliográficas produzidas no serviço social, constituindo este estudo bibliográfico.

O presente estudo está organizado trazendo, inicialmente, o capítulo 1 constando a introdução que visa situar a temática na realidade brasileira, apresentando sua relevância para a sociedade, sendo finalizada discorrendo sobre o caminho metodológico percorrido pelo estudo.

No capítulo 2 abordamos o trabalho, o desemprego e a preconceito, enquanto categorias centrais do estudo que permitiram a análise pormenorizada do tema.

No capítulo 2 abordamos o gênero, o patriarcado e a transfobia, buscando demonstrar como o desemprego e o patriarcado se particularizam na vida de mulheres transexuais e das travestis na sociedade brasileira.

No capítulo 3, apresentamos os resultados do estudo, buscando compreender como vem se constituindo as produções bibliográficas do Serviço Social no que diz respeito as relações de trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo, tendo em vista o objetivo do estudo e a relevância deste para as mulheres transexuais, as travestis e para a sociedade. Seguem na sequencia as considerações provisórias, as referências utilizadas na produção do estudo e o apêndice: instrumento de coleta de dados.

Urge pensar as violências a que estão submetidas os LGBTTTQIA+ no Brasil, sobretudo as mulheres transexuais e as travestis, sendo este o país que mais mata pessoas trans no mundo (TGEU, 2018) e ao mesmo tempo o país que mais consome material pornográfico produzido com mulheres trans¹. O artigo 5º da constituição federal referindo-se aos Direitos e Garantias Fundamentais, declara “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade²”. Porém, contrastando com a igualdade formal da norma, a realidade mostra que esta igualdade não é objetivada quando muitas mulheres transexuais e travestis tem seu direito à liberdade, à igualdade e a propriedade negados em uma sociabilidade que não oferece o mínimo de segurança, empurrando-as para a morte e violando, assim, também, o seu direito à vida.

Conhecer como vem se constituindo as produções bibliográficas do Serviço Social sobre o trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo é necessário quando a realidade mostra que apenas 4% de pessoas trans tem acesso ao mercado de trabalho formal no Brasil (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2019), porém, considerando a sociedade machista e patriarcal do país, a manutenção destes trabalhos ocorre não livre de transfobia. Segundo dados da ONG Transgender Europe – TGEU (FEDORKO& BERREDO, 2017), os altos índices de violência contra

¹ Informações cedidas pelo site pornô Redtube.

² Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

a população trans estão diretamente ligados à vulnerabilidade a que estão expostas quando realizam trabalhos no mercado do sexo.

Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA informam que 90% das mulheres trans de todo o Brasil já precisou recorrer ao trabalho na prostituição alguma vez na vida, como forma de conseguir dinheiro para se alimentar, beber, vestir e morar, ou seja, para garantir o mínimo necessário para a sua existência. Com as frequentes crises do capital, os trabalhadores e trabalhadoras são os primeiros a serem afetados com as mudanças que visam diminuir os impactos da crise no processo de acumulação do capital. Com isso, um grande número de trabalhadores/as sofre com essas mudanças, e dentre eles, as mulheres trans.

Em tempos de crise do capital, conforme aponta Antunes (1999), no qual o neoliberalismo³ é uma de suas respostas, ocorre também a reestruturação produtiva⁴ causando grandes transformações no mundo do trabalho. Entre estas mutações está o desemprego estrutural conformando um grande número de trabalhadores desempregados, trabalhadores em situações precárias e trabalhadores sem perspectiva de se inserir no mercado de trabalho, podendo viver em uma situação de degradação ao passo em que é priorizada a produção de mercadorias e a valorização do capital (ANTUNES, 1999).

Segundo Antunes (1999), há um perfil de trabalhador demandado para a reprodução do capital, e em decorrência disso há a formação de uma “grande massa de desempregados que vivenciam a falta de emprego através da rejeição social”, onde podemos localizar muitas mulheres transexuais e travestis. Com dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, muitas precisam recorrer à realização de atividades informais como forma de garantir sua existência. Segundo Oliveira et al (2018), o limitado mercado de trabalho para pessoas trans resume-se em atividades de estética, arte e na prostituição.

³ Doutrina econômica utilizada no capitalismo que pressupõe a privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza (Netto, 2003)

⁴ Compreender as mudanças estruturais no mercado de trabalho e na própria estrutura das qualificações profissionais, com embatimentos decisivos nas políticas educacionais e demandas formuladas à escola (Alves, 2009).

Notadamente, a dinâmica social configura a violência estrutural a que estão submetidas estas mulheres, pois, os processos sociais⁵ vivenciados são produzidos pela dinâmica de acumulação capitalista. Segundo Silva (2005, p.03) “a violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica, por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura). Segundo a União Nacional LGBT, a expectativa de vida de pessoas trans⁶ é de 35 anos contrastando com a expectativa de vida da população em geral que é de 75,5 ano (IBGE, 2016).

Dados do Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2018), da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA mostram que em 2018, cento e sessenta e oito (168) pessoas trans foram assassinadas no Brasil. No ano de 2019, de primeiro de janeiro de 2019 até 31 de dezembro foram assassinadas cento e vinte e quatro (124) pessoas trans no Brasil, sendo vinte e um (21) destes assassinatos no estado de São Paulo e onze (11) no Ceará. Levando em consideração os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a diferença na população do estado do Ceará estimada em 9.075.649⁷ em 2018, e o Estado de São Paulo com população estimada em 45.538.936⁸ (IBGE, 2018), nos mostra como essas violências podem ter aspectos diversos na forma como se materializam dependendo de características econômicas, culturais e sociais de cada região do país.

Diante da difícil e mortal realidade em que vivem as mulheres transexuais e as travestis no Brasil, com suas vivências atravessadas por violações de direitos e violências das mais diversas ordens que acabam muitas vezes com suas vidas, vemos como necessário conhecer os mais distintos âmbitos das vidas destas mulheres. Este é o intento deste trabalho, conhecer como vem se constituindo a

⁵Segundo Turck (2008), os processos sociais são produzidos nas relações de produção capitalistas e se expressam em situações de desemprego, pobreza, violência, preconceitos, etc.

⁶ Pessoas Trans compreendem mulheres transexuais, homens transexuais e as travestis.

⁷ Estimativas da População Residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2018. Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE – Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS.

⁸ Estimativas da População Residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2018. Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE – Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS.

produção bibliográfica do Serviço Social sobre o trabalho destas mulheres no mercado do sexo a fim de fornecer subsídios teóricos que possam contribuir para a denúncia das violências que sofrem e com a formulação de políticas públicas que venham atender este segmento.

Diante das violações de direitos e violências a que estão expostas as mulheres transexuais e as travestis no Brasil, e o expressivo número de assassinatos, é de suma importância analisar o quanto a produção científica no país vem abordando este seguimento populacional, tendo em vista estudos que aprimoraram a produção científica e subsidiam denúncias de violações de direitos e violências, contribuindo com a formulação de políticas públicas que visam coibir violências contra estas mulheres.

Portanto, pensar o papel do Serviço Social dentro das Ciências Sociais e a produção científica sobre LGBTTTQIA+, sobretudo sobre as pessoas trans, tendo em vista a situação destas no país, nos remete a pensar nos princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social, em especial no princípio 5º, no qual lê-se “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;”. E embora o tema da diversidade sexual e de gênero sejam recentes nas produções em Serviço Social, o mesmo não acontece nos atendimentos em diversos espaços sócio-ocupacionais onde atuam assistentes sociais. Usuários LGBTTTQIA+ necessitam de acesso as mais diversas políticas e os profissionais que atendem estas políticas devem estar preparados para um atendimento sem discriminação e preconceito para garantir o acesso a direitos consubstanciados por estas políticas.

Neste sentido, a inclinação pessoal pela produção deste estudo nasceu da inserção do pesquisador, homem cisgênero, negro, gay e pobre que vivenciou vários processos sociais em sua trajetória de vida referente a estes marcadores sociais. No campo de estágio, em virtude da realização do estágio supervisionado em Serviço Social no movimento social *Girassol, Amigos na Diversidade*, pode conhecer muitos LGBTTTQIA+ e conhecer um pouco de suas vivências e pode inferir que há diferença na realidade destes para a realidade dos LGBTTTQIA+ que conhecera na Universidade e em outros espaços sociais que frequentara.

Alguns dos atendimentos realizados pelo Serviço Social junto ao movimento social eram de mulheres transexuais e as travestis expulsas de casa quando seus pais descobriam, ou quando estas assumiam a sua identidade social. A inferência realizada nos cadastros dos LGBTTTQIA+ atendidos pelo movimento, à época, constatou que a maioria das mulheres trans não tinha o ensino médio completo, o que dificultava o acesso ao mercado de trabalho formal.

Com base nas informações obtidas nestes cadastros, verificou-se que as situações de discriminação e preconceito se acentuam na fase entre a infância e a adolescência, momento em que as mulheres transexuais e as travestis passavam por mudanças físicas oriundas da puberdade aliadas aos desejos de vivenciar suas sexualidades e passam a questionar os padrões de gênero e sexualidade quando viam que seus interesses não estavam alinhados aos padrões heteronormativos socialmente aceitos. Este questionamento da heteronormatividade, além dos casos de expulsão de casa, também fazia com que a trajetória escolar destas mulheres fosse crivada de bullyings em razão do preconceito e da discriminação, fazendo com que a maioria abandonasse a escola sem a sua conclusão.

Poucas eram aquelas que conseguiram concluir o ensino médio, e destas quase nenhuma conseguia se inserir no mercado formal de trabalho, tendo de recorrer muitas vezes ao mercado informal de trabalho. Pode ser constatado também o não acesso a outras políticas públicas, como os serviços de saúde, em virtude do preconceito e discriminação que muitas mulheres sofriam por não ter seu nome social respeitado pelos profissionais.

Neste sentido, a implicação pessoal nasce com a atuação profissional de um homem negro, gay e pobre no Setor de Serviço Social no Movimento Social *Girassol, Amigos na Diversidade*, que resultou nos primeiros questionamentos da forma como o preconceito, as discriminações, as violações de direitos e violências perpassam as vivências de mulheres transexuais e travestis e sobre a forma como isto está sendo abordado teoricamente pelas produções no âmbito do serviço social.

A grande e central contribuição de Marx para a filosofia, e da qual direta ou indiretamente vai derivar todo o conjunto de sua obra teórica, foi certamente o seu método, o método dialético materialista. Nisto, acredito, estamos todos de acordo. Os marxistas pelo menos (CAIO PRADO JR., 1973, p. 04).

Marxistas ou não marxistas, diversas áreas das ciências sociais e ciências sociais não podem negar a contribuição de Marx para estas ciências quanto ao método utilizado por ele para o estudo da sociedade burguesa, o método materialista histórico dialético. O método dá sustentação à elaboração da metodologia crítica como referencial para análise da forma como se dão as relações sociais no modo de produção capitalista (NETTO, 2011).

Embora Marx não tenha desenvolvido sistematicamente o método utilizado, pois, limitou a aplica-lo, a maneira como utilizou em sua análises permitiu conhecer em linhas gerais e fundamentais seus procedimentos metodológicos, compreendidos na concepção de três etapas, onde uma delas analisa as relações de estrutura e superestrutura configurando a historicidade, a segunda referindo as expressões das relações sociais do modo de produção capitalista, a contradição e por último e não menos importante a categoria que irá compreender todo o complexo que compõe as generalizações e particularidades das relações, ou seja, a totalidade.

A história da produção material é vista como ponto inicial para o descobrimento da constituição de sujeitos, fenômenos e organizações. A partir da superação da leitura apenas cronológica dos acontecimentos, parte-se de fatos significativos para ver como sujeitos fenômenos e organizações se conformam objetiva e subjetivamente em contextos diversos, sociais, econômicos, políticos e simbólicos (PRATES, 2004). Conforma-se assim o movimento da história como processo em curso, provisório, que logo será superado, iniciando outro processo. Prates (2004) afirma que essa finitude causada pela superação dos processos e início de outros, não ocorre somente com sujeitos e fenômenos, mas também com estruturas, por isso as totalizações são sempre provisórias no processo de construção do conhecimento. Segundo a autora, não é possível dicotomizar as categorias do método, separando historicidade e totalidade por exemplo, pois estas são profundamente imbricadas (PRATES, 2004).

Partimos do princípio de que existe uma situação sócio-histórica particular em que se desenvolvem as relações de gênero no Brasil, e que está relacionada com a formação sócio-histórica do país. Historicamente, no Brasil, as relações de gênero serviram a manutenção do regime colonialista e do regime escravocrata. A inserção do capitalismo no Brasil, alinhando ao modo de produção europeu, não visou superar as relações de atraso dos antigos regimes, mas se uniu a elas para sua

consolidação (SANTOS, 2012). Estas relações cumprem até hoje um papel de manutenção da sociedade capitalista, sobretudo na atual retomada neoliberal e avanço do conservadorismo.

Ao analisar o movimento de constituição de sujeitos, fenômenos e organizações, notamos que essa transformação, a passagem de estado para outro ocorre na negação de um estado, uma etapa, uma necessidade dando início à reação oposta, ou seja, a negação da negação. Segundo Prates (2004), a contradição se configura o motor do movimento, mas não por isso configura a categoria mais importante do método materialista histórico e dialético, pois de nada serviria um motor sem o restante que forma a máquina (totalidade), assim como de nada serviria um coração sem o restante do corpo (PRATES, 2004). Para Triviños (1987, p.69) “a contradição é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos”.

Prates (2004) assevera o movimento da contradição dialética como destruição e continuidade ao mesmo tempo, como oposição que inclui. Segundo Triviños (1987, p. 69) “nos faz saber qual a relação entre o antigo e o novo no processo de desenvolvimento dos fenômenos”.

A totalidade compreende todo o complexo que compõe generalizações e particularidades presentes nas relações (NETTO, 2011). É mais do que a junção de fatores diversos, é a interconexão dos diversos que conformam o processo de constituição dos fenômenos, que ao se interconectar mudam o sentido da parte e do todo. A totalidade é reconhecer o universal no particular e vice-versa. A parte mais ampla e menor parte que são separadas para melhor serem explicadas. Segundo Prates (2004), a totalidade compreende também a práxis enquanto prática concreta resultante da articulação entre teoria e prática. Neste sentido, buscamos compreender a totalidade do trabalho de mulheres trans com seus múltiplos determinantes que resultam de totalidades mais amplas dadas pelo sócio metabolismo do capital. Segundo Netto,

Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso” (NETTO, 2011, p. 57-58).

Para Lukács, a “totalidade é um complexo constituído de complexos subordinados” (LUKÁCS, 1979, p. 39), onde, segundo Netto (2011), cada parte deste complexo constitui-se num outro complexo que se articula ao demais por meio de múltiplas mediações.

A mediação é necessária quando da apreensão do movimento real e quanto ao pensamento, pois procura o fenômeno na articulação de relações com os demais fenômenos e em totalidades parciais ou universais.

A categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto a reflexiva. É ontológica porque “é uma categoria objetiva, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito” (Lukács, in Pontes: 1995:2) intelectual, porque a razão, para ultrapassar o plano da imediaticidade (aparência), em busca da essência, tem que construir intelectivamente mediações, para reconstruir o próprio movimento do objeto. (CURY, 1986, p.43).

Segundo Pontes (1995), a apreensão pelo pensamento, do modo de ser de um complexo na totalidade demanda a compreensão da relação da tríade singular-universal-particular. Ou seja, ao observar o trabalho das mulheres trans no mercado do sexo, devemos analisar este fenômeno em sua forma singular, onde, segundo Pontes (1995), “parece não se conectar e tem um sentido em si próprias”. Através da racionalidade, compreende-se que é a realidade determinada por condições que são dadas por um fenômeno que é universalidade, e que se materializa na vida destas mulheres como particularidade. De acordo com Lukács (1978, p. 88, apud Pontes (1995, p. 10), a particularidade se constitui um campo de mediações. Pontes assevera,

a totalidade e seus complexos dinâmicos estão submetidos a uma dada *legalidade*, que resultou da própria *processualidades* destes, e que embora tenha caráter de *universalidade* para o ser social, particulariza-se em cada complexo. Aí reside uma chave heurística para compreender o processo de conhecimento da realidade. A universalidade, que é o plano em que residem as grandes determinações e *leis* de uma dada formação social, mas que no plano da imediaticidade o que se nos aparece são os aspectos singulares da vida cotidiana e dos fatos, despidos condicionamentos da legalidade social (PONTES, 1995, p. 09).

As determinações dadas pelo modo de produção capitalista aparecem como aspectos singulares na vida cotidiana conforme aponta o autor, assim, a apreensão

pela racionalidade busca descobrir aspectos escondidos pela imediaticidade. Segundo Pontes (1995, p. 10) “neste *campo de mediações* que os fatos singulares se vitalizam com as grandes leis da universalidade, e a universalidade se embebe da realidade do singular”. As mediações são fundamentais para as teorias, pois tornam-se guias para as ações, nos termos de Cury (1986, p.44) “sem as mediações, as teorias se tornam vazias e inertes, e, sem as teorias, as mediações se tornam cegas ou caolhas.” Neste sentido, as categorias do método nos auxiliam a não cair em uma explicitação esquemática e empobrecedora, e através do seu dinamismo, permitem capturar a realidade não como uma foto, mas como um filme, em movimento.

O presente estudo caracterizado como exploratório bibliográfico buscou proporcionar maior familiaridade com o problema pesquisado, pois seu desenvolvimento parte de materiais já elaborados (GIL, 2008). Segundo Gil (2004), o pesquisador dispõe de um amplo alcance de informações sobre o objeto de estudo, além da utilização de dados em diferentes publicações. Estudos desta natureza

propõe tanto “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” buscando problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros, quanto descrever as características de determinado fenômeno ou de relação entre variáveis, proporcionando uma nova visão sobre o problema (LIMA, 2006, p.86).

A pesquisa de natureza qualitativa se interessa mais em abstrair os aspectos qualitativos da realidade social do que em quantificar o objeto de estudo. Para Martinelli (1999), o estudo qualitativo busca os significados, às vezes a respeito dos sujeitos estudados e de suas histórias, já as informações quantitativas são complementares e fundamentam o conhecimento produzido pelas informações qualitativas. Para Bauer e Gaskel (2002), o objetivo da pesquisa qualitativa não é quantificar opiniões ou pessoas, mas sim explorar as diferentes representações dos sujeitos da pesquisa sobre o objeto em estudo. O objetivo dessa pesquisa não é fazer mensurações de quantas mulheres transexuais e travestis trabalham no mercado do sexo no país, mas sim analisar como vem se constituindo as produções bibliográficas sobre o trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do

sexo no país. Para tanto, será necessário desvendar os aspectos complexos presentes nestas produções.

A abordagem qualitativa converge com o método dialético-crítico, pois reconhece que não existe neutralidade na forma como o pesquisador apropriasse do seu objeto de estudo, ou seja, as atribuições de valores e os significados construídos por ele também compõem a pesquisa realizada.

No intento de conhecer como vem se constituindo as produções bibliográficas do Serviço Social sobre as relações de trabalho mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo no país, o universo deste estudo conformou artigos produzidos e publicados em revistas da área do Serviço Social, sendo elas: Serviço Social e Sociedade, Textos & Contextos e Katálysis. E também teses e dissertações do Catalogo de Teses e Dissertações das Capes e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Este estudo teve como amostra produções que verssem sobre mulheres trans (travestis e transexuais) produzidas nos últimos cinco anos (2015-2019). “A amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo; é o subconjunto do universo” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 32). O critério de inclusão utilizado para seleção das produções foi abordar mulheres (trans), travestis e transexuais produzidas nos últimos cinco (5) anos (2015-2019) à nível de mestrado e doutorado. Ou seja, foram selecionados artigos das revistas e periódicos da área do Serviço Social e dissertações dos catálogos e biblioteca supracitados considerando o nível da produção – mestrado e doutorado. Foi critério de exclusão para seleção da produção: conter o descritor de busca “mulheres” e o estudo ser realizado somente com mulheres cis gênero, mesmo que o estudo seja desenvolvido sobre suas relações no mercado do sexo no país. A coleta de informações foi realizada através do roteiro de coleta de informações bibliográficas (apêndice I) que pode ser consultado ao final do estudo. Na apresentação e discussão dos resultados da pesquisa, as produções foram devidamente identificadas conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A análise das informações coletadas foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo, pois essa técnica vai ao encontro do método dialético, intentando assim, desvendar as contradições do tema pesquisado. Segundo Triviños (1987), a utilização da técnica de análise de conteúdo contribui para o desvelamento das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, que em um primeiro

momento não se mostram com realmente são. A análise de conteúdo permite uma visão mais ampla das características sob o enfoque dialético.

A técnica de análise de conteúdo possibilitou analisar a comunicação entre as produções através do material obtido. A análise de conteúdo foi utilizada na leitura das produções, na descrição e interpretação do material obtido. Pretende-se com isso entender como vem se constituindo as produções bibliográficas do Serviço Social sobre o trabalho de mulheres trans no mercado do sexo no país no período de 2015 a 2019.

A técnica de análise de conteúdo permite agrupar o conteúdo identificado nas comunicações a fim de obter a sua interpretação. Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo contém diferentes fases, sendo elas, a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação. A análise de conteúdo da presente pesquisa teve como autor de referência Bardin, considerando as fases: 1. Pré-análise: configura-se na fase de leitura onde prevalece as impressões e orientação do texto. É a fase onde deve haver a preparação e organização do material que será analisado; 2. Descrição analítica: É a fase onde deve ser realizada a codificação dos dados. 3. Interpretação referencial: é a fase onde ocorre a confrontação e a interpretação dos dados coletados. Momento de mediação do conteúdo obtido e o referencial teórico.

2 TRABALHO, DESEMPREGO E PRECONCEITO

Neste capítulo abordaremos as categoriais centrais do estudo que permitirão, posteriormente, uma análise pormenorizada do tema, a saber o trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo. O trabalho como categoria fundante do ser social será a primeira categoria a ser abordada, pois, da relação dos seres humanos com a natureza buscando a transformação dessa para manter a sua subsistência decorrem outras mediações como a autonomia, sociabilidade a liberdade. Abordaremos a lei de acumulação capitalista para demonstrar a gênese do desemprego estrutural e da precarização do trabalho constituído pela propriedade privada dos meios de produção que resulta em processos de trabalho que separam homens e mulheres do controle sobre o trabalho e sobre os resultados deste trabalho. Demonstraremos como a propriedade privada, em dado momento

histórico, do descobrimento da agricultura e da criação de animais em rebanhos, determinou o patriarcado como um elemento condicionante do modo de vida, sobrepondo o homem à mulher e determinou a divisão social e de gênero do trabalho.

2.1 Trabalho e as transformações no mundo do trabalho

O trabalho é a atividade ontológica do ser social, ou seja, ele é a primeira ação do ser humano na sua relação com a natureza (MARX, 2012). Antes do ser humano se dedicar à práxis política, religiosa ou artística, ele precisou satisfazer suas necessidades biológicas e para isso precisou transformar a natureza em produtos que atendessem necessidades sociais. Por exemplo, o ser humano necessita de uma lança para caçar animais, ele projeta tal produto em sua mente antes de operar a transformação de árvores em lanças. “No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2012, pág. 327)”.

Nessa relação metabólica entre ser humano e natureza, se produzem mudanças objetivas e subjetivas, “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2012, pág. 326)”. Mudanças objetivas, como a transformação da árvore em lança, também são subjetivas, pois refletem no aprendizado do ser humano que aprende quais as madeiras são mais apropriadas para construção de lanças ampliando seu conhecimento sobre a natureza (BARROCO, 2001).

O trabalho articula o ser individual com o ser genérico porque o aprendizado decorrente da ação transformadora da natureza é universalizado, ou seja, inicialmente todos os seres humanos usufruíam dos produtos concretos produzidos pelo trabalho e apropriavam-se coletivamente dos conhecimentos decorrentes do trabalho.

Neste processo de trabalho, ao produzir objetos que visam suprir necessidades humanas, seres humanos produzem, portanto, objetos que possuem em si valor de uso. Com o advento da propriedade privada, ou seja, a apropriação de terras e dos meios necessários para a realização do trabalho, por poucos, a força

de trabalho passa a ser também mercadoria no processo de produção de valores de uso.

Com o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos característicos. O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador (MARX, 2012, p.336).

A produção de valores de uso será chamada por Antunes (1999) de sistema de mediações de primeira ordem, tendo estas mediações como finalidade a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal.

Segundo Antunes (1999) nenhuma das mediações primárias estabelecidas pelos seres humanos com eles mesmos e com a natureza exige nenhum tipo de hierarquia estrutural de dominação e subordinação. Porém, em um período específico da história humana, surge uma cadeia de mediações de segunda ordem que visam expandir constantemente o valor de troca das mercadorias. Segundo Meszáros (1995) apud Antunes (1999, p. 117),

a constituição do sistema de capital é idêntica à emergência de suas mediações de segunda ordem. De fato, o capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas. É um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais – das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte – ao imperativo absoluto da expansão do capital, ou seja, de sua própria expansão e reprodução como um sistema de metabolismo de social de mediação.

A separação de valor de uso e valor de troca e a subordinação do primeiro pelo segundo, através da instauração das mediações de segunda ordem, visando à produção do capital, passou a converter a produção do capital em propósito da humanidade. Isso causou grande um impacto sobre o trabalho, para Marx (2012) “foi a sociedade burguesa, de modo mais preciso, a formação social que promoveu o aviltamento do trabalho, transformando-o em mera atividade de subsistência, de

satisfação de carências imediatas”. O trabalho, que, primeiramente detinha função reguladora básica, com o advento do capital, passa a assumir uma característica de divisão hierárquica sob o mando do capital, visando à ampliação contínua, sistemática e crescente dos valores de troca (ANTUNES, 1999).

O capitalista passa a consumir a força de trabalho enquanto mercadoria comprada por ele, paga por seu valor de uso (MARX, 2012). A utilização da força de trabalho, a qual o capitalista pagou por seu valor de uso, vai produzir mercadorias que serão vendidas por seu valor de troca. Segundo Marx (2012), é na extração do trabalho excedente que está o pilar central da acumulação da riqueza e da separação do homem da verdadeira essência do trabalho.

Marx argumenta que na sociedade burguesa, o trabalho tem sido utilizado essencialmente para produzir bens, mercadorias, base para a obtenção de lucro a partir da exploração da classe trabalhadora. Estes processos, periodicamente, precisam passar por manutenção, visando maior extração do trabalho excedente, acarretando transformações que impactaram diretamente no mundo do trabalho.

Como resultado das transformações e metamorfoses que aconteceram nos países capitalistas avançados, com impactos significativos nos países de terceiro mundo, de industrialização intermediária como o Brasil, o mundo do trabalho sofreu uma desproletarização do trabalho industrial. Esta desproletarização consistiu na diminuição da classe operária industrial tradicional, e paralelo a isso a promoveu a subproletarização do trabalho, caracterizada pelas diversas formas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços (ANTUNES, 1999).

Para Antunes (1999), houve “uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho”. O padrão de produção fordista/taylorista caracterizado pela produção em massa de mercadorias organizado de forma homogeneizada e verticalizada, preconizava a racionalização ao máximo das operações realizadas pelo trabalhador, visando combater o desperdício, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho para maior obtenção de ganho sobre o tempo trabalhado (ANTUNES, 1999). Segundo o autor,

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor

operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevalecente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, próprio da fase da maquinaria, estava consolidada (ANTUNES, 1999, p. 37).

A rigidez deste padrão de produção, em que diferentes trabalhos eram interligados pelo ritmo da esteira, caracteriza-se pela mescla da produção em série fordista com o cronometro taylorista, prevalecendo à separação entre elaboração e execução, como forma de suprimir a dimensão intelectual do trabalho operário, passando está dimensão para gerência científica. O trabalho passou a ser reduzido a ações mecânicas e repetitivas (ANTUNES, 1999).

Nos países capitalistas avançados, no período pós-guerra, o padrão taylorista passou a ilusão de que metabolismo social do capital pudesse ser controlado pelo Estado que mediaria as “relações” entre capital e o trabalho. Neste momento, as representações institucional e política do movimento operário social democrático foram convertidos em cogestores do processo de reprodução do capital (ANTUNES, 1999). De acordo com Antunes,

O movimento operário de extração social-democrata, atrelado ao pacto com o capital, mediado pelo Estado, foi responsável também pela expansão e propagação da concepção estatista no interior do movimento operário: "A ideia de que a conquista do poder do Estado permite, se não a libertação do domínio do capital, pelo menos uma redução de seu peso, recebeu grande reforço no contexto socioinstitucional do fordismo". Desse modo, aparentemente confirmava-se e fortalecia-se a tese da "legitimidade do estatismo, presente no projeto e na estratégia do modelo social-democrata do movimento operário" (idem: 50-51). Tudo isso o levou "a fortalecer em seu seio um fetichismo de Estado", atribuindo ao poder político estatal um sentido "coletivo", arbitral e de exterioridade frente ao capital e trabalho (idem: 52 e 59). (ANTUNES, 1999, p. 39).

Durante os últimos anos da década de 1960, os trabalhadores passaram a questionar os pilares constitutivos da sociabilidade do capital, sobretudo o controle social da produção, denunciando os limites históricos do padrão de produção fordista. Inicia-se uma revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas, com boicotes e resistência ao trabalho despótico, consolidados de forma individual e coletivas (ANTUNES, 1999).

Para Antunes (1999), as ações auto organizativas dos proletários ficaram limitadas aos locais de trabalho, e assim não foram capazes de consolidar formas alternativas de organização para contrapor os sindicatos e partidos políticos até então, partícipes do processo de reprodução do capital. Porém, a capacidade de auto-organização, mesmo pequena, causou impactos no funcionamento do capitalismo sendo apontada como uma das causas da crise dos anos 1970 (BERNARDO, 1996 APUD ANTUNES 1999).

Os saltos tecnológicos iniciados na sequência é uma das respostas do capital aos embates propostos pelo mundo do trabalho, cada vez mais frequentes nos locais de trabalho. E por outro lado atendia ao fortalecimento do capital na fase de concorrência intercapitalista (ANTUNES, 1999).

Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. Foi com esse fim que desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores que remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas (ANTUNES, 1999, p. 45).

Segundo Antunes, ao passo que, com o taylorismo, cada trabalhador conhecia seu âmbito de trabalho imediato, ou seja, limitava-se a um tipo de operação, no toyotismo o trabalhador, ao conhecer mais processos tecnológicos e econômicos, pode ser tornar um trabalhador que poderá realizar um maior número de operações. Podendo ainda, “substituir outras e coadjuvá-las. A cooperação fica reforçada no processo de trabalho” (ANTUNES, 1999, p.45).

A crise do padrão taylorista/fordista, enquanto expressão da crise estrutural do capital, fez com que este buscasse um processo de reestruturação como forma de recuperar seu ciclo reprodutivo e sua dominação societal que vinha sendo questionada pelo trabalho. Esta busca intensificou a concorrência intercapitalista entre grupos transnacionais e monopolistas.

As transformações no mundo do trabalho expressas nas formas de inserção cada vez mais alienantes do trabalhador no processo de trabalho. Essa complexificação exige que os trabalhadores demonstrem aptidões como vontade, disposição e desejo necessários aos interesses do trabalho, no entanto este perfil de

trabalhador visa atender o capital. Portanto, quando este perfil não é atendido, os trabalhadores são substituídos por outros que atendam (ANTUNES, 1999).

Para Antunes (1999), o processo de busca por trabalhadores que atendam o perfil necessário a reprodução do capital, a conseqüente e constante substituição de trabalhadores forma uma grande massa de desempregados que vivenciam a falta de emprego através da rejeição social, do isolamento, da apatia, do silêncio, podendo chegar à violência e agressões diretas. Segundo o autor, geram conflitos que “tornam-se um problema social, mais do que uma questão empresarial, transcendendo o âmbito fabril e atingindo o espaço público e societal (p.133)”.

Neste contexto, o capital encontra o cenário perfeito para contratar trabalhadores, em diversos setores produtivos, através de outras empresas, configurando a subcontratação ou terceirização, a que Antunes (1999) chamará de subproletariado, os trabalhadores que, impactados pelo crescimento do desemprego estrutural⁹, buscam por formas adversas de trabalho.

Com isso, pode-se observar um aumento do trabalho realizado por mulheres correspondendo a 40% da força de trabalho. Porém, sob os determinantes da divisão sexual do trabalho operada pelo capital, as atividades com interface com máquinas mais avançadas são realizadas por homens e as atividades mais rotinizadas, incluindo trabalho manual, passou a ser realizada por mulheres¹⁰. Portanto, nota-se a utilização de mão de obra de mulheres em atividades em que é necessário menor índice de qualificação.

Nos termos de Antunes (1999, p. 211) “houve desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; heterogeneização, subproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operário industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho”, determinando impactos que reverberam e se expressam de diversas formas na classe trabalhadora.

Com a ampliação do desemprego estrutural há a deterioração das condições em que o trabalho é exercido, podendo este quadro ser ainda mais grave se observados recortes de gênero, raça e etnia. Estes impactos determinam mudanças

⁹ Abordaremos o desemprego estrutural de forma pormenorizada no próximo subcapítulo.

¹⁰ Abordaremos no item 1.4 os determinantes sócio-históricos do sistema relacional que determina o papel da mulher no mundo do trabalho.

nas formas de ser da classe trabalhadora, impactando na materialidade e subjetividade individual e coletiva (RAICHELIS, 2018 APUD YAZBEK; DEGENSZAJN; PAZ, 2019, P. 51-52).

Segundo Iamamoto (2004), este processo faz com que muitas pessoas sejam supérfluas e ao mesmo tempo subsidiária às necessidades do capital. Há crescimento da superpopulação relativa, formada pelos trabalhadores então supérfluos para o capital, fazendo com que aumente a concorrência entre trabalhadores.

Esse quadro é complementado com o crescimento do pauperismo, segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho, mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idoso, vítimas de acidentes, doentes etc.) cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2004, p.15).

Neste contexto, os processos sociais determinados pelas transformações no mundo do trabalho impactam de formas distintas em diferentes seguimentos populacionais. Estes impactos são determinados em maior ou menor grau, considerando diferentes características sociais como gênero e raça/etnia.

2.2 Trabalho, exploração e desemprego

As transformações sofridas pelo trabalho, como categoria fundante do ser social, realizadas no mundo do trabalho sob o modo de produção capitalista, determinaram mudanças na composição orgânica do capital. Entende-se por composição orgânica do capital, a proporção em que o seu valor se reparte em “capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários” (MARX, 1996, p.245).

O capital C decompõe-se em duas partes, uma soma de dinheiro c despendida com meios de produção, e outra v , despendida com força de trabalho; c representa a parte do valor transformada em capital constante e v a parte que se transformou em capital variável. Originalmente, portanto, é $C = c + v$ [...]. (MARX, 1996, p.327).

O capital variável é o valor pago pela força de trabalho por determinado tempo de trabalho, chamado tempo necessário de trabalho, ou seja, é o valor pago para a manutenção do trabalhador. “Necessário ao trabalhador, por ser independente da forma social de seu trabalho. Necessário ao capital e seu mundo, por ser a existência contínua do trabalhador a sua base”. (MARX, 1996, p.331) No entanto, é exigido ao trabalhador que trabalhe mais tempo que o tempo de trabalho necessário à manutenção de sua existência, conformando um segundo período de trabalho, o qual o trabalhador não tem acesso, pois esse excedente de trabalho é apropriado pelo capitalista. Nos termos de Marx (1996, p.331) “Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surpluslabour*)”.

Como o valor do capital variável = ao valor da força de trabalho comprada por ele, como o valor dessa força de trabalho determina a parte necessária da jornada de trabalho, enquanto a mais-valia, por seu lado, é determinada pela parte excedente da jornada de trabalho, segue-se: a mais-valia está para o capital variável como o mais-trabalho para o necessário, ou a taxa da mais-valia $m v = \text{mais-trabalho} / \text{trabalho-necessário}$. (MARX, 1996, p.332).

A soma dos períodos trabalhados pelo trabalhador/a, o período de trabalho necessário e o período do mais-trabalho, “forma a grandeza absoluta de seu tempo de trabalho — a jornada de trabalho (*workingday*)” (MARX, 1996, p.343). Portanto, o desocultamento do período de mais-trabalho que constitui a mais valia, revela a exploração do/a trabalhador/a pelo capital em seu processo de acumulação (MARX, 1996, p.332).

As mudanças determinadas na consecução do modo de produção capitalista, não avançam paulatinamente com o progresso da acumulação, mas, avançam em proporções cada vez maiores, pois a acumulação pode determinar a centralização de capitais determinada pela revolução técnica proporcionada pelo capital adicional. Esta revolução técnica também ocorre no capital original. Ou seja, a mais valia extraída da força de trabalho, no processo de trabalho, é investida no aprimoramento dos meios de produção visando a produção de mercadorias em um tempo cada vez mais curto (MARX, 1996, p.260).

Os investimentos nos meios de produção passam a modificar a proporção inicial do capital orgânico, pois, a mais valia é investida somente no aprimoramento dos meios de produção em detrimento da força de trabalho.

Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, originalmente de 1 : 1, para 2 : 1, 3 : 1, 4 : 1, 5 : 1, 7 : 1 etc., de modo que, ao crescer o capital, ao invés de 1/2 de seu valor global, progressivamente apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8 etc. se convertem em força de trabalho, ao passo que 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8 etc., em meios de produção. (MARX, 1996, p.260).

Para Marx (1996), o volume do capital global não determina a demanda de trabalho, pois esta é determinada por seu componente variável. Portanto, a demanda de trabalho não cresce de forma proporcional ao capital global, ou seja, o crescimento do capital global passar a determinar a diminuição da demanda de trabalho. “Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente” (MARX, 1996, p.260).

O crescimento do capital determina a diminuição relativa do componente variável, pois esta diminuição é mais acelerada que seu próprio crescimento, no entanto, o crescimento dos meios de ocupação é mais lento do que o crescimento da população que depende da venda do seu trabalho para sua subsistência (MARX, 1996, p.261). Portanto, deste processo, de acumulação capitalista, resulta “uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (MARX, 1996, p.261).

O crescimento do capital variável demanda mais trabalho e não necessariamente mais trabalhadores ocupados, atendendo os interesses do capital em extrair determinada quantia de trabalho com um número menor de trabalhadores. Segundo Marx (1996, p.263), “toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semiempregados”, pois, estes auxiliam no processo de acumulação que, contraditoriamente, determina sua exclusão.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo,

essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. (MARX, 1996, p.262).

As oscilações na produção recrutam o exército industrial de reserva e estes desenvolvem papel central na recuperação da produção, pois pressionam o contingente ativo de trabalhadores nos períodos de estagnação da produção, ou seguram suas pretensões durante os períodos de superprodução. O exército industrial de reserva revela, segundo Marx, o “pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital” (MARX, 1996, p.269).

A extração da mais valia, ou seja, a exploração da classe trabalhadora em níveis cada vez maiores, faz com que aumente na mesma proporção o número de trabalhadores sem acesso a trabalho, engrossando as filas de trabalhadores reserva que esperam a sua oportunidade de inserção no mundo do trabalho. No entanto, este aumento da reserva de trabalhadores, exerce pressão sobre os trabalhadores já inseridos, a trabalharem cada vez mais pelo mesmo salário, pois há uma reserva necessitando de trabalho, o que os coloca em situação de aceitar salários menores e maior tempo de trabalho (MARX, 1996, p.266).

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada. (MARX, 1996, p.267).

Neste sentido, tanto os/as trabalhadores/as inseridos/as no mundo do trabalho quanto os/as trabalhadores/as que compõe o exército industrial de reserva sofrem os impactos determinados pela acumulação quando esta multiplica a demanda por trabalho. Ao determinar a multiplicação da demanda por trabalho multiplica também a oferta de trabalhadores através do movimento de liberação de trabalhadores realizado através do investimento executado em meios de produção (MARX, 1996, p.270).

Neste interim, o capital passa comprar mais forças de trabalho por menor valor, dispensando trabalhadores mais qualificados por trabalhadores menos qualificados. Contraditoriamente a isso, devido a divisão do trabalho, é comum ouvir sobre a falta de trabalhadores, mesmo quando muitos estão engrossando as filas do exército industrial de reserva. Com a separação dos/das trabalhadores/as do processo de criação e dos meios de produção, os/as trabalhadores/as ficam acorrentados/as a ramos de atividades específicos e passa a não ser útil para o processo de trabalho demandado (MARX, 1996, p.271).

O processo de acumulação constituído pela exploração da mais valia determina a exploração em níveis cada vez maiores devido ao grande número de trabalhadores dispensados que passam a compor a reserva de trabalhadores. Segundo Marx,

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui. (MARX, 1996, p.274).

O progresso substancial da produtividade do trabalho social proporciona o progresso dos meios de produção e estes passam a funcionar com dispêndio cada vez menor de força humana. Este movimento revela que a venda da força de trabalho o trabalhador faz multiplicar a riqueza alheia e em mesma proporção, multiplica também a sua ruína. Neste processo de trabalho, o trabalhador não emprega os meios de trabalho para tal, mas os meios de trabalho empregam esse trabalhador no processo, revelando que, quanto maior a força produtiva do trabalho, maior será a pressão sobre seus meios de ocupação (MARX, 1996, p.274).

Neste sentido, o aumento da força produtiva social do trabalho acontece em detrimento do trabalhador, o desenvolvimento da produção passa a ser desenvolvimento de novos meios de dominação e exploração. Neste processo, o/a

trabalhador/a passa a desenvolver atividades em que o trabalho é mutilado, partido e o trabalhador transformado em mero apêndice da máquina. Segundo Marx (1996, p.274), “alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho” ao passo que em que ocorre a incorporação da ciência no trabalho como potência autônoma. Neste processo, “desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho” (MARX, 1996, p.274).

O trabalhador passa a viver para o trabalho, pois este toma o seu tempo e sua energia e não encontra alternativa para fugir desta situação pois, necessita do trabalho e a única mercadoria que tem a oferecer a venda para garantir sua subsistência é a sua força de trabalho. Esta separação dos trabalhadores dos processos de elaboração, de propriedade dos meios de produção e do resultado do seu trabalho constitui o processo de alienação sofrido pelos trabalhadores. Segundo Bottomore,

No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] a outros seres humanos, e – além de, e através de, [1], [2] e [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades constituídas historicamente). (BOTTOMORE, 2012, p.18).

O trabalho explorado determina os processos de alienação, sob o mando do capital gera acumulação de riqueza de um lado e ao mesmo tempo “a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação” (MARX, 1996, p.275) do outro lado composto pelos trabalhadores.

2.3 Determinantes sócio-históricos do preconceito e do patriarcado

Abordar a realidade de mulheres trans e travestis no Brasil, sobretudo no momento atual, demanda que busquemos conhecer os determinantes históricos e sociais que perpassam suas vivências, fazendo com que suas realidades sejam sobrecarregadas de discriminações e violências.

Para isso, a concepção marxista, abordada anteriormente neste estudo, informa que as relações sociais se constituem por meio do trabalho realizado por

homens e mulheres, fornecerá a base inicial de onde partiremos para essa análise. Partiremos do “trabalho como pressuposto da existência humana e forma privilegiada de práxis (BARROCO, 2005, p.26)”. Ele, o trabalho, fundamento ontológico-social do ser social, possibilita o desenvolvimento de mediações que diferenciam os seres humanos dos animais. Essas mediações - a saber: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade, características não imanentes aos seres humanos, são desenvolvidas por eles em seu processo histórico de autoconstrução como seres sociais (BARROCO, 2005, p.26).

O processo de autoconstrução do ser social não é obra somente de um homem ou de uma mulher, mas resultado da cooperação entre estes para responder a necessidades sócio-históricas, resultando em “formas de interação entre os seres humanos como a linguagem, as representações e os costumes que compõe a cultura” (BARROCO, 2005, p.26). O trabalho supõe a sociabilidade e universalidade na execução do seu processo, e além disso demanda um conhecimento prévio da natureza e a valoração dos objetos que serão utilizados no decurso do seu processo de objetivação. Neste movimento de conhecimento e valoração, “é dada a consciência humana – como capacidade racional e valorativa” (BARROCO, 2005, p.27).

A escolha entre opções concretas na realização do trabalho contribui com a formação da individualidade de homens e mulheres, pois, nos termos de Cisne,

A gênese e desenvolvimento da individualidade remetem, portanto, à divisão social do trabalho, que impõe como condição diante de situações concretas vivenciadas no processo de desenvolvimento das forças produtivas e do afastamento das barreiras naturais que o indivíduo busque respostas a problemas/necessidades que são reais. E de forma cada vez mais desenvolvida e complexa, entre em contato com outros indivíduos e com uma multiplicidade de atos heterogêneos no trabalho e além deste, que leve ao aprimoramento de suas habilidades e capacidades; à dinâmica de apropriação de experiências pretéritas, que exigem escolhas entre alternativas. Ou seja, não é um movimento linear e mecânico. Ao contrário, supõe decisão para avaliação do que é certo e errado, pertinente ou não diante de determinadas condições. Buscas são desencadeadas, em cada contexto histórico, para enfrentar novas necessidades e respostas. (CISNE; SANTOS, 2018, P.35).

No entanto, a autora alerta para o fato de não haver ato humano singular que esteja deslocado de uma totalidade social, pois, não há homem ou mulher fora desta totalidade e sendo assim, as individualidades mantêm relação intrínseca com a

realidade. No entanto, “nas sociedades de classe, verifica-se a tendencia de prevalência dos interesses das classes dominantes sobre os interesses da individualidade e da totalidade social” (CISNE; SANTOS, 2018, P.36). É, portanto, na sociedade de classes que se consolida o individualismo, que, segundo Netto e Braz (2006, p.47), entende-se “[...] como ideologia que justifica a priorização e o favorecimento de interesses singulares contrapostos ao desenvolvimento da genericidade humana”. As autoras, Cisne e Santos ressaltam.

Nosso entendimento é de que os indivíduos, no processo de individuação, se constroem de forma diversa mediante a existência de um conjunto heterogêneo de atos que o impulsiona no processo reprodutivo mediante o decurso histórico-social. Isso leva ao desenvolvimento da sociabilidade e da individuação, tendo lugar decisivo a formação da personalidade e o papel da consciência na vida cotidiana. (CISNE; SANTOS, 2018, P.39).

O papel da consciência na vida cotidiana, citada pelas autoras, desenvolvido no decurso histórico do trabalho, também pode ser entendida como autoconsciência, como consciência de si no processo de trabalho, e inclui a sua capacidade de escolha como parte desse processo. Segundo Barroco (2005, p.28) “a autoconsciência é um ato de autodeterminação”, pois, o ser social ao autodeterminar-se evidencia sua autonomia, ou seja, a sua capacidade de escolha entre alternativas por ele próprio criadas. Assim como ocorre com as escolhas,

[...] a orientação de valor é inerente às atividades humanas; sua criação é objetiva, também gerada pelo trabalho. Para transformar a natureza, o homem desenvolve um certo nível de conhecimento que lhe permite saber quais as formas apropriadas para essa intervenção. Por exemplo, ele descobre que pode produzir o fogo, usando certos objetos da natureza, ou, que pode construir instrumentos de trabalho. (BARROCO, 2005, p.29).

Para produzir ferramentas que venham auxiliar na execução do trabalho, o ser humano escolhe entre alternativas concretas aquela que melhor corresponderá a sua finalidade. Por exemplo, a produção de um arco e uma flecha utilizado para a caça de pequenos animais visando a sua alimentação, demanda que o ser humano conheça previamente diferentes tipos de madeira para saber qual é a mais resistente, qual oferece maior resistência em menor massa para a produção da flecha e qual é a mais maleável e oferece maior resistência quando flexionada para

a produção do arco. Estes conhecimentos permitem ao ser humano identificar dentre diferentes tipos de madeira as mais adequadas para a produção do arco e da flecha previamente idealizado em sua consciência, ou seja, aquelas madeiras que serão matéria prima para a produção do arco e da flecha que ele utilizará para atender a necessidade de alimentar-se.

A valoração de um objeto supõe a sua existência material concreta: seu valor corresponde a uma práxis que o transformou em algo novo que corresponde às suas necessidades, e, como tal, é bom, útil, belo etc. Por isso, o valor não é uma decorrência apenas da subjetividade humana; ele é produto da práxis. (BARROCO, 2005, p.29).

A valoração não é fruto da subjetividade humana, mas tem relação direta com a realidade concreta, no entanto, “a dinâmica complexa das mediações sociais faz com que os valores se desdobrem em múltiplos significados” (BARROCO, 2005, p.29), fazendo com que a compreensão da valoração e de sua relação com a produção material não seja percebida com facilidade. Segundo a autora,

A práxis não tem como objeto somente a matéria; também supõe formas de interação cultural entre os homens. Para transformar a realidade produzindo um mundo histórico-social, os homens interagem entre si e tendem influir uns sobre os outros, buscando produzir finalidades coletivas. (BARROCO, 2005, p.30).

Nesta relação, homens e mulheres interagem entre si, influenciando uns sobre os outros, buscando produzir finalidades coletivas. No entanto, na sociedade do capital, os interesses de alguns sobrepõe e podem determinar o interesse da maioria. Assim ocorre com os valores que legitimam o patriarcado¹¹, são tidos como valores que são de interesse de todos os seres humanos, quando na realidade são de interesse de uma parcela formada por homens.

Partindo da premissa de que, segundo Barroco (2005, p.31), “o valor é uma categoria ontológico-social – por isso, sempre objetiva -, podemos considerar as

¹¹ Segundo Cristine Delphy (2009b, p.173-174), o Patriarcado em sua tradução literal significa a autoridade do pai, no entanto, denomina um sistema de dominação e opressão dos homens sobre as mulheres. O patriarcado está diretamente ligado ao sistema de opressão e violências contra mulheres transexuais e travestis, em razão disso abordaremos o patriarcado de forma pormenorizada no decorrer deste capítulo.

várias expressões de valor como mediações – cada vez mais complexas -, inscritas no desenvolvimento histórico do ser social”. Portanto, a valoração entre o que é “bom” ou “ruim” estava relacionada às possibilidades desenvolvidas na relação do ser humano com a natureza (BARROCO, 2005).

No entanto, na sociedade de classes, diante da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, o trabalho teve seu caráter de atividade livre, consciente, universal e social, invertidos e, sendo assim, passou a negar suas potencialidades emancipadoras, impossibilitando que homens e mulheres se reconheçam como sujeito no processo de trabalho (BARROCO, 2005, p.33). Assevera a autora, “ao ser alienado, em todo o processo, da atividade que lhe confere identidade humana, o trabalhador se aliena do objeto que ele mesmo criou; com isso se aliena da atividade, da relação – consigo mesmo e com os outros”. (BARROCO, 2005, p.34)

As mudanças ocorridas no processo de trabalho, em virtude da apropriação privada dos meios de produção resulta na coisificação das relações sociais na qual “a transformação da riqueza humana, ou seja, do produto material e espiritual da práxis, em objetos estranhos e dotados de uma vida própria, que aparecem aos homens como um “poder” que os domina” (BARROCO, 2005, p.34), fazendo como que os valores também tomem forma de coisas que passam a valer independente da atividade realizada por homens e mulheres.

Nos termos de Barroco (2005, p.37), “o indivíduo se socializa, aprende a responder às necessidades práticas imediatas, assimila hábitos, costumes e normas de comportamento” na vida cotidiana e passa a responder às suas necessidades de reprodução sem conhecer as mediações que perpassam este movimento da realidade, pois é inerente a cotidianidade a ligação imediata entre pensamento e ação, no qual predomina “a repetição automática de modos de comportamento” (Idem, 2005, p.38). Segundo a autora, “[...] a cotidianidade se move em função do critério de utilidade prática das ações e não do desvelamento do seu significado” (BARROCO, 2005, p.39).

No desenvolvimento da sociabilidade, origina-se a moral como resposta à “necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres” (BARROCO, 2005, p.42), que venham contribuir com a convivência social e a socialização. Estes valores ao serem internalizados são transformados em

orientação de valor para quem o internalizou e torna-se também, juízo de valor utilizado para apreender os outros e a sociedade (BARROCO, 2005, p.42).

[...] a moral tem uma função integradora; estabelece uma mediação de valor entre o indivíduo e a sociedade; entre ele e os outros, entre sua consciência e sua prática. Ao mesmo tempo, produz novas mediações; influi, por exemplo, nos sentimentos, na medida em que valora os comportamentos e se reproduz por deveres. (BARROCO, 2005, p.43).

Respondendo às necessidades de integração social, as normas precisam ser repetidas cotidianamente para que se tornem hábitos e esses se tornem costumes, portanto, encontramos na vida cotidiana, a moral como uma de suas partes fundamentais (BARROCO, 2005, p.44). No entanto,

A legitimação das prescrições morais implica uma aceitação subjetiva, pois, se não forem intimamente valorizadas elas não se reproduzem diante das situações cotidianas – em que a necessidade de escolha entre uma ou mais alternativas se faz presente. A partir do momento em que os indivíduos incorporam determinados papéis e comportamentos, reproduzem-nos espontaneamente, donde a tendência da vida cotidiana: as escolhas nem sempre significam um exercício de liberdade. (BARROCO, 2005, p.44).

A autora assevera a necessidade de diferenciar consciência e subjetividade, pois, enquanto na primeira há apreensão das mediações que envolvem os valores morais, na segunda esses valores são interiorizados acriticamente por força da tradição e dos costumes tornando-se hábitos no âmbito da cotidianidade. É neste âmbito, da cotidianidade, que as normas podem ser tomadas, interiorizadas e reproduzidas socialmente, no entanto, não podemos afirmar que a sua aceitação ocorreu de forma livre, pois, “a escolha livre pressupõe a existência de alternativas e seu conhecimento crítico” (BARROCO, 2005, p.45).

Na sociedade de classes, a moral cumpre uma função ideológica precisa: contribui para uma integração social viabilizadora de necessidades privadas, alheias e estranhas às capacidades emancipadoras do homem. [...] a moral é perpassada por interesses de classe e por necessidades de (re)produção das relações sociais que fundam um determinado modo de produzir material e espiritualmente a vida social. (BARROCO, 2005, p.45).

Nesse sentido, o cotidiano passa a ser lócus privilegiado de reprodução da alienação devido a repetição acrítica dos valores, assimilação rígida de modos de

ser e modos de comportamento através do pensamento que generaliza esses preceitos de forma repetitiva. Esta alienação, expressa no campo da moral através do moralismo, ou seja, através do pensamento do que é certo e errado sem considerar a materialidade da vida concreta e as mediações que a conformam, passa a ser movida por preconceitos (BARROCO, 2005, p.46). A autora informa,

[...] o preconceito é uma forma de reprodução do conformismo que impede os indivíduos sociais de assumirem uma atitude crítica diante dos conflitos, assim como uma forma de discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que não se adequa aos padrões de comportamento estereotipados como “corretos”. (BARROCO, 2005, p.47).

O preconceito é, portanto, moralmente negativo, pois, ao agir de forma preconceituosa o ser humano não reflete sobre os valores que baseiam aquele julgamento preconceituoso, apenas reproduz acriticamente o que foi passado para ele/ela com “correto” e perde a oportunidade de reflexão que possibilitaria outra forma de pensamento e ação que não a forma preconceituosa e discriminatória (BARROCO, 2005, p.48).

As normas reproduzem modelos do que deve ser tomado como “certo” ou “errado”, portanto, modelos de sexo/gênero são reproduzidos e naturalizados através das normas. A biologização do sexo passa a ser tomada como natural e modelos de gênero passam a ser reproduzidos em decorrência disso, passando a ser naturalizados.

No entanto, é importante salientar que as normas não determinam a forma como se darão as vivências de homens e mulheres no cotidiano de suas vidas. Através da experiência, sujeitos passam a questionar os valores que baseiam as normas aceitas socialmente, como aquelas que definem modelos de sexo/gênero fechados em um binarismo que definem o que é ser homem e o que é ser mulher. Estes modelos definem normas de comportamento e definem, sobretudo, que relacionamentos afetivo-sexual devem ocorrer somente entre homem e mulher. Sobre a relevância da experiência na vida de homens e mulheres Thompson assevera,

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que

experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1978, p.182).

No entanto, quando homens e mulheres vivenciam relacionamentos homoafetivos e identidades que confrontam os modelos ensinados como “corretos” e passam a vivenciar toda sorte de violências, questionam as normas que definem estas identidades e esses relacionamentos. Cisne; Santos (2018, p.48) informam que “as normas reproduzem e naturalizam modelos de sexo/gênero, mas possuem determinações materiais”, revelando a importância da experiência como forma de questionar criticamente esses modelos afim de conhecer suas determinações materiais.

A “experiência” descobrimos foi, em última instância gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer “agora”, “manipula” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação. (THOMPSON, 1978, p.189).

Essas determinações materiais podem ser observadas na constituição sócio-histórica das normas e na reprodução acrítica no cotidiano, com a intenção de naturalizar o pensamento dominante através da ideologia. No entanto, salientam (CISNE; SANTOS, 2018, p.48), “não são as ideias e as normas que determinam a realidade, é a realidade, com a concretude histórica das relações sociais e seus antagonismos postos na luta de classes, que determina as normas e as ideias”.

Na relação com a natureza, o ser humano foi ampliando gradativamente o conhecimento sobre a mesma e em dado momento histórico determinou a descoberta da agricultura e a possibilidade da criação de animais de rebanho. Tais descobertas possibilitaram que os seres humanos deixassem de ser nômades, podendo a partir de então se tornar sedentários, pois, antes era preciso se locomover de um lugar ao outro em busca de caça e de coleta de vegetais e frutos, o que deixava de ser necessário em razão dessa revolução produtiva decorrente da

descoberta da agricultura e da possibilidade de criar animais de rebanho. Segundo Engels,

[...] com a formação dos rebanhos de cavalos, camelos, jumentos, bovinos, ovinos, caprinos e suínos, os povos pastoris em formação – os arianos da Terra dos Cinco Rios e da região do rio Ganges na Índia, bem como das estepes dos rios Oxo e Jaxartes, naquela época ainda ricas em água, os semitas do Eufrates e do Tigre – adquiriram uma propriedade que necessitava apenas de vigilância e cuidados básicos para se reproduzir em número cada vez maior e fornecer alimentação abundante composta de leite e carne. [...] a domesticação de animais e a criação de rebanhos desenvolveram uma fonte de riqueza sem precedentes e criaram relações sociais totalmente novas. (ENGELS, 1979, p.86).

A revolução produtiva produziu pela primeira vez na história um excedente de produção, porque as tribos produziam mais alimentos que suas necessidades de subsistência. Em um primeiro momento, esse excedente era queimado e oferecido aos deuses, mas com o passar do tempo, foram sendo construídos compartimentos para abrigar esse excedente de produção, o que ocasionou conflitos entre as tribos pela propriedade desse excedente.

Esses conflitos determinaram guerras e os vencedores se apropriavam do excedente de produção, da propriedade da terra e dos rebanhos que eram criados nela. Além disso, passaram a escravizar os perdedores, surgindo pela primeira vez na história, a divisão da sociedade em classes entre os proprietários e os escravos.

Os conflitos eram travados hegemonicamente por homens, determinando a estes, a propriedade do excedente de produção. No entanto, em caso de morte do proprietário das plantações e rebanhos, estas passavam para os irmãos e irmãs do mesmo, para os filhos e filhas das irmãs dele ou para os descendentes das irmãs de sua mãe, conforme determinava o direito materno vigente na época. Os filhos e filhas deste homem não tinham direito a herança (ENGELS, 1979, p.89).

No entanto, ao passo em que os homens da tribo iam aumentando suas riquezas, aumentavam também sua posição na tribo em face da mulher, isso fez com que, usando de sua posição fortalecida, os homens buscassem derrubar o direito materno em favor de seus filhos e filhas (ENGELS, 1979, p.89). O obstáculo para a dominação do homem era a linhagem considerando o direito materno, segundo Engels (1979, p.89) “era esta, portanto, que tinha de ser derrubada, e ela o foi. Isso nem foi tão difícil como parece hoje”. Posterior a isso, outras atividades

fundamentais para a reprodução da sociedade surgem como atividades masculinas (LESSA, 2016).

A derrubada do direito materno representou a *derrota do sexo feminino no plano da história mundial*. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação. (ENGELS, 1979, p.91).

A derrubada do direito materno com a finalidade do homem garantir herança aos seus sucessores determinou mudanças na forma como homens e mulheres se relacionavam nas tribos. A passagem de formas relacionais diversas para o modelo monogâmico heterossexual foi realizada através de muita violência, trabalho explorado e alienado como forma de legitimação da propriedade privada, formando a totalidade da sociedade de classes. Com isso, a sexualidade casual, espontânea e natural passou a ser origem de conflitos com a nova ordem da sociedade dividida em classes, ou seja, a sexualidade passou a ser assunto privado, permitido somente dentro da família patriarcal monogâmica heterossexual.

À medida que as condições econômicas de vida se desenvolviam e, portanto, minavam o antigo comunismo e à medida que aumentava a densidade populacional, as relações sexuais tradicionais iam perdendo seu caráter inocente de primitividade selvagem e, na mesma proporção, iam-se tornando mais humilhantes e opressivas para as mulheres, tornando-se mais premente para elas o desejo da instituição do direito à castidade e ao casamento temporário ou permanente com um só homem como libertação. (ENGELS, 1979, p.85).

Torna-se parte do conjunto de ideias e práticas dessa nova ordem de relação a depreciação da mulher e de tudo que é feminino, ou seja, do controle sobre a subjetividade e do corpo da mulher com a finalidade de manter a dominação do homem, e assim legitimar práticas que visam à manutenção do patriarcado e da família monogâmica.

Nesse novo espaço, privado, criado para a reprodução social, chamado família, o homem garante a fidelidade da mulher a ele e assim garante filhos legítimos para os quais poderá deixar sua herança. Nos termos de Engels (1979, p.96), a família “se funda no domínio do homem, com a finalidade expressa de gerar filhos com paternidade inquestionável, e essa paternidade é exigida porque um dia

os filhos deverão assumir, como herdeiros naturais, o patrimônio paterno”. Às mulheres passou a ser demandado o maior número de filhos que puder ter com seu marido, para estes auxiliarem no trabalho nas plantações e na criação dos animais de rebanho.

O essencial é a incorporação de não livres e do poder paterno; em consequência, o tipo consumado dessa forma de família é a família romana. Originalmente a palavra *família* não significava o ideal do filisteu de nossa época, composto de sentimentalismo e discórdia doméstica; entre os romanos, nem mesmo se fazia referência ao casal e a seus filhos e filhas, mas unicamente aos escravos. *Famulus* designa o escravo doméstico e *família* é o conjunto de escravos que pertencem a um homem. (ENGELS, 1979, p.91).

A garantia de sucessão da propriedade privada aos herdeiros determinou o surgimento da família monogâmica heterossexual enquanto instituição que regularia e manteria estas relações de dominação entre homens sobre as mulheres em um espaço novo até então, o espaço da vida privada. Neste espaço são realizadas atividades que antes eram realizadas coletivamente, como a preparação de alimentos, educação das crianças, moradia etc. (CISNE; SANTOS, 2018). Neste sentido, Engels assevera,

A condução da casa perdeu seu caráter público. Deixou de concernir à sociedade. Tornou-se um *serviço privado*; a mulher se tornou a servil número um, alijada da participação na produção social. [...] Marx acrescenta: “A família moderna contém em seu cerne não só a escravidão (*servitus*) mas também a servidão feudal, já que desde o início tem relação com os serviços agrícolas. Ela contém *em miniatura* todos os antagonismos que mais tarde se desenvolveriam na sociedade e em seu Estado”. (ENGELS, 1979, p.92 - 112).

Esta forma de relação entre um homem e uma mulher foi a primeira forma de família que não se constituiu de forma natural como as formas anteriores, dado que essa surge em favor de condições econômicas, ou seja, priorizando a propriedade privada em detrimento à todas as formas de relação desenvolvidas anteriormente de forma natural com base na propriedade comum primitiva.

Com a preponderância da propriedade privada sobre a propriedade comum e o interesse na transmissão da propriedade por meio de herança, o direito paterno e a monogamia passaram a reinar; foi então que o casamento se

tornou inteiramente dependente das considerações econômicas. (ENGELS, 1979, p.119).

O casamento monogâmico visava, segundo Engels (1979, p.101), a “soberania do homem na família e geração de filhos que só podiam ser dele próprio e estavam destinados a ser herdeiros de suas riquezas”. O surgimento do casamento monogâmico heterossexual paralelo a escravidão e ao fato de escravos e escravas pertencerem ao homem, evidenciam o caráter específico da monogamia desde sua origem: o fato de ser monogamia somente para a mulher, uma vez que ao homem era permitido relacionar-se com suas escravas. Essa característica da monogamia se mantém até hoje (ENGELS, 1979, p.98). Monique Prada nos informa que a trabalho sexual é inerente ao casamento monogâmico heterossexual, uma vez que um não existe sem o outro.

Nesse sentido, fica evidente que o casamento monogâmico não surgiu determinado pela reconciliação entre homem e mulher, mas ao contrário, da subjugação de um pelo outro, ou seja, da dominação da mulher pelo homem. Essa nova forma relacional determinou conflitos desconhecidos na história até aquele momento.

Engels (1979, p.101) informa sobre a existência de manuscritos elaborados por ele e Marx, datados de 1846, informando “a primeira divisão do trabalho foi a que ocorreu entre homem e mulher visando à geração de filhos”. Demonstra que a relação de opressão do homem com a mulher institui o patriarcado como nova forma de relação social. Conforme Delphy (2009b, p.173 apud Cisne; Santos, 2018, p.43), o patriarcado “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”. Para isso,

O patriarcado encontra-se, portanto, estruturado por uma lógica heterossexista, relacionada à apropriação masculina sobre o corpo e o modo de ser da mulher, na medida em que legitimou a possibilidade de o homem “impor à mulher um grande número de gravidezes a fim de gerar mão de obra abundante em seu próprio benefício” (PRADO, 1985, p.55 APUD CISNE; SANTOS, 2018, p.44).

O papel determinado para a mulher na família, enquanto espaço que visava legitimar a propriedade privada do excedente de produção pelos homens, era de

subjugação, de trabalho doméstico sem pagamento e de procriação para a reprodução de mão de obra. Segundo Engels,

Ainda na época de Gaio, a *familia, id est patrimonium* (família, isto é, a herança), era legada por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe submetia mulher, filhos e filhas e certo número de escravos ao seu poder paterno romano, com direito de vida e morte sobre todos eles. (ENGELS, 1979, p.91).

Destarte, fica evidente o poder dos homens de decidir sobre a vida das mulheres, comportamento este que pode ser facilmente identificado atualmente. Os homens decidem sobre a vida das mulheres, dentro do casamento e em uma dimensão mais ampla tendo em vista que, após a instituição da família monogâmica heterossexual, outras atividades surgiram sobre a dominação dos homens. Atividades como o direito, a medicina e os cargos representativos são predominantemente ocupados por homens e estes decidindo sobre o conjunto da sociedade e, sobretudo, sobre as mulheres. Agem para decidir sobre a forma como mulheres devem se vestir e se comportar socialmente. Quando estas não interpretam o papel que é esperado, o homem utiliza o poder de decidir sobre a morte da mulher.

Diante disso, ao analisar a família monogâmica heterossexual, atentamos para o fato de que ela surge para garantir a fidelidade da mulher e a paternidade dos filhos e filhas do homem com essa mulher. Segundo Engels (1979, p.98), “da esposa espera-se que aceite tudo, mas ela própria deve manter castidade rigorosa e fidelidade ao cônjuge” e “[...] se a mulher traz à memória, a antiga práxis social e quer renová-la, ela é castigada com uma severidade sem precedentes” (ENGELS, 1979, p.97).

A mulher é, portanto, submetida a violências que decorrem do poder que o homem exerce sobre ela, nos termos de Engels (1979, p.92) “quando ele mata, está apenas exercendo seu direito”. Esse processo revela o ideal de mulher sendo moldado aos interesses do patriarcado, demonstrando que a violência contra a mulher na sociedade de classes surge como forma de proteger a propriedade privada do homem de forma incondicional.

As relações patriarcais contribuíram para o espraiamento do modo de produção capitalista na era dos descobrimentos geográficos, quando se preparava

para conquistar o mundo através do comércio em grande escala e da manufatura (ENGELS, 1979, p. 120). Diante disso, temos

A família individual moderna foi fundada sobre a escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. [...] Na família, ele é o burguês e a mulher representa o proletariado. (ENGELS, 1979, p. 112-113).

O patriarcado como sistema de dominação dos homens sobre as mulheres está presente nas relações sociais e, também é reproduzido por mulheres, mesmo sem considerar a presença de um homem (Saffioti, 2004). Portanto, ao reproduzir o patriarcado, as mulheres afirmam a lógica de dominação dos homens em detrimento do próprio interesse e do conjunto de mulheres. Segundo Cisne; Santos (2018, p.43), “ao reproduzir o patriarcado, as mulheres, diferentemente dos homens, não usufruem de privilégios, ao contrário”, reafirmam o sistema de opressão do qual são as maiores vítimas.

Atualmente, observamos avanços em lutas sociais de mulheres e LGBTQIA+, no entanto, as relações sociais patriarcais se reproduzem com grande facilidade no cotidiano das pessoas, por serem relações apropriadas pelas relações capitalistas. Com grande força de reprodução, através da ideologia, as relações patriarcais auxiliam na preservação da propriedade privada, das relações de exploração da força de trabalho, mantendo no espaço privado, ou seja, na família, seu espaço privilegiado de reprodução dos ideais de mulher e de homem. Neste espaço, assim como em outros, estes ideais são reforçados visando à dominação do homem sobre a mulher, negando através do preconceito e da discriminação, a existência de vivências e sujeitos que experienciam vivências diferentes daquelas prescritas pela família tradicional – patriarcal monogâmica heterossexual.

LGBTQIA+ e, sobretudo, as mulheres trans, passam a sofrer preconceitos oriundos dos valores que estão na base da sociedade patriarcal capitalista que visam manter a propriedade privada e a exploração pelo trabalho. Diante das normas socialmente aceitas que ditam como todo homem deve se portar, com quem devem se relacionar, casar e ter filhos, ao homem é relegado o papel do ser humano com maior força física, ao contrário das mulheres que são tidas como fracas e frágeis. Ao homem é atribuído o papel de provedor da mulher e dos filhos, ou seja, da família. A eles, cabe a decisão sobre qualquer assunto dentro da família. Ele é,

portanto, sinônimo de força e modelo a ser seguido socialmente. Essas relações sociais visam inferiorizar as mulheres no espaço da família, no entanto, essa inferiorização não fica restrita ao espaço familiar e se espalha para os diferentes espaços sociais que ambos ocupam. Assim acontece com os LGBTs, por se aproximarem do que é tido como feminino. Homens cisgênero e homens trans, homens bissexuais e homens gays que não reproduzem o modelo de homem forte e viril sofrem preconceito com o machismo que dita a forma como homens devem ser – forte e viris. Mulheres transexuais e travestis por vivenciarem identidades que fogem do binarismo de gênero atrelado à genitália, sofrem transfobia ao não terem suas identidades aceitas socialmente.

3 GÊNERO, PATRIARCADO E TRANSFOBIA

Este capítulo visa dar visibilidade às vivências de mulheres transexuais e travestis através da mediação entre suas vivências particulares e a dimensão macroestrutural que determinam essas vivências. Para isso, iniciaremos apresentando a concepção de gênero utilizada no estudo, a saber, partindo dos determinantes sócio-históricos da origem da propriedade privada e da família monogâmica heterossexual do patriarcado. Na sequência, abordaremos a forma como o desemprego estrutural se particulariza nas vivências das mulheres transexuais e travestis. Posteriormente, demonstraremos como o preconceito se particulariza na vida de mulheres transexuais e travestis através da transfobia e acentua os processos determinados pela lei geral de acumulação capitalista, uma vez que, as dificuldades determinadas pelo preconceito/transfobia empurram as mulheres transexuais e travestis para trabalhos precários e explorados, como acontece com o trabalho desenvolvido no mercado do sexo.

3.1 Gênero, mulheres transexuais e travestis

As relações desiguais de gênero no Brasil são auxiliares na manutenção da sociedade de classes e estão na base das violências sofridas por LGBTTQIA+. Estas violências têm raízes históricas profundas na formação sócio-

histórica brasileira, representando um grande obstáculo para estes seguimentos sociais viverem com dignidade.

Os processos sociais na sociedade de classes reforçam ideologias que naturalizam a desvalorização e inferiorização do que não está dentro do que é tido como normal. A heteronormatividade defende interesses dos integrantes da classe dominante que compreende homens cisgênero, heterossexuais, brancos e cristãos, deixando de fora todos àqueles que não contemplam essas características. As diferenças, na sociedade de classes heterossexista, racista e patriarcal, são transformadas em desigualdades e passam por processos de naturalização. Estas concepções acabam particularizando as condições de vida e de trabalho de mulheres trans e demais integrantes da sigla LBTTQIA+ (CISNE; SANTOS, 2018).

Partindo da base material e sócio-histórica, vemos que as desigualdades a que estão expostos os LBTTQIA+ não surgem no mundo das ideias, tem sua base na divisão social do trabalho originada na primeira grande revolução das forças produtivas objetivadas com o descobrimento da agricultura e determinou o poder de dominação dos homens sobre as mulheres, primeiramente no âmbito familiar e posteriormente nos demais espaços sociais. Logo, os processos sociais determinados pelo patriarcado, pelo racismo, pelo heterossexismo e pelo modo de produção perpassam as relações sociais dos LBTTQIA+, determinando as desigualdades a que estão expostos em seu cotidiano.

A sigla LBTTQIA+ é formada por letras que visam representar indivíduos identificados por dois grandes grupos. Um grupo refere-se à orientação sexual e o outro grupo a identidade e expressões de gênero. Neste estudo, não nos ateremos às especificidades dos sujeitos representados por cada letra da sigla, pois objetiva abordar as pessoas trans, mais especificamente as mulheres transexuais e as travestis, por entendermos essa população como uma das que mais sofre violências na sociedade brasileira em tempos de avanço do conservadorismo.

Mesmo sem adentrar as particularidades dos sujeitos que compõe a sigla LBTTQIA+, é importante salientar que Lésbicas, Gays, Bissexuais e Assexuais são caracterizados – mas não somente, pela orientação sexual diferente daquela tida como padrão na sociedade de classes, a sexualidade heterossexual. E sendo a sexualidade algo particular, praticado na intimidade destas pessoas, é algo que pode não ser ou estar aparente, portanto, não os expõe de imediato a olhares

conservadores e possíveis violências. O contrário acontece com pessoas trans, pela característica que as difere socialmente do que é tido como padrão, por tratar-se de sua identidade e expressão de gênero¹², e, portanto, aparente, faz com que estejam mais expostas a violências em seu cotidiano.

Segundo Filho (2005), pessoas trans são aquelas que estão transitando entre gêneros e assim, constituindo sua identidade social, conforme ressalta a seguir

A expressão *trans* é um termo “guarda-chuva”, utilizado por algumas das pessoas que se declaram em situações de trânsito identitário de gênero. As pessoas trans em maioria podem ser consideradas sujeitos que vivenciam experiências *entre gêneros*. Por terem um gênero atribuído na gestação e/ou nascimento que não as contemplam (feminino/masculino) e pelo fato de identificarem com gênero distinto deste, que vivenciam experiências *entre gêneros*. Estão *entre* o gênero atribuição e o gênero de identificação. (FILHO, 2005, p. 92).

O termo gênero, primeiramente utilizado na linguística, passou pela *sexologia*¹³ e teve sua utilização em estudos do ‘*transexualismo*¹⁴’, quando passou a ser utilizado como conceito pelas acadêmicas feministas como forma de oposição ao determinismo biológico do sexo, que denotava suposta fragilidade da mulher e sua capacidade reprodutiva no contexto da divisão sexual e social do trabalho. Portanto, antes da utilização do termo “gênero”, as categorias biológica e social eram englobadas no termo “sexo” (CARVALHO; RABAY, 2015). Portanto,

Gênero é concebido como o que é determinado socialmente e o sexo seria o que é considerado biológico ou fisiológico, ou seja, natural. A dicotomia reside, portanto, entre o que se considera natural (sexo) e social (gênero). Foi com essa perspectiva que o conceito de gênero se difundiu hegemonicamente. (CISNE; SANTOS, 2018, p.47).

¹² Expressão de gênero é a forma pela qual a pessoa manifesta publicamente o gênero que se identifica. Esta manifestação se dá através do seu nome, sua vestimenta, seu corte de cabelo, comportamentos, características corporais. A expressão de gênero nem sempre corresponde ao sexo biológico. Homens e mulheres, cisgênero ou transgênero manifestam expressões de gênero – o qual se identificam (GLAAD, 2016, p.10).

¹³ Na década de 1950 o sexólogo John Money, neozelandês radicado nos Estados Unidos, passou a utilizar o termo “gênero” em estudos como um instrumento conceitual para entender a subjetividade humana como masculina e feminina de pessoas intersexo (antes denominadas hermafroditas).

¹⁴ Termo utilizado por Robert Stoller, médico e psiquiatra, em estudos sobre a transexualidade quando esta ainda era entendida como doença catalogada na Classificação Internacional de Doenças (CID). A partir do ano 2019, foi oficializada a retirada da transexualidade da categoria de transtorno psiquiátrico e passou a compor a categoria de cuidados médicos, segundo a Organização Mundial da Saúde. A utilização do termo transexualismo atualmente torna-se pejorativo, pois remete à transexualidade ainda como transtorno psiquiátrico.

Nicole-Claude Mathieu (2014, p. 207), em seus estudos sobre sexo, gênero e sexualidade defende que o sexo e a sexualidade também possuem uma construção social e cultural, afirmando o autor a existência de uma “politização da anatomia”. CISNE; SANTOS (2018) defendem que a abordagem do gênero não pode desconsiderar a historicização do sexo. A desconsideração da construção social/cultural sobre o sexo fez com que feministas materialistas adotassem o termo “relações sociais de sexo” ao invés de gênero. Pois, para elas “o sexo também é socialmente determinado e que reduzi-lo à dimensão biológica reforça o processo de naturalização e de a-historicidade que a sexualidade tem sido tratada, notadamente, no ambiente teórico e político conservador” (CISNE; SANTOS, 2018, p.50).

Cisne; Santos (2018) informam que a ocultação do sexo como construção social/cultural ocorre nos estudos de gênero porque esses não consideram os processos imbricados nessas construções que estão diretamente ligados aos sistemas de exploração e de classe. Estudos de gênero consideram símbolos, subjetividades, identidades e representações sociais sem articular essas a base material em que são produzidas (CISNE; SANTOS, 2018, p.50).

A abordagem de gênero por si só revela seu caráter generalista, a-histórico, apolítico em seu intento de ser neutro (SAFFIOTI, 2004). Este tipo de abordagem descolada das relações sociais de classe pouco auxilia na crítica à essas relações de exploração e opressões (CISNE, 2014, p. 66). Segundo Cisne; Santos,

[...] além da naturalização do sexo que o conceito de gênero, em grande medida, trouxe consigo, quando trabalhado de forma isolada do patriarcado e das relações sociais de classe, provocou prejuízos políticos do ponto de vista coletivo da organização feminista, que envolve o processo de consciência de classe e lutadas mulheres. (CISNE; SANTOS, 2018, p.52).

Partindo da premissa da crítica feita por Saffioti, Cisne; Santos (2018, p.53), asseveram a necessidade de gênero ser abordado radicalmente associado as relações sociais de classe. Estas que tem o patriarcado como sistema privilegiado de produção e reprodução da exploração pelo trabalho. Embora Cisne; Santos (2018) optem pelo uso da categoria relações sociais de sexo, por esta abranger as relações imbricadas no contexto da sociedade de classes e por esta também apreender a politização realizada sobre o sexo/anatomia de homens e mulheres, optamos nesse estudo pela utilização da categoria gênero correspondendo às relações patriarcais

de gênero, não descoladas das relações sociais de classe e raça. Dotando-a de criticidade e apreensão materialista (CISNE; SANTOS, 2018, p.53). Faremos isso, pois,

[...] adotá-lo em uma perspectiva crítica demanda lançar mão de categorias que deem à análise substância material, econômica e política em torno dos antagonismos e hierarquias das relações sociais que gênero, por si só, não assegura. Daí nossa defesa de utilizá-lo à luz do patriarcado e relacionado, necessariamente, com as categorias classe social e raça. (CISNE; SANTOS, 2018, p.55).

Estas relações de opressão e exploração entre homens e mulheres conforma um sistema ainda muito presente na sociedade atualmente, portanto, é necessária uma abordagem crítica que considere o patriarcado quando abordar as relações de gênero na sociedade capitalista (CISNE; SANTOS, 2018, p.45). O conceito de gênero analisado criticamente induz a quebrar as dualidades: sexo/gênero e a construção natural/social de ambas e permite evidenciar o caráter histórico das categorias sexo e corpo (CISNE; SANTOS, 2018, p.50).

Considerando essa abordagem do conceito de gênero, abordaremos as mulheres transexuais e travestis, sendo as mulheres transexuais aquelas que tiveram seu gênero atribuído com base na genitália masculina e se reconhecem e reivindicam a posição de mulher. E as travestis aquelas que, como as mulheres transexuais, tiveram sua identidade atribuída ao gênero masculino com base em sua genitália, e que “transitam no universo feminino reivindicando esta identidade, mas sem reivindicar a posição de mulher” (PINTO ET AL, 2017).

As travestis não se encaixam em conceitos fechados de gênero masculino e feminino, pois transitam entre ambos, portanto compreender as travestis como parte do espectro de pessoas trans, diferenciando-as das mulheres transexuais, uma vez que elas não se enquadram no binarismo “homem ou mulher”. De acordo com Simpson (2011, p.114), “as travestis não querem ser homem, nem mulher, não precisam. Pelo menos as travestis que conhecemos, reivindicam a identidade travesti, nenhuma quer ser mulher, todas dizem: ‘sou travesti’”.

Partimos da concepção de gênero como construção social e cultural, articulando a estrutura e as relações de desigualdade (Carvalho; Rabay, 2015), ou seja, considerando suas relações sociais na sociedade patriarcal que inferioriza tudo

que é considerado feminino. O gênero, como a sexualidade, deixa de ser visto como naturalmente direcionado a reprodução, alicerçado no binarismo homem/mulher e tomado como construção que se dá nas vivências de homens e mulheres, sejam elas/eles cis gêneros ou transgêneros (HARAWAY, 1995).

As relações patriarcais de gênero na sociedade de classes, são relações de opressão e exploração e as individualidades, próprias da diversidade de homens e mulheres “são transformadas em desigualdades naturalizadas. São essas expressões da diversidade transformadas em desigualdades que particularizam as condições de vida e de trabalho de uma mesma classe” (CISNE; SANTOS, 2018, p.75). Conhecer como essas desigualdades se particularizam nas vivências de mulheres transexuais e travestis será o nosso esforço nos próximos dois subcapítulos desse estudo.

3.2 Vivências, desemprego e preconceito

A forma como o desemprego estrutural se particulariza na vida de mulheres transexuais e travestis é acentuado pelo preconceito, pois vítimas de violências decorrentes da transfobia, essas mulheres encontram ainda mais dificuldade de acesso ao mundo do trabalho, sobretudo a trabalhos formais em que tenham seus direitos assegurados. Em tempos de crise do capital, conforme aponta Antunes (1999), no qual o neoliberalismo é uma de suas respostas, a reestruturação produtiva e as decorrentes transformações no mundo do trabalho determinam o desemprego estrutural, conformando um grande número de trabalhadores desempregados, trabalhadores em situações precárias e trabalhadores sem perspectiva de se inserir no mercado de trabalho, podendo viver em uma situação de degradação ao passo em que é priorizada a produção de mercadorias e a valorização do capital (ANTUNES, 1999).

Segundo Antunes (1999), há um perfil de trabalhador demandado para a reprodução do capital, e em decorrência disso, há a formação de uma “grande massa de desempregados que vivenciam a falta de emprego através da rejeição social”, onde podemos localizar muitas mulheres transexuais e travestis. Com dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, muitas precisam recorrer à realização de atividades informais como forma de garantir sua existência.

A divisão social do trabalho decorrente da organização da sociedade de classes patriarcal induz a função que deverá ser desempenhada por homens e mulheres no mundo do trabalho. Homens passam a ocupar a esfera produtiva desempenhando atividades de grande valor social, como atividades políticas, religiosas e militares, e as mulheres relegadas é reservado o lugar da esfera reprodutiva (CISNE; SANTOS, 2018, p.62).

Com a divisão sexual do trabalho – base material da ideologia patriarcal – e a categorização assimétrica dos sexos a que se associa, definem-se o que é um homem e uma mulher, o que é ou não trabalho, o que tem ou não valor, o que é ou não produção. Além, é claro, de se estabelecerem o que é e o que não é socialmente aceitável (DEVREUX, 2011, P.14 APUD CISNE; SANTOS, 2018, P.66).

Assim, a divisão sexual do trabalho e o poder patriarcal não fica restrito a mulher compreendida sob o modelo gênero/sexo, pois se espraia pela construção de tudo que é considerado feminino e passa a ser considerado como frágil e desvalorizado. Ao passo em que o homem é dotado, segundo os valores que constituem o patriarcado, como sinônimo de força, virilidade, poder e dominação (CISNE; SANTOS, 2018, p.43). Sendo assim, o patriarcado exerce seu poder não somente sobre as mulheres, mas também sobre os LGBTTQIA+, pois estes não atendem a regra binária de homem e mulher que considera o sexo como determinante do gênero.

Esse processo de desvalorização de tudo que é considerado desviante da regra binarista de gênero vivenciado por LGBTTQIA+ contribui para que estes não acessem trabalhos formais. Diante desses impeditivos, notamos a ausência do Estado Brasileiro na falta de políticas públicas que venham diminuir as violações de direitos sofridas por mulheres transexuais e travestis. Segundo Benevides; Nogueira (2021, p.43) “o Estado não tem sido apenas omissor, mas, também, agente de diversas violações e violências contra pessoas trans.” Essa constatação se deve ao fato de ser identificado uma “política anti-trans” no desinteresse em formular dados sobre a população trans no país e no retrocesso nas políticas públicas. Revelando “a falta de respostas ao processo histórico de precarização das vidas das pessoas trans faz parte de um plano muito bem articulado entre o Estado, grupos anti-trans e

outros que incentivam o ódio contra essa parcela da população” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.43).

A política anti-trans materializada através dos grupos antigênero pode ser observada durante a votação dos planos municipais de educação em 2016 em que grupos conservadores pressionavam os vereadores pela não inclusão da abordagem de gênero nos planos e conseqüentemente nas escolas. Atualmente,

O núcleo duro da ideologia antigênero do governo Bolsonaro está situado na interseção entre o Itamaraty, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério da Educação. Em especial, o ministro de relações exteriores e a ministra Damares Alves deixaram isso muito claro ao longo do último ano. Ou seja, as posições antigênero estão hoje traduzidas em políticas públicas e em diretrizes estatais. Não se trata apenas de um discurso de agitação política usado pelas bases bolsonaristas. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, P.52).

Asseveram as autoras que atualmente as posições anti-gênero não são utilizadas somente para agitação política, mas estão sendo materializadas em políticas públicas e diretrizes estatais. Estas diretrizes contribuem e reforçam o ciclo de violências e violações de direitos sofridas por mulheres transexuais e travestis em diferentes âmbitos de suas vidas.

As violências sofridas por mulheres trans podem estar presentes em suas realidades desde quando estas começam a se descobrir e questionar a identidade atribuída a elas no nascimento. Considerando que as primeiras relações sociais desenvolvidas acontecem junto à família e a escola, são nestes espaços que acontecem as primeiras violências, segundo Simpson (2011, p. 111), “na família se espera que homens se comportem como homens e mulheres como mulheres. E, se você não estiver nesse contexto, estará literalmente à margem”, configurando o primeiro lugar onde podem sofrer violência, partindo do controle de comportamento por parte da família.

Para muitos pais, ter uma pessoa trans dentro de casa pode ser a primeira pessoa transgênera que eles conhecerão. Infelizmente, o medo do desconhecido e do estigma anti-trans causado por elementos como narrativas violentas como a falaciosa “ideologia de gênero”, o ódio religioso que trabalha pela manutenção do binarismo de gênero e o cissexismo, a implementação de políticas institucionais anti-trans. Esse cenário leva muitos a inicialmente rejeitarem ou negarem o reconhecimento de seus filhos e filhas, pelo que são. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.38).

A rejeição da família pode ter um efeito devastador no bem-estar e na autoestima de pessoas trans, além de impactar significativamente nas dificuldades que pessoas trans encontraram para frequentar outros espaços necessários para a vida em sociedade. Segundo Benevides; Nogueira (2021) a rejeição de pessoas trans dentro de suas famílias chegou a níveis alarmantes, pois essa discriminação tem começado cada vez mais cedo, ou seja, mulheres transexuais e travestis, desde a mais tenra idade sofrem com o preconceito e a discriminação dentro de suas famílias. Estes acontecimentos podem dificultar o acesso e a continuidade de suas vivências escolares.

O preconceito com mulheres transexuais e travestis, determina diversas violências quando estas mulheres frequentam a escola e passam a expressar sua identidade. Estas violências se materializam no bullying realizado pelos colegas, no desrespeito ao uso do nome social por parte de colegas e professores e as dificuldades de uso do banheiro. Ao utilizarem o banheiro de acordo com o gênero que se identificam sofrem discriminação com o argumento de que o seu lugar não é ali, não tem seu gênero respeitado e são tidas como homens e, portanto, deveriam usar o banheiro masculino. Caso, se sintam à vontade para utilizar o banheiro masculino, podem sofrer discriminação por serem homens afeminados e não machos e viris como todo homem deve ser, segundo a norma aceita socialmente.

A falta de apoio da família na infância e na juventude e a discriminação sofrida na escola poderá impedir a qualificação profissional de mulheres transexuais e travestis “impondo-lhes uma interrupção do processo de acesso à cidadania” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.37). Por isso, salientamos a importância do incentivo e inclusão da discussão sobre diversidade nas escolas, para que LGBTTTQIA+ e outras identidades diversas, não sejam expulsos/as do convívio familiar e da escola devido a sua identidade. E também como fortalecimento de processos educacionais que possibilitem que essas pessoas acessem o mercado formal de trabalho, pois sabemos, que isso não vem acontecendo. LGBTTTQIA+, sobretudo, as mulheres transexuais e travestis tem sido cada vez mais empurradas

para a realização de trabalhos informais¹⁵ cada vez mais precários (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.41).

As múltiplas violências na família e na escola podem determinar o lugar que ocuparão no mundo do trabalho, pois, impossibilitadas de buscar formação através da educação, se inserem em trabalhos informais, muitas vezes precários, dentre eles as atividades desenvolvidas no mercado do sexo. Segundo Seffner (2011, p.44), “há vulnerabilidades em decorrência de menos recursos econômicos, sociais e legais para enfrentar a vida em sociedade. Estigma e discriminação afetam negativamente as relações das pessoas com os serviços sociais”. Assim sendo, as violências sofridas nas relações familiares e na escola, contribuem com as violações e violências que estas mulheres estão expostas e que podem se agravar em um contexto neoliberal de avanço do conservadorismo como o atual.

As violências, sofridas na família e na escola, que mulheres transexuais e travestis estão expostas em decorrência da transfobia não se limitam a esses espaços e acontecem em diversos espaços que frequentam. Segundo dados do *Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020*, 7% dos casos de violência sofrido por mulheres transsexuais referem a violência doméstica, 5% das ocorrências são denúncias de transfobia por motoristas de aplicativos de carros, 4% são denúncias de violências por dificuldade de acesso aos serviços de saúde durante a pandemia e 2% de desrespeito ao uso do nome social (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.118).

Os dados citados acima são formulados pela ANTRA com base em matérias jornalísticas em jornais físicos e digitais, pois não há órgão a nível de Estado que faça esse levantamento de dados. Este fato revela subnotificação existente quando falamos em violência de mulheres transexuais e travestis. Soma-se a isso o fato de que muitas mulheres transexuais e travestis ainda não sabem que podem denunciar e buscar proteção com base na Lei maria da Penha. Há casos de mulheres que sabem que podem realizar a denúncia, mas não a fazem por não se sentirem seguras e acolhidas na hora da denúncia (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.118).

¹⁵ Abordaremos a inserção das mulheres transexuais e travestis no mundo do trabalho no subcapítulo a seguir.

Segundo Cisne; Santos (2018, p.74), a desvalorização e as violências proferidas contra mulheres podem ser observadas em diversos espaços no âmbito público “como nas desigualdades no mundo do trabalho, na desvalorização do nosso corpo em letras de música e na mercantilização em propagandas comerciais, nos racismos e sexismos institucionais etc.”. Atualmente, posterior ao início da pandemia do coronavírus e a explosão de shows via lives em redes sociais digitais, tomamos conhecimento de vários casos de transfobia através de declarações de cantores e cantoras. Atentamos também para os ataques sofridos por mulheres transexuais e travestis eleitas no pleito de 2020 para as câmaras municipais. Ataques estes realizados de forma virtual e também física (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.114).

Durante a pandemia, houve aumento no número de casos de violência contra mulheres transexuais e travestis, segundo dados da ANTRA, “de janeiro a outubro de 2020, houve um aumento de 47% em relação ao mesmo período de 2019” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.122). Informam as autoras que a cada 48 horas, uma pessoa trans foi assassinada no Brasil, sendo a maioria destas pessoas trans negras. Essa informação revela o fato de que as violências decorrentes dos valores patriarcais trazem consigo, além do gênero, valores que estão na base de violências de raça/etnia e classe social.

Benevides; Nogueira (2021) informam que, com a pandemia, muitas pessoas trans passaram a cumprir a quarentena com familiares e isso determinou um aumento nos casos de violência doméstica, pois muitos familiares escolhem a postura conservadora de não aceitação de identidades que fogem no binarismo rígido de gênero que considera o homem e a mulher determinados pelo sexo/genital. Essas violências somaram um aumento de 45% no primeiro semestre de 2020 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.119).

O aumento das violências praticadas contra mulheres transexuais e travestis no contexto da pandemia de coronavírus revela outros dados preocupantes no que tange a saúde destas mulheres, sobretudo à sua saúde psicológica. O suicídio de pessoas trans é um triste e infeliz dado acompanhado pela ANTRA em anos anteriores e que foi observado aumento durante o primeiro ano da pandemia do coronavírus. Em 2019 foram mapeados 15 casos de suicídio de pessoas trans, sendo 33% (cinco) homens trans/transmasculinos e 67% (10) mulheres transexuais

e travestis. Em 2020, a ANTRA mapeou 23 suicídios, sendo 30% (sete) de homens trans/transmasculinos e 70% (16) de mulheres transexuais e travestis (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.119).

O suicídio é um problema de diversas causas, sendo entendido como uma ação que pode estar vinculada a fatores biológicos, psicológicos e a conjuntura socioeconômica. Werlang (2013) menciona que o fenômeno do comportamento suicida é muito complexo de ser abordado, pois, no mundo ocidental, a morte, por si só, já é um assunto difícil de ser trabalhado nos múltiplos espaços sociais. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.121).

Atentamos para o fato de o suicídio ser determinado por diversos determinantes sociais, no entanto, caso de pessoas trans, Benevides; Nogueira (2021, p.121) elencam “o abuso físico ou sexual, a exclusão familiar, o desemprego, a violência, a ausência de esperança, o transtorno de ansiedade generalizada, a depressão, humilhação, baixa autoestima” como fatores predominantes na ocorrência da ideação e objetivação suicida.

Os dados revelam o fato de que ações não foram pensadas para a proteção da população LGBTTTQIA+ enfrentar a crise e os riscos decorrentes da pandemia do coronavírus. Segundo dados das ANTRA, “70% da população trans não teve acesso às medidas emergenciais ou auxílio por parte do Estado” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.44). Entre os motivos para a falta de acesso estão a falta de documentação, falta de acesso à internet e meios tecnológicos e dificuldade de preenchimento do cadastro, pois este não continha campo para utilização do nome social, revelando a política anti-trans do governo Bolsonaro (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.44).

Segundo dados do ANTRA, cerca de 75% da população no país não tem relações sociais de nenhum tipo com pessoas trans, ou seja, não tem e não tiveram contato em seu cotidiano com nenhuma pessoa trans. Esse fato pode revelar o lugar em que as pessoas trans estão sendo sistematicamente empurradas em nossa sociedade. Revela o mito e o tabu colocado sobre as pessoas trans e, sobretudo, revela o fato de a transfobia ser reproduzida de forma tão fácil socialmente.

Devido ao processo de exclusão familiar, social e escolar, como já mencionado em diversas ocasiões e em pesquisas anteriores, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que travestis e mulheres transexuais sejam expulsas de casa pelos pais (ANTRA, 2017) - e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino

fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Íris/Afro Reggae). Essa situação se deve muito ao processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.43).

O desemprego estrutural e o preconceito sofridos por mulheres trans em decorrência de sua identidade revela o contexto social, econômico e cultural em que estão inseridas que impactam de forma significativa na materialidade de suas vidas e na formação de suas subjetividades. Isso revela o acesso limitado ao mercado formal de trabalho, determinando a realização de trabalhos informais precários e dentre estes, o seu envolvimento com o sexo comercial para garantirem seu sustento (MAGNO et al, 2019).

3.3 Processo de trabalho no mercado do sexo

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA formulou dados sobre a empregabilidade de pessoa trans no Brasil. Esses dados revelam a transfobia institucional existente nas empresas objetivada na dificuldade de contratação e efetivação de pessoas trans e na manutenção de pessoas já contratadas. Segundo Benevides; Nogueira (2021, p.43) “as empresas ainda têm dificuldade para a implementação ou adequação de políticas sobre diversidade efetivas, ou para o correto acolhimento de corpos trans e suas respectivas especificidades”. Devido a isso, são comuns os casos de pessoas trans que, após serem contratadas, sofrem “um processo de assédio – pelo corpo gestor e colegas de trabalho, além de diversos tipos de transfobia velada que tornam o ambiente laboral pouco acolhedor” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.43).

O contexto atual de crise política e econômica potencializado pela pandemia de coronavírus determinou o aumento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade e de miséria no Brasil. Diante disso, estima-se que somente 4% do total de mulheres transexuais e travestis se encontra em empregos com vínculo formal de trabalho, tendo seus direitos trabalhistas assegurados e com possibilidade de progressão na carreira (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.44).

[...] dentro desse cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, tendo sido empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades encontrando-se em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência, a toda a sorte de agressões físicas e psicológicas. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.42).

Benevides; Nogueira (2021, p.44), informam que apenas 6% do total de mulheres transexuais e travestis do país exercem atividades informais e subempregos e 90% da população de mulheres transexuais e travestis realizam atividades no mercado do sexo como forma de manter sua subsistência.

A comercialização do sexo, necessária a manutenção de suas vidas, ocorre em um espaço de intercâmbios materiais e subjetivos mediados pela forma como se organiza a sociedade. O conjunto destes intercâmbios caracterizados como comércio, constituem, portanto, o mercado do sexo (PISCITELLI, 2016 APUD FRANÇA, 2017).

Segundo França (2017) os intercâmbios no mercado do sexo ocorrem sob posições desiguais entre os parceiros, portanto, ao serem analisadas, devem considerar, além das relações de gênero, raça, classe, idade e nacionalidade.

É preciso considerar as escolhas e as experiências das trabalhadoras do sexo em um contexto social, econômico e político mais amplo em que o gênero está imbricado, se entrecruza e se coproduz com outros marcadores sociais – como classe, raça e idade (Kergoat, 2009) – o que afeta as posições das mulheres no mercado de trabalho e nas relações privadas (FRANÇA, 2017, p. 137).

Neste contexto de opressão material e simbólica, em que encontram dificuldades de acesso à escola e ao mercado de trabalho formal, mulheres transexuais e travestis tem, com a renda proveniente do trabalho no mercado do sexo, a inserção social através da aquisição de bens materiais. Segundo Libório (2004) apud Serpa; Felipe (2019) “a lógica de mercado cria uma cultura do consumo, impondo valores e modos de existência baseados na aquisição de bens materiais como forma de inclusão social”. Para, além disso, obtém a oportunidade de investirem em transformações para adequarem seus corpos a sua identidade. “Muitas investirão em si, mas também ajudarão suas famílias, uma vez que essa é a forma que têm de resgatar o carinho ou conseguir aceitação dos seus” (PELÚCIO, 2005 p. 246).

Fica evidente a forma alienada como são desenvolvidas as relações dessas mulheres e seus familiares, uma vez que não são aceitas em suas famílias por serem quem são, mas pela ajuda que podem proporcionar às suas famílias em suprir suas necessidades de subsistência. Isso demonstra a coisificação das relações na sociedade capitalista, pois, estas mulheres não são aceitas como são, mas pelo que podem oferecer, visando a manutenção de seus familiares.

Diante disso questionamos: o que acontece com as mulheres transexuais e travestis que não obtêm ganhos suficientes no mercado do sexo para auxiliar suas famílias? Não serão “aceitas”? Não tem a oportunidade de reaproximação? E aquelas que obtêm ganhos suficientes para promover ajuda aos seus familiares durante um curto período, e com isso “ganham a aceitação”, o que acontece quando os ganhos não são mais suficientes? São novamente expulsas do convívio familiar?

O trabalho realizado no mercado do sexo proporciona a manutenção de suas necessidades e também pode auxiliar na manutenção das necessidades da família, mesmo que em um primeiro momento a família não tenha aceitado sua identidade, a renda proveniente do trabalho propicia a aproximação destas mulheres com sua família. No entanto, essa relação com a família se mostra uma relação alienada, pois a aceitação se dá mediante a contribuição que essas mulheres podem fazer para a subsistência de seus familiares. Esse é apenas um dos espaços onde as relações desenvolvidas por mulheres transexuais e travestis se dá de forma alienada e oferece riscos a sua saúde física, psicológica e social.

Para compreender melhor como se constitui o trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo, é necessário olhar para este processo de trabalho, buscando identificar os elementos que o compõe, bem como a mercadoria enquanto produto do trabalho realizado que se constitui mercadoria vendida e comprada no mercado do sexo.

Concebendo a prática sexual de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo como trabalho, o seu trabalho é esta prática, a prática sexual, ou o sexo. Esta prática foi pensada e antecipada em sua mente antes de sua objetivação. Segundo Marx (1996, p. 297) “o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem [...] Durante esse processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente.” Ao objetivar a atividade pensada, ou seja, ao realizar a atividade,

Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.” (MARX, 1996, p. 297).

Este autor informa que o processo simples de trabalho se constitui de três etapas que são, a saber, a atividade orientada a um fim ou o próprio trabalho, os objetos e os meios de trabalho. Neste sentido nos propomos a identificar estas etapas no processo de trabalho realizado pelas mulheres trans no mercado do sexo.

O trabalho como supracitado é o trabalho mesmo, a atividade, o ato sexual, o sexo que ela realiza com seu corpo, pondo em “movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade” (MARX, 1996, p.297), conformando a força de trabalho. No sexo como trabalho, os objetos de trabalho conformam também o corpo que realiza a atividade sexual, porque é através deste, com seus órgãos e membros que compõe a sua corporalidade, que o sexo é realizado de forma que deverá agradar e dar prazer ao comprador do seu trabalho. O corpo que pensa a atividade e a executa e o mesmo corpo é utilizado para executar a atividade, o sexo. Este sexo não é qualquer sexo, pois é um sexo melhorado, aprimorado através da prática ao longo do tempo visando justamente agradar e dar prazer ao cliente, comprador ou consumidor da mercadoria que é o sexo. Portanto, o corpo é a matéria prima do sexo como mercadoria.

Para além da atividade orientada a um fim, o trabalho precisa de meios necessários para sua execução e no caso das mulheres transexuais e travestis que executam trabalho sexual no mercado do sexo, os meios se constituem através do seu corpo e das vestimentas utilizadas que agradem os clientes, entre essas estão os vestidos de festa, vestidos “de noite”, vestidos curtos, sapatos de salto alto, batom, perfumes, perucas e roupas com grandes decotes. Uma série de itens que contribuam com a composição da identidade a qual se reconhecem e que favoreçam na visibilidade nos locais onde executam suas atividades. Neste sentido, muitas mulheres buscam modificações corporais, através de cirurgias plásticas, próteses de silicone nos seios, nas nádegas e coxas para se adequarem ao gênero o qual se identificam. Muitas buscam essa adequação por motivos pessoais, no entanto, outras não vem necessidade nessa adequação por questões pessoais, mas ainda

assim buscam fazer, pois auxilia no trabalho no mercado do sexo. BENEVIDES; NOGUEIRA (2021) destacam que mulheres transexuais e travestis com próteses de silicone industrial devem ter cuidados redobrados durante a pandemia do coronavírus, pois o silicone industrial é considerado um fator de risco para infecção pelo COVID-19 caso esteja em um processo de inflamação.

[...] o silicone por si só não é um perigo, mas, como nunca se sabe quando e porque ele inflama ou mesmo infecciona, pode ser uma “bomba relógio”. Ademais, num processo inflamatório ou infeccioso que esteja ativo, seu sistema imunológico já está travando uma batalha para tentar curar esta inflamação ou infecção do silicone, imagina ainda ter mais uma infecção causada por um vírus novo, com algum nível de mutação já visto no Brasil. Seu sistema imunológico pode não dar conta de duas ou três grandes batalhas assim, juntas. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.124).

O corpo adequado a sua identidade, mesmo sendo um risco no contexto atual de pandemia, se constitui como um meio de trabalho, pois somente o corpo sem as modificações pode ser insuficiente para que obtenham clientes. Estes itens se configuram meios de trabalho, pois sem estes itens, muitas mulheres não conseguiriam clientes e não venderiam sua mercadoria. Segundo Marx,

O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente — abstraindo a coleta de meios prontos de subsistência, frutas, por exemplo, em que somente seus próprios órgãos corporais servem de meios de trabalho — não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Assim, mesmo o natural torna-se órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua figura natural [...] (MARX, 1999, p. 299).

Compõe estes meios também a rua, os quartos de motéis, pois são nestes espaços onde muitas mulheres realizam suas atividades no mercado do sexo. Além de ser o lugar onde muitas expõem seus corpos aos clientes, ou seja, a rua, muitas vezes é a vitrine onde oferecem seus serviços e pode ser também o local onde executam o trabalho. Assim é também o carro de clientes, motéis, casas de prostituição etc. Segundo Benevides; Nogueira (2021, p.66) “[...] o principal local em que essas mulheres trans/travestis sofreram atentados contra sua vida foi na rua, e que 72% dos autores foram seus clientes”. Para Marx,

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve

como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo. (MARX, 1996, p. 298).

Em outros processos simples de trabalho, encontraremos elementos distintos em sua composição, mas no caso das mulheres transexuais e travestis – e de todos aqueles que realizam atividades no mercado do sexo – o corpo participa de todo o processo. Em outros processos de trabalho, em que há a utilização de objetos de trabalho e/ou matéria prima distintos, o responsável por estes despense cuidados para que sejam conservados na execução do trabalho. Estando atento para o desgaste destes elementos, ou seja, em outros processos de trabalho há cuidados com os meios de trabalho que desgastam. E o desgaste daquele que executa a atividade ou trabalho mesmo.

No mercado do sexo, o corpo de quem executa o trabalho é triplamente utilizado no processo de trabalho. O corpo é o executor da atividade, é também objeto de trabalho e este mesmo corpo é um dos meios de trabalho. As mulheres planejam em sua mente o trabalho, o sexo que visa a satisfação dos clientes. Para isso, despendem energia em sua atividade corporal e por meio do seu corpo – como realizam o sexo que deverá ser aprimorado com o tempo, visando satisfazer o comprador.

Neste sentido, pensar o trabalho das mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo é pensar no desgaste do trabalhador, é pensar no seu desgaste como executora do trabalho. Pensar no gasto ou desgaste da matéria prima é pensar no seu desgaste porque a matéria-prima é o seu corpo. Pensar no desgaste dos meios de produção utilizados é pensar no seu desgaste, porque entre os meios de produção, está também o seu corpo. Ou seja, ao realizar este trabalho, as mulheres sofrem triplamente os desgastes do processo de trabalho.

Compreender o processo de trabalho destas mulheres a fim de conhecer como se constitui esse trabalho no mercado do sexo, possibilitará perquirir a realidade em seus pormenores para conhecer os múltiplos determinantes que constituem essa realidade e como esses múltiplos determinantes se movimentam, revelando a sua dinâmica. Neste sentido, buscamos compreender a mercadoria

entregue no trabalho realizado por mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo.

O trabalho, que, primeiramente detinha função reguladora básica, como o advento do capital, passa a assumir uma característica de divisão hierárquica sob o mando do capital, visando à ampliação contínua, sistemática e crescente dos valores de troca (ANTUNES, 1999).

O capitalista passa a consumir a força de trabalho enquanto mercadoria comprada por ele, paga por seu valor de uso (MARX, 2012). A utilização da força de trabalho, a qual o capitalista pagou por seu valor de uso, vai produzir mercadorias que serão vendidas por seu valor de troca. Segundo Marx (2012) é na extração do trabalho excedente na produção de mercadorias que está o pilar central da acumulação da riqueza e da separação do homem da verdadeira essência do trabalho. Nos termos de Marx,

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em "imensa acumulação de mercadorias", e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria (MARX, p. 57, 2006).

Marx, ao iniciar sua análise do modo de produção capitalista pela mercadoria, no livro *O Capital: a crítica da economia política* informa que a riqueza das sociedades orientadas pelo modo de produção supracitado, configura-se na acumulação de mercadorias. Segundo o autor, estas mercadorias podem ser de todos os tipos, desde que visem atender os mais diversos desejos humanos, não importando como irão satisfazer as necessidades humanas, podendo ser um meio para subsistência, um objeto para o consumo, ainda que, seja utilizada indiretamente como meio de produção.

Marx (2006) aponta a duplicidade de coisas uteis, como exemplo, o ferro e papel, consideradas sua quantidade e qualidade, podem apresentar um conjunto de diversas propriedades, podendo ser útil de diferentes modos. Sob esta perspectiva, podemos então classificar as relações sexuais, necessárias para a reprodução da espécie, também utilizada sem o desejo de reprodução, fazendo parte de um conjunto de diferentes formas de demonstração que se dá em relações estabelecidas entre o homem e a mulher, conforme aponta Marx, e também, entre o

homem e o homem e entre a mulher e a mulher. Portanto, as relações sexuais, atendem necessidades humanas que estão para além do desejo de reprodução.

A relação sexual como mercadoria não surge com o modo de produção capitalista, e não se configura uma questão atual, a saber, em outros contextos sociais, ela era realizada, sendo a prostituição chamada de “profissão mais antiga do mundo”. Mas na sociedade capitalista, a prática sexual – o sexo, como mercadoria tem outros determinantes, haja visto que, um grupo social tem na venda do sexo uma das poucas formas de garantir sua subsistência, configurando a mercadoria sexo.

O grande volume de relações de compra e venda do sexo, configura um mercado onde a relação sexual, ou o sexo, é a mercadoria vendida. Portanto, na sociedade do capital, o sexo tem um valor de uso e um valor de troca¹⁶, comercializados no mercado do sexo.

Marx (2006) apresenta a definição de valores de uso e valores de troca, a saber, da seguinte forma,

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. O valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma da sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca. O valor de troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de diferentes espécies, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço (MARX, p. 58, 2006).

Se a utilidade de algo é pressuposto de um valor de uso, e este valor só se realiza na sua utilização ou consumo, logo, para o sexo ter se tornado mercadoria no modo de produção capitalista, compreendemos que previamente o mesmo já possuía um caráter de uso, que foi transformado em caráter de consumo na sociedade capitalista e que hoje se desdobra- de várias formas em diferentes mercadorias – vide as revistas, canais, sites que comercializam cenas de sexo, visando à satisfação de outras necessidades.

¹⁶ Cabe salientar que a venda do próprio corpo não produz mais-valor, pois isso ocorre quando a venda do corpo/sexo é intermediado por terceiros que se apropriam de parte do valor ganho com o trabalho realizado pelas mulheres transexuais e pelas travestis que executam trabalho no mercado do sexo.

A mercadoria não é somente valor de uso, também tem caráter de valor de troca (MARX, 2006). Segundo Cafieiro (2014), o trabalho humano necessário para produção das mercadorias é a base do valor de troca, ou seja, a mercadoria é produzida pelo trabalhador. Logo, o sexo configura-se enquanto mercadoria no modo de produção capitalista, a partir do momento em que o sujeito imprime trabalho, dando a ele (o sexo) o caráter de valor de troca - quando intermediado por terceiros.

Segundo Cafieiro (2014), a mercadoria nasce por obra do trabalho, e este trabalho precisa ser útil a todos, como exemplificado a seguir

Por exemplo, o ar, os prados naturais, a terra virgem etc. são úteis ao homem, mas não constituem nenhum valor, porque não são produtos de seu trabalho e, conseqüentemente, não são mercadorias. Também podemos fabricar objetos para o nosso próprio uso, mas que não podem ser úteis a outros; nesse caso, não produzimos mercadorias. Do mesmo modo, não produzimos mercadoria quando trabalhamos com coisas que não têm nenhuma utilidade para nós, nem para os outros (CAFIEIRO, p. 23, 2014).

O sexo ou a prática sexual realizados em relações entre duas ou mais pessoas, onde não é oferecido algo em troca, como dinheiro ou outra forma de compensação, embora imprima um processo de trabalho, não configura a prática como mercadoria, pois este sexo oferecido tem um caráter útil para ambos, ou seja, um valor de uso para ambos. A saber, para configurar mercadoria, esta não pode ser valor de uso para aquele que o produz. O sexo para se tornar mercadoria, precisa que tenha valor de uso, dispêndio de trabalho humano, e tenha valor de troca, ou seja, ter caráter útil para outros. Marx argumenta que na sociedade burguesa, o trabalho tem sido utilizado essencialmente para produzir bens, mercadorias, base para a obtenção de lucro a partir da exploração da classe trabalhadora.

Pensar o trabalho de mulheres no mercado do sexo, demanda que compreendamos os elementos constitutivos do trabalho, ou seja, os elementos que compõe a cadeia produtiva de trabalho.

Marx descreve o trabalho como um processo do homem com a Natureza, e sendo o homem parte da Natureza, o homem transforma a natureza e transforma a si mesmo na execução do trabalho. Nos termos de Marx (1996, p. 297), o homem “se defronta com a matéria natural como uma força natural” e com “as forças

naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão” o homem apropria da matéria natural “numa forma útil para sua própria vida”. A matéria natural confrontada pelas mulheres trans é a prática sexual que ela realiza, enquanto trabalho, utilizando seu corpo não apenas na consecução do trabalho em si, mas também como objeto e meio de trabalho, visando a satisfação do comprador do produto do seu trabalho.

O nível de precarização em que o trabalho desenvolvido por mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo é grande, mas pode variar em maior ou menor grau se este trabalho é desenvolvido de forma autônoma, sem atravessadores/mediadores ou de forma assalariada, em que as mulheres trabalham para cafetões e cafetinas – e esses organizam clientes e locais para a realização do trabalho e lucram com o trabalho realizado por elas.

Como trabalhadoras autônomas, a organização do trabalho e dos elementos necessários à sua realização é de responsabilidade das mulheres transexuais e travestis realizam o trabalho. Quaisquer sejam os elementos necessários são de sua responsabilidade: agendamento, local para realização, a produção estética, compra de roupas e acessórios. Tudo é decidido pelas mulheres de acordo com suas condições de vida.

Alguns elementos podem depender da negociação com o cliente/consumidor do trabalho sexual, como por exemplo, o lugar onde será realizado o trabalho, este poderá ser decidido em conjunto com o cliente para encontrar o “melhor” lugar para ambos. Para ela poder realizar o trabalho e para o cliente obter o serviço de forma mais reservada possível, longe dos olhos da sociedade, pois, a transfobia presente em nossa sociedade é forte, visando a proteção dos valores patriarcais. Isso faz com que muitos homens que procuram as mulheres transexuais e travestis trabalhadoras sexuais busquem o máximo de sigilo no mercado do sexo.

Esse poder de decisão dado aos homens pelas mulheres transexuais e travestis, visando a proteção da identidade dos consumidores do trabalho sexual, constitui um dos elementos que pode contribuir com as violências que estão expostas na realização deste trabalho. Os riscos surgem quando a intenção do cliente é outra ou ultrapassa o interesse no trabalho sexual e se materializa na prática de violência física baseada na transfobia. Segundo Benevides; Nogueira,

[...] existe um perfil prioritário que tem sido vitimado pela violência transfóbica, que é a travesti ou mulher trans, negra, pobre, que é percebida dentro de uma estética travesti socialmente construída e, principalmente, profissionais do sexo que atuam na prostituição nas ruas. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, P.53).

Esse fator soma-se a outros supracitados e evidencia a precarização do trabalho realizado por mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo. Essa precarização do trabalho é potencializada pela transfobia que perpassa, além das relações familiares e escolares, também as relações de trabalho destas mulheres no mercado do sexo.

A realização do trabalho sexual com intermédio de cafetões, cafetinas e outros intermediadores revela a face da exploração do trabalho realizado por mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo. Estes intermediadores podem estar presentes em diferentes etapas do trabalho das trabalhadoras sexuais, buscando uma forma de se apropriar da mais-valia produzida por elas no mercado do sexo.

Basicamente, o intermédio de cafetões e cafetinas, está presente na demarcação de locais onde são oferecidos o trabalho sexual, sejam eles casas de prostituição, boates ou até mesmo lugares delimitados em espaços públicos como nas ruas.

Cafetões e cafetinas costumam demarcar espaços nas ruas das cidades e permitem que ali trabalhem somente aquelas trabalhadoras autorizadas por eles mediante combinação de pagamento sobre os trabalhos realizados. Trabalhadoras que se negam a pagar ou novas trabalhadoras ainda não autorizadas não podem ocupar esse espaço para oferecer seus serviços, pois, podem pegar o cliente de uma outra trabalhadora que o cafetão/cafetina iria lucrar com o seu trabalho.

Mulheres transexuais e travestis adequam seus corpos a sua identidade, o fazem por sentirem necessidade ou por demanda do trabalho que realizam no mercado do sexo conforme supracitado. Essas adequações, muitas vezes, não são possíveis de serem realizadas com o dinheiro que ganham no mercado do sexo. Muitas buscam o financiamento de cafetões/cafetinas e outros intermediadores para a realização de procedimentos que tem como finalidade adequar seus corpos a sua identidade a um ideal de beleza que seja vendável no mercado do sexo. Muitos cafetões/cafetinas e outros intermediadores encontram nesses financiamentos mais

uma forma de explorar mulheres transexuais e travestis através da cobrança de valores altíssimos. Essas mulheres ficam presas a estes intermediadores durante anos como forma de pagar o financiamento.

A realização de acordos entre as trabalhadoras sexuais e esses intermediadores se dá por meio de combinados e pactos feitos “boca a boca”, sem nenhum documento ou base legal para isso. Isso mostra que o não cumprimento de algum acordo não deve acarretar danos a quem não cumpre, por exemplo, se uma trabalhadora sexual se nega a entregar parte dos seus ganhos para o cafetão/cafetina, ela não pode ser cobrada legalmente por isso, pois não há documento que comprove tal acordo. No entanto, isso denota que a violência é o meio utilizado por cafetões/cafetinas e outros atravessadores para fazer serem cumpridos os acordos realizados no mercado do sexo.

O trabalho precário, a exploração do trabalho e a violência materializada de diferentes formas na vida de mulheres transexuais e travestis demonstra a triste e cruel realidade destas mulheres no Brasil. Segundo Benevides; Nogueira,

[...] 2020 foi o ano com mais assassinatos de travestis e mulheres trans desde o início desse tipo de levantamento de dados no país, com o número recorde de 175 assassinatos contra pessoas trans do gênero feminino. O número de vítimas do gênero feminino em 2017 foi de 169 assassinatos de travestis e mulheres trans, 158 casos em 2018, e 121 assassinatos em 2019. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.50).

Compreender que estas mulheres, violentadas desde a infância em todos os espaços sociais que frequentam, são empurradas para a realização de trabalho sexual no mercado do sexo, e que tem nesse trabalho precário e explorado o espaço que as deixa ainda mais vulnerável a violência de todos os tipos, é necessário para propor formas de intervenção nessa realidade. A realização do trabalho sexual como forma de manter sua subsistência é, contraditoriamente, também o espaço que mais coloca a sua vida em risco devido ao preconceito com mulheres transexuais e travestis. É necessário compreender que esse preconceito não nasce no campo das ideias ou da cultura, mas tem base em relações concretas que visam legitimar a exploração da maioria por uma minoria e a proteção da propriedade privada por esta minoria (CISNE; SANTOS, 2018, p.45).

4 OS RESULTADOS DO ESTUDO

Neste capítulo, o compromisso é dar visibilidade a análise das informações coletadas na pesquisa bibliográfica. Serão apresentadas as categorias do estudo, assim como as inferências e interpretações dos dados obtidos na pesquisa.

4.1 Apresentação das bibliografias que compõe o estudo

As bibliografias que compõe o corpus de análise deste estudo resultam das buscas realizadas em Catálogos e Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações produzidas no Brasil. Além destes catálogos e bibliotecas de teses e dissertações, foram realizadas buscas por artigos científicos nas principais revistas da área do Serviço Social.

As buscas por teses e dissertações que abordem as relações de trabalho de mulheres trans no mercado do sexo no Brasil foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. As buscas por artigos científicos foram realizadas nas revistas *Katálysis*, *Serviço Social e Sociedade* e *Textos e Contextos*.

As buscas foram realizadas, em um primeiro momento com os seguintes descritores: mulheres trans; relações de trabalho, mercado do sexo. As buscas por estes descritores não apresentaram resultados por serem compostos, e até mesmo em nos sites que permitiam o uso de descritores compostos, não resultavam em obras específicas sobre o tema buscado. Portanto, optamos por desmembrar os descritores em unidades, deixando somente uma palavra para cada busca realizada. Sendo assim, passamos a realizar a busca através dos descritores: mulheres; travestis; transexuais; mercado do sexo.

As buscas por Teses e Dissertações que contemplem o trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo no Brasil, foram realizadas, buscando os seguintes metadados: *título e palavras-chave*. Estas buscas foram refinadas para atingir a proposta metodológica do estudo. Neste sentido, foram realizadas buscas,

considerando o tipo de documento: *Teses e Dissertações* produzidas nos últimos seis anos, ou seja, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Estas buscas foram refinadas, considerando a grande área do conhecimento *Ciências Sociais Aplicadas* para, por fim, chegar a área do conhecimento, *Serviço Social*, de onde parte este estudo.

As buscas pelo descritor mercado do sexo não resultaram em produções que abordassem o trabalho de mulheres trans, portanto, estas não foram incluídas. As buscas pelo descritor *mulheres* no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes resultaram em 199 Dissertações e 49 Teses que contemplavam o descritor Mulheres no título e/ou nas palavras-chave. Estas obras abordam mulheres cisgênero e mulheres transgênero e, portanto, para atingir a proposta metodológica e o propósito deste estudo, realizamos coleta manual através da leitura dos resumos das 248 teses e dissertações para localizar as teses e dissertações que tem mulheres trans como sujeitos. Foram encontradas 10 dissertações, sendo que 9 tem autorização para consulta e um não tem autorização para consulta. Das 49 teses encontradas apenas 1 tinha como mulheres trans como sujeitas do estudo.

As buscas realizadas no Catálogo de teses e dissertações da Capes utilizando o descritor *travestis* resultaram em 3 teses e 3 dissertações, sendo que 2 das teses constavam entre a relação de teses que resultou da busca pelo descritor *mulheres* e uma das 3 dissertações resultantes não estava disponível para consulta por decisão do autor (a). Realizamos busca no mesmo catálogo com o descritor *transexuais* e obtivemos como resultado 3 teses e 14 dissertações.

Os mesmos descritores - *mulheres; transexual; travestis*, foram utilizados nas buscas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. As buscas com o descritor *mulheres*, utilizando o mesmo refinamentos supracitados resultou em 1 dissertação e 12 teses. A dissertação já constava em outra lista e já havia sido selecionada. Como o descritor *mulheres* inclui mulheres cisgênero e mulheres transexuais, foi realizada busca manual através da leitura dos resumos das 12 teses para selecionar aquelas que abordem mulheres trans. Destas, 11 abordavam mulheres cisgênero e apenas 1 abordava mulheres trans. A busca através do descritor *transexual* resultou em 3 dissertações e 1 tese que já constava entre as teses selecionadas nas buscas realizadas no catálogo da Capes. As buscas com o descritor *travestis* resultaram em 4 dissertações e 2 teses.

As buscas por artigos científicos realizadas nas revistas da área do Serviço Social, Katalysis, Serviço Social e Sociedade e Textos e Contextos resultaram em 8 artigos considerando o delimitação temporal utilizada como critério de inclusão das produções.

As buscas resultaram em 42 produções abordando mulheres transexuais e travestis. A partir deste momento, passamos a fazer uma aproximação com o material para selecionar quais destes abordam o trabalho de mulheres trans no mercado do sexo ou se relacionam direta ou indiretamente com esta atividade. Os artigos foram lidos em sua totalidade e selecionados aqueles que cumprem com a delimitação do estudo. As aproximações com as teses e dissertações se deram através da leitura dos resumos, da leitura do sumário, introdução e demais capítulos quando necessário. Resultaram ao final desta fase o total de 12 produções, sendo 8 dissertações, 2 teses e 2 artigos. Das 8 dissertações, 2 produzidas em 2015, 2 em 2016, 3 em 2017 e 1 em 2019. As teses foram defendidas, 1 em 2016 e a outra em 2018. Um dos artigos publicado em 2016 e o outro em 2020.

A relação das bibliografias que compõe o corpus de análise deste estudo podem ser observadas no quadro abaixo.

Tipo	Título	Objetivo	Origem	Autor	Ano
Dissertação	Exploração Sexual: a condição de vida das filhas da classe trabalhadora.	Tem como propósito de compreender as bases constitutivas da exploração sexual em sua totalidade e desta quando atinge crianças e adolescentes do sexo feminino e as formas de resistência das mesmas.	PUCSP	Alana Andreia Pereira	2015
Dissertação	Travestis em situação de rua no centro da cidade de São Paulo: aproximações à realidade social e às intervenções da política de assistência social	tem como objetivo principal apresentar e identificar se a política de assistência social efetiva o acesso das travestis aos seus direitos, em especial, nos centros de acolhida para a população em situação de rua	Universidade Cruzeiro do Sul	Robson Silva Santos	2015

Tese	Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital	analisar e compreender criticamente as determinações do tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual de travestis e transexuais no mercado transnacional do sexo, bem como as formas de enfrentamento no plano das políticas públicas	PUCSP	Kleber Mascarenhas Navas	2016
Artigo	Tráfico de mulheres e exploração sexual: análise sobre o atendimento às vítimas	propõe reflexões acerca da atuação do Estado frente à dinâmica do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.	Revista Katálysis	Tatiana Raulino de Sousa	2016
Dissertação	Travestis e (re)ações à violência sofrida nos espaços de prostituição na cidade de Campina grande – pb.	teve como objetivo problematizar os discursos das travestis acerca das Reações às violências perpetradas pela travestilidade e prostituição na cidade de Campina Grande - PB.	UEPB	Ednaldo Da Costa Braz	2016
Dissertação	“Meu corpo, um campo de batalha”: a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital	teve por objetivo analisar o cotidiano de trabalho das travestis e a sua inserção no mercado de trabalho em Natal, Rio Grande do Norte.	UFRN	Tibério Lima Oliveira	2016
Dissertação	Divisão sexual dos brinquedos infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal	versa sobre a análise da ideologia patriarcal/capitalista na definição dos brinquedos e brincadeiras infantis.	UERN	Antonia Camila De Oliveira Nascimento	2017
Dissertação	Entre os estigmas e a desconstrução: reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a	O objetivo central desta dissertação é analisar, a partir da ótica das travestis que estiveram/estão em suposta situação de tráfico, como se	Universidade Estadual Do Ceará	Jessyca Barbosa Duarte	2017

	Identidade de gênero de travestis e de transexuais	daria o processo de aliciamento e exploração sexual neste tipo de violência.			
Dissertação	Mulheres, Mulheres Trans e Travestis em Situação de Violência na cidade de Santo André: Estratégia de Enfrentamento	tem como objeto de estudo as mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André: estratégia de enfrentamento.	PUCSP	Léa Gomes Da Cruz Soares	2017
Tese	Donas de rua, vidas lixadas: interseccionalidades e marcadores sociais nas experiências de travestis com o crime e o castigo	busca compreender como se dão as experiências sociais de discriminação das travestis, como grupos subalternizados, e a relação do duplo "crime/castigo"; quer dizer, suas experiências no chamado "mundo do crime" e a sociabilidade violenta a que estão submetidas e que as faz mais facilmente detidas pela polícia, bem como suas capturas pelas instituições de privação da liberdade.	PUCRS	Guilherme Gomes Ferreira	2018
Dissertação	A experiência de mulheres em situação de rua: uma análise interseccional	se propôs a analisar a experiência de mulheres em situação de rua, tendo como referência a perspectiva de interseccionalidade, considerando os marcadores sociais da diferença gênero, raça, classe e sexualidade	Universidade Estadual da Paraíba	Márcia Swênia Brito Da Silva	2019
Artigo	Capitalismo e a razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil	objetiva tratar sobre a forma como o ódio colonial vem sendo historicamente capitaneado pelo capitalismo,	Revista Serviço Social e Sociedade	Carla Cristina Garcia; Fabio Mariano da Silva; Marcelo	2020

		perpetuando, a partir do Estado moderno, uma estrutura racial e sexista que alijam pessoas negras, mulheres e LGBT.		Hailer Sanchez	
--	--	---	--	----------------	--

As obras selecionadas não abordam diretamente as relações de trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo, no entanto, foram selecionadas, pois, apresentam vivências que estabelecem relações, em dados momentos de suas vidas, das mulheres transexuais e das travestis no mercado do sexo.

4.2 As múltiplas expressões da Questão Social vivenciadas pelas mulheres transexuais e pelas travestis

Para responder a primeira questão norteadora *‘como as produções do serviço social vem abordando as múltiplas expressões da questão social vivenciadas por mulheres transexuais e travestis?’* foram elaboradas quatro categorias, sendo elas: 1 - *O preconceito desencadeia rompimento dos vínculos familiares que se desdobra em situação de rua.* 2 - *A reprodução do preconceito na escola produz o bullying e favorece a evasão escolar.* 3 - *O bullying como fator decisivo na evasão escolar que contribui com a exclusão do mercado de trabalho formal.* 4 - *Os ganhos com o trabalho sexual proporcionam a reaproximação das mulheres transexuais e das travestis com suas famílias por meio de relações alienadas.*

Com base nos dados coletados nas bibliografias que compõe a amostra deste estudo, podemos constatar que os processos sociais originados na superestrutura¹⁷ ideológica da sociedade capitalista são reproduzidos por familiares das mulheres transexuais e travestis e podem acarretar no rompimento dos vínculos familiares entre estes. Estes processos sociais que ditam normas rígidas de gênero

¹⁷O conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e a qual corresponde determinadas formas de consciência social (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996, pág. 302).

interpenetram nos processos particulares das famílias. A reprodução da cultura idealista¹⁸ por parte da família dita como homens e mulheres devem ser e com quem devem se relacionar, e é objetivada nas relações familiares em atos de discriminação contra as mulheres transexuais e as travestis tendo como base o preconceito com as suas identidades e sexualidades. Os fragmentos abaixo ilustram.

Esta fala da entrevistada confirma que para o bom relacionamento com a família não são permitidas de vivenciar sua identidade de gênero. (SANTOS, 2015, p.81)

Relata que não conheceu o pai – soube que faleceu há dois anos –, e que tinha 16 anos de idade quando a mãe praticou o suicídio. A entrevistada relata que o relacionamento com a família foi bom até o momento de assumir sua identidade de gênero. (SANTOS, 2015, p.93)

A composição familiar da entrevistada é formada pela figura masculina na figura do pai e dos irmãos, dificultando uma “aprovação”, que no período de formação torna-se muito importante. (SANTOS, 2015, p.88).

Esses fragmentos permitem visualizar que a relação com a família é boa até o momento em que essas mulheres passaram a questionar a sua identidade de gênero atribuída no nascimento. Quando estas mulheres passaram a questionar sua identidade atribuída, há mudanças na forma como as relações se dão, pois os familiares, muitas vezes, não aceitam outras formas de vivenciar a identidade. Para esses familiares, o indivíduo que nasce com pênis é homem e aquela que nasce com vagina é mulher, e as relações sexuais devem ocorrer somente entre homem e mulher. Passam a não aceitar outras formas de vivenciar a orientação sexual e a identidade de gênero.

Silva et al. (2020) trazem que as pessoas trans começam a vivenciar experiências de agressão e discriminação desde o momento que se permitem exteriorizar sua identidade de gênero. Assim, a descoberta do gênero é o momento no qual são vítimas de violência física e verbal no contexto familiar. Não estar nos padrões de gênero esperados pela família é um dos primeiros sórdidos e desumanos obstáculos vivenciados. As pessoas travestis e transexuais que estavam no ambiente doméstico

¹⁸A cultura idealista é resultado dos processos de moralização da questão social que se ancoram em análises da realidade elaboradas sem conexão com a objetividade da vida em um movimento no qual os discursos sobre a realidade são reproduzidos de geração para geração e legitimam preconceitos (BARROCO, 2001).

demonstraram maior proporção de ideação suicida quando comparados com aqueles que tinham sido expulsos do núcleo familiar. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.120).

Os valores que reforçam patriarcado são muito fortes e presentes em nossa sociedade, fazendo com que, nas famílias compostas hegemonicamente por homens, as mulheres transexuais e travestis encontrem ainda mais dificuldade de vivenciar suas identidades.

O patriarcado é um fator dificultador na vida de mulheres transexuais e das travestis, e quando aliado aos valores religiosos potencializa as violências que sofrem. Esses valores religiosos, em sua maioria de origem cristã, são reproduzidos na família, segundo Santos (2015, p.79), “os conflitos religiosos nas famílias das travestis evangélicas são uma das causas que as fazem procurar outro caminho, que não seja a convivência familiar, distanciando-se do seu bairro e até mesmo cidade”.

A intensidade do preconceito dentro de famílias com religiões cristãs pode variar, dependendo da religião, pois, em algumas, o preconceito será mais velado e em outras, poderá ser mais explícito. Em ambos os casos, na maioria das vezes, as mulheres transexuais e as travestis são expulsas de casa por terem uma identidade de gênero que contraria preceitos divinos que dizem que o homem nasce homem e a mulher nasce mulher e compreende o homem com pênis e mulher com vagina.

A cobrança por modelos ideais de identidade de gênero na família provoca “o distanciamento do ambiente familiar que possibilita maior afastamento das travestis do núcleo que seria por essência protetivo (SANTOS, 2015, p.80)” e desencadeia o rompimento dos vínculos familiares.

As travestis desde cedo vivenciam a saída de casa, por conta das dificuldades de viverem em família, possibilitando um contato maior com um mundo que muitos não conhecem, aventurando-se e ariscando-se nos caminhos sem as proteções sociais estabelecidas no que tange à proteção de crianças e adolescentes no Brasil. (SANTOS, 2015, p.79).

O rompimento dos laços familiares quando ainda são crianças ou adolescentes traz o questionamento quanto aos cuidados destas mulheres transexuais e travestis. Segundo Santos, (2015, p.77) “Nesta fase, na qual as travestis estavam em uma idade em que a proteção alcançada através do Estatuto

da Criança e do Adolescente deveria ser assegurada, os Conselhos de Direitos fechavam os olhos para esta realidade”. Esse dado revela que o processo de marginalização sofrido por mulheres transexuais e travestis começa desde cedo, quando ainda são crianças e/ou adolescentes, uma vez que os responsáveis por seus cuidados fecham os olhos para a violação de direitos que estão sofrendo. Vale salientar que o direito que deveria garantir proteção a essas crianças está assegurado na norma, mas não na realidade. Quando isso ocorre, os responsáveis não são chamados a responder por suas responsabilidades.

Diante dessa situação, o rompimento dos vínculos familiares se desdobra na vivência da situação de rua para essas mulheres. De acordo com Santos (2015, p.94), “A entrevistada não informa, mas uma ruptura acontece nas famílias que não aceitam a identidade de gênero, ficando a rua como uma única solução para diminuição do sofrimento”. Isso poder ser observado nos seguinte fragmentos.

A busca por oportunidades é um caminho constante na vida da *Alcione*, busca essa de encontros e desencontros. E, finalizando, *Alcione* diz que se tivesse apoio da família não estaria em SãoPaulo. Esta resposta deixa claro que tendo apoio da família não estaria longe deste convívio essencial para o desenvolvimento humano e social e, provavelmente, não estaria em situação de rua, estaria concluindo seu curso de Direito. (SANTOS, 2015, p.86).

A busca em desvendar as experiências e vivências em situação de rua das participantes desta pesquisa revelou que, a princípio, estão em situação de rua por razões diferentes da maioria da população nessa mesma situação, o que, em sua historicidade, decorre de uma sociedade que produz grande continente de desempregados. (SANTOS, 2015, p.97).

Observa-se que o preconceito sofrido nas relações familiares provoca o rompimento dos vínculos familiares e se desdobra nas vivências da situação de rua. Conforme Robaina (2015, p.32), o termo “*em situação de rua*” passou a ser utilizado a partir do século XXI. Constando na Política Nacional para População em Situação de Rua, o termo visa referir-se à permanência transitória destas pessoas nas ruas das cidades, resultante de uma série de fatos complexos originados no cotidiano.

A situação de rua entendida como transitória não define a duração desse trânsito, podendo durar mais ou menos dependendo do território onde é vivenciada. Portanto, a vivência nas ruas pode impor dificuldades às mulheres transexuais e travestis que não são vivenciadas por mulheres e homens cisgênero, conforme pode ser observado nos fragmentos abaixo.

A condição de gênero, tanto nas mulheres cisgênero como nas mulheres trans, majoritariamente, trouxe experiências de violências que marcaram suas vivências atravessadas pelo medo e pela vulnerabilidade de ser mulher em situação de rua. (SILVA, 2019, p.91).

Viver em situação de rua no caso das travestis torna mais difícil o manter-se feminina. São várias as dificuldades pelas quais passam, que poderiam ser enfrentadas com o direito assegurado de acesso aos vários Centros de Acolhida com vagas femininas. (SANTOS, 2015, p.82).

A situação de rua impõe dificuldades de cuidado que estão diretamente ligadas a constituição e afirmação da identidade das mulheres transexuais e das travestis. Em suas vivências na situação de rua, podem ficar impossibilitadas de manter cuidados com o corpo, incluindo cabelos e com suas vestimentas. Uma série de cuidados importantes na adequação e vistos por elas como essenciais na afirmação de sua identidade de gênero.

As vivências em situação de rua, são mais um impedimento vivenciado por mulheres transexuais e travestis afirmarem sua identidade e também viverem com dignidade, contraditoriamente a isso, as ruas também são o espaço onde podem vivenciar a sua identidade de gênero sem medo da repressão de familiares. De acordo com Benevides; Nogueira (2021, p. 39) “[...] pessoas trans continuam a enfrentar rejeição familiar e isolamento, incluindo sendo expulsas de suas casas ou sendo fisicamente feridas por membros da família.

Nas suas práticas de subsistência individuais e coletivas, elas redescobriram e ressignificaram formas diversas de enfrentar as adversidades do cotidiano, elaborando nas franjas do poder as suas políticas de agência, que estão diretamente ligadas à manutenção da própria sobrevivência. (SILVA, 2019, p.94)

Ao mesmo tempo em que as ruas são consideradas pelas travestis como locais onde realizam a venda de serviços sexuais com o intuito de obter lucratividade, também encontram nestes locais a oportunidade de fortalecimento da construção de si, de reafirmação de sua condição travesti. Além disso, por mais que possam vivenciar situações perigosas nas ruas, são nestes locais que também estabelecem relações de amizade como possibilidade de manter uma sociabilidade. (BRAZ, 2016, p.152)

No que tange à garantia de políticas públicas mais abrangentes para o segmento de rua, as falas sugeriram a implantação de políticas de moradia para as pessoas em situação de rua, geração de emprego e renda e profissionalização. (SILVA, 2019, p.94)

A vivência na rua permite que expressem sua identidade de gênero e busquem formas de manter sua subsistência. Além do fortalecimento de sua identidade de gênero, a situação de rua ligada ao trabalho sexual proporciona o estabelecimento de vínculos de amizade como forma de proteção aos perigos que encontram nessa situação. De acordo com Silva (2019), as mulheres transexuais e travestis veem na implementação de políticas de moradia, na geração de emprego e renda e na profissionalização, as saídas para as pessoas em situação de rua.

O preconceito está presente em diferentes âmbitos da vida em sociedade de mulheres transexuais e travestis. E está na base das diversas violências que estas mulheres sofrem. Sabemos que não são somente elas que tem suas vivências impactadas pelo preconceito e pela discriminação, os outros grupos que compõe a sigla LGBTTTQIA+ com as mulheres transexuais e travestis também sofrem com o preconceito e com a reprodução do machismo e de valores que visam reforçar o patriarcado na sociedade de classes.

Com o intuito de diminuir esses impactos, o movimento feminista e o movimento LGBTTTQIA+ tensionaram junto ao Estado, a necessidade de inclusão da discussão de gênero e diversidade sexual nas escolas, como forma de dar visibilidade a existência de pessoas com identidade e orientação sexual diferentes daquela hegemonicamente difundida pelos aparelhos ideológicos da sociedade capitalista – entre eles, a escola. Segundo Nascimento (2017, p.159), “[...] meninas e meninos vivenciam várias significações das relações sociais de sexo em diferentes temporalidades, escola, família, nas brincadeiras, brinquedos, que por vezes, reproduzem a ideologia patriarcal”. Com a inclusão da discussão de gênero e diversidade sexual poderiam ser incluídos no processo de ensino-aprendizagem, elementos da realidade que auxiliariam na reflexão sobre estas identidades e orientações sexuais que fogem do padrão tido como normal.

Nos anos de 2015 e 2016 observou-se diversas ações políticas da inclusão dos estudos de gênero e diversidade sexual nas redes de ensino por parte dos movimentos sociais organizados. No entanto, as bandeiras políticas conservadoras trataram essa questão pautada nos privilégios de grupos, como direitos voltados para a bancada religiosa. Defenderam pautas particularistas, considerando que a discussão da diversidade sexual nas escolas era uma “ideologia de gênero”, o que ocasionaria segundo esses segmentos consequências para a infância e adolescência. Este argumento foi aceito por grande parte dos políticos que golpearam as pautas do

movimento feminista e do movimento LGBT, tirando essas discussões do Plano Nacional de Educação da PNE. (OLIVEIRA, 2016, p.214).

Conforme pode ser observado acima, a inclusão da discussão de gênero e diversidade sexual no Plano Nacional de Educação não foi aprovada devido ao posicionamento contrário de políticos conservadores ligados a igrejas evangélicas e a outros setores conservadores da sociedade. Se esta inclusão fosse aprovada, os primeiros impactos poderiam ser notados na escola, uma vez que nestes os valores conservadores da sociedade patriarcal capitalista são amplamente difundidos desde os primeiros anos das crianças.

Diante dos resultados obtidos com as oficinas, podemos perceber que as crianças escolhem os brinquedos segundo o sexo. Percebe-se também a presença do racismo na escolha dos brinquedos, tendo em vista que as crianças se negaram a brincar com uma boneca negra por concebê-la como feia, preta, ridícula. Em contrapartida, tratando-se de uma boneca branca e loira, todas as meninas a acharam bonita, inclusive os meninos, embora afirmaram que não podiam brincar porque a boneca é coisa de mulher, e portanto, para eles, não é brinquedo de menino. Percebemos que durante a oficina, as crianças mostraram resistência em ter contato com brinquedos apresentados como do sexo oposto. (NASCIMENTO, 2017, p.157)

[...] percebe-se uma nítida divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras infantis, havendo uma rejeição por uma boa parte dos meninos de brincar com brinquedos tidos de meninas e o discurso das meninas também é marcado por essa divisão. (NASCIMENTO, 2017, p.160)

[...] enquanto brinquedos e brincadeiras estiverem associados a significados, ditos, do feminino e masculino, que hierarquizam, separam, dividem, polarizam coisas e pessoas, estaremos apresentando para meninas e meninos um mundo excludente, desumano, desrespeitoso, antidemocrático, preconceituoso, perpetuando assim, a desigualdade social entre homens e mulheres. (NASCIMENTO, 2017, p.158)

Os fragmentos acima abordam a forma como os brinquedos são usados no ambiente escolar, e também fora dele, para demarcar o que seriam atividades de homem e de mulher em nossa sociedade. Sabemos que as atividades ensinadas às novas gerações reproduzem os modelos e valores da família patriarcal, onde o homem tem acesso a brinquedos que reforçam o ideal de superioridade, de força física, virilidade e inteligência. Os tipos de brinquedos e brincadeiras tidos como sendo para homens são maiores em comparação com o número de brinquedos direcionados às mulheres. Às mulheres são reservados os brinquedos que reproduzem cuidados estéticos com o corpo e brinquedos que reproduzem o

cuidado com a casa e com a família. De acordo com Nascimento

[...] o fato das crianças preferirem brinquedos segundo o sexo nada tem de biológico, compreendemos que tais escolhas estão baseadas em determinações e influências sociais que vão sendo construídas, desde a infância, por meio de uma educação sexista. (NASCIMENTO, 2017, p.155).

Neste sentido, constatamos a importância da discussão de gênero e diversidade sexual nas escolas e do papel do educador na formação destas crianças.

[...] Percebe-se também que a interferência dos adultos na escolha dos brinquedos é decisiva para transmissão de atitudes e comportamentos sexistas, posto apresentam para as crianças a imagem do que é ser menino e menina, os tipos de brinquedos, roupas, papéis que lhes são atribuídos, expõe o dualismo nas relações sociais entre os sexos, e tudo que não se encaixa nos dois perfis são tidos como —anormal. (NASCIMENTO, 2017, p.159)

Em relação às entrevistadas, constatamos que elas incorporam na prática profissional princípios religiosos, que contribui coma reprodução práticas que reforçam os ditames do sistema patriarcal-capitalista, por meio de ensinamentos de cunho conservador, por vezes preconceituosos e estigmatizastes, à medida que acabam rejeitando a introdução da discussão de gênero devido suas crenças pessoais. Todas as professoras percebem as diferenças entre meninas e meninos como algo natural, inerente a suposta natureza humana, ao passo que associam as características, e conseqüentemente os brinquedos e brincadeiras ao sexo biológico das crianças. Ainda afirmam que os brinquedos podem influenciar na orientação sexual das crianças, apenas uma afirma que não interfere, desde que a brincadeira seja coletiva, no entanto a fala dela é permeada por contradições, ao passo que afirmar que se fosse para presentear um menino com uma boneca não daria. Também acreditam que a distinção das brincadeiras e brinquedos é reflexo da sociedade, como se a escola estivesse deslocada dessa relação. (NASCIMENTO, 2017, p.158)

Do mesmo modo, compreendemos que há uma separação naquilo que é considerado como -brinquedo de menina e -brinquedo de menino, segundo sexo biológico. Estes estão associados e separados hierarquicamente de acordo com papéis, atividades, habilidades consideradas femininas ou masculinas. No tocante aos brinquedos, estes são assimilados papéis sociais atribuídos a homens e mulheres à luz do sistema patriarcal/capitalista. Os brinquedos para as meninas estão representados em -casinhas, jogos de panela, pratos, vassouras, bonecas similares a bebês reais, que expressam atividades reprodutivas, exercidas majoritariamente por mulheres. Enquanto os brinquedos para meninos estão associados ao espaço público, e não mantém nenhuma relação com a paternidade responsável, e obrigações com as atividades domésticas. (NASCIMENTO, 2017, p.155).

Os fragmentos acima demonstram que as profissionais da educação

incorporam princípios religiosos em suas práticas profissionais, reproduzindo valores e práticas conservadoras. Segundo Nascimento (2017), as entrevistadas acreditam que os brinquedos influenciam na orientação sexual das crianças. Esse entendimento assevera a importância da discussão de gênero e diversidade sexual estar inscrita no Plano Nacional da Educação, pois assim poderiam ser criadas diretrizes para essa discussão e formas de acompanhamento que permitissem monitoramento e avaliação dessa discussão.

Com a falta dessa discussão perpassando os currículos escolares e o desserviço dos profissionais que levam seus preceitos religiosos para dentro das salas de aula faz com que a escola seja campo privilegiado de propagação do preconceito com LBTTQIA+. Nesse espaço, nas diferentes atividades desenvolvidas são reproduzidos modelos ideais de homem e de mulher, como já citamos a utilização dos brinquedos para este fim. Segundo Nascimento,

[...] a divisão sexual dos brinquedos é legitimada ideologicamente e estruturada nas bases sociais pelo princípio da separação existente entre brinquedos de meninos e brinquedos de meninas, a qual é ancorada na divisão sexual do trabalho, que por sua vez, encontra nessa base condições para garantir a produção e reprodução da força de trabalho, bem como a exploração e desvalorização do trabalho das mulheres, indispensável à lógica de acumulação do capital. Para nós, a divisão sexual do trabalho é uma base material determinante para a construção dessa ideologia de naturalização dossexos. (NASCIMENTO, 2017, p.158).

Podemos observar no fragmento acima que, a utilização dos brinquedos divididos por sexo cumpre um papel de afirmação dos lugares do homem e da mulher determinados na sociedade capitalista e patriarcal. Isso faz com que a escola seja um dos lugares mais violentos para mulheres travestis e transexuais, pois estas violências ocorrem quando estas mulheres começa a questionar o gênero que foi atribuído no seu nascimento e iniciando processo de descoberta do gênero que se identificam.

Nas relações desenvolvidas na escola mulheres transexuais e travestis podem sofrer bullying¹⁹ produzido pelo preconceito de colegas e professores devido

¹⁹ Bullying é um termo de origem inglesa que passou a ser utilizado no Brasil por não ter expressão que garantisse sua tradução e abrangência. É utilizado para qualificar comportamentos agressivos de

a sua identidade ser diferente dos padrões reproduzidos socialmente, conforme pode ser observado no fragmento abaixo.

Na época escolar, as travestis estão em um processo de passagem entre o que pensam ser e ser homossexuais, pois ainda estão na transição da orientação sexual para identidade de gênero, e suas fragilidades ao se firmarem, esbarram nos preconceitos vivenciados no ambiente escolar. (SANTOS, 2015, p.78)

A entrevistada salienta que com muita dificuldade conseguiu concluir os estudos, tendo tanto o apoio família como de amigos, e relata as dificuldades enfrentadas por conta da transfobia, que não aceita comportamentos de gênero desassociados do sexo ao nascer. (SANTOS, 2015, p.78)

O bullying sofrido na escola pode determinar a evasão escolar destas mulheres fazendo com que abandonem a escola ainda nos primeiros anos do ensino fundamental. E mesmo aquelas que conseguem concluir os estudos relatam dificuldades na escola devido a preconceito e a discriminação por parte de colegas e professores. Segundo Santos (2015, p.93), “As travestis que conseguiram concluir o ensino fundamental e o médio foram aquelas que não deixaram nascer nesse período a pessoa que sempre foram”. Evidencia assim que algumas mulheres transexuais e travestis optam entre assumir seu processo de transição de gênero ainda na escola e sofrem preconceito e não assumir a identidade de gênero que se identificam e ficam suscetíveis a adoecimento psicológico por não poderem assumir sua identidade por medo da transfobia. Segundo Benevides; Nogueira,

[...] é preciso alertar para os possíveis efeitos do pânico moral e da retirada dos temas gênero e sexualidade das escolas, tais como: o risco de reforço da estigmatização e da discriminação das identidades de gênero e sexuais que escapam da norma, assim como o aumento da homofobia, da lesbofobia e da transfobia e outras formas de violências físicas ou simbólicas. Mais o aumento da evasão escolar e, conseqüentemente, da exclusão social desses sujeitos é certamente um dos efeitos mais incoerentes e divergentes para uma política de educação e escolarização (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.41).

As autoras destacam os riscos que a falta dessa discussão pode determinar para mulheres transexuais e travestis nas escolas e na sociedade, assim como para

os demais LGBTTQIA+.

No conjunto, o Estado e suas instituições, a partir de um projeto político neoliberal que elege as diferenças verificadas quanto a gênero e raça, criam mecanismos de divisão social que repercutem do ponto de vista da materialidade cotidiana na falta de empregabilidade pelos meios formais, de acesso a tratamentos médicos condignos para as especificidades de travestis, mulheres transexuais e homens trans, na dificuldade de ascensão escolar e educacional, reverberando, por conseguinte, na impossibilidade de emancipação e potencialidade dentro dos espaços de sociabilidade. (GARCIA; SILVA; SANCHEZ, 2020, p.338).

A evasão escolar se torna mais um dificultador na vida destas mulheres, pois, impede que consigam se qualificar profissionalmente no futuro, dificultando o processo de acesso ao mundo do trabalho. Segundo as autoras, estas dificuldades, aliadas a transfobia, estão entre os determinantes do adoecimento psíquico, do isolamento social e do suicídio destas mulheres (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.37).

Pensar a transfobia que sofrem nessa fase da vida é necessário, pois as vítimas de crimes com base na transfobia são mulheres transexuais e travestis cada vez mais novas. De acordo com Benevides; Nogueira,

A vítima mais jovem noticiada em 2017 tinha 16 anos. Em 2018, 17 anos; 2019 e 2020 a idade a vítima mais nova era 15 anos. A transfobia no Brasil é marcada com muitos casos/ano. É assustador pensar que jovens e crianças trans estão sendo assassinadas cada vez mais cedo. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.40).

Essa triste realidade ilustra o ápice da violência que mulheres transexuais e as travestis sofrem em nosso país, segundo Ferreira (2018),

No Brasil, não é à toa que a agenda de gênero e sexualidade tem sido privilegiada pelos conservadores, no sentido de que o corpo, o gênero e a sexualidade dos sujeitos sejam cada vez mais bem controlados e reprimidos – como vemos nos debates contemporâneos sobre a criminalização do aborto, na valorização do nascituro e na desvalorização da vida da mulher, na retirada da transversalidade de gênero nas escolas em diversos cenários municipais e estaduais, no congelamento da pauta de criminalização da homofobia e da proposta de lei de identidade de gênero, nos projetos de “escola sem partido”, na busca por punições da chamada “ideologia de gênero”, etc. (FERREIRA, 2018, p.195).

Isso ocorre com a finalidade de impedir que mulheres cis e trans, bem como os demais LGBTTTQIA+, tenham acesso a direitos e possam decidir sobre suas vidas e participar da vida em sociedade com dignidade. Sabemos também que essas mulheres integram a massa de trabalhadores sobrantes do mercado formal de trabalho, que, contraditoriamente, são úteis aos interesses do capital, pois favorecem o processo de acumulação do capital quando pressionam a massa de trabalhadores ocupados permitindo que o capital diminua os salários devido a grande oferta de trabalhadores (MARX, 1996).

As violências sofridas nas relações desenvolvidas na escola podem impactar diretamente no lugar que as mulheres transexuais e as travestis ocupam na sociedade. Assim como as violências familiares baseadas no preconceito podem desdobrar em situação de rua, as violências baseadas no preconceito sofridas na escola podem favorecer a evasão escolar e esta evasão somada ao preconceito pode impactar no lugar que ocupam no mundo do trabalho. Segundo Soares (2018, p.139), “apesar da pouca escolaridade Letícia deixa evidente que a maior dificuldade para a inserção no mercado de trabalho ainda é o fato de ser travesti”. Os extratos a seguir reforçam essa inferência.

O mundo do trabalho, no modo de produção capitalista, torna-se extremamente competitivo e acirrado para a classe trabalhadora. No entanto, para alguns segmentos sociais, as relações de opressão e exploração tornam-se mais aviltantes. Além dos processos de preconceitos e discriminações, têm-se ainda algumas questões que são complexas, como, por exemplo, a transfobia institucional no espaço de trabalho. (OLIVEIRA, 2016, p.207)

[...] ao questionar as mulheres negras que participaram da pesquisa, Vitória, Fabíola e Lavínia, sobre experiências de racismo, elas negaram ter sofrido quaisquer situações de discriminação e preconceito racial, antes ou durante a situação de rua. Porém, quando direciono o olhar para o perfil das entrevistadas, identifico que elas possuíam a menor escolaridade e quando tiveram acesso ao mercado de trabalho, o vínculo se deu de forma precária. (SILVA, 2019, p.92).

O preconceito vivenciado na escola, geralmente, é vivenciado também na busca de trabalho, não são proporcionadas as inclusões necessárias para o mercado de trabalho, favorecendo o caminho histórico das travestis para a prostituição. (SANTOS, 2015, p.80)

Quando questionadas acerca do que seria a prostituição para suas vidas, via de regra todas as travestis informaram se tratar de uma profissão. Quanto às formas de adentrarem nesta atividade, duas abordagens mostraram-se hegemônicas: uma por não encontrar espaço no mercado de trabalho pelo fato de serem travestis, outra por se tratar de uma opção por gostar da atividade prostitucional. Forçada ou por escolha, a prostituição foi

descrita como sendo uma profissão humilhante, desonesta, fatores que levaram boa parte das travestis a manifestar a vontade de abandoná-la. (BRAZ, 2016, p.151)

De acordo com os extratos das obras que compõe o corpus de análise, além da falta de escolaridade, o preconceito com mulheres transexuais e com as travestis, estão entre os fatores que impedem o acesso ao mercado formal de trabalho. Além disso, Oliveira (2016) cita, entre os fatores que impedem a inserção ou permanência destas mulheres no mercado formal de trabalho, a transfobia institucional quando empresas não criam políticas para isso quando não estão preparadas para receber em seu quadro de trabalhadores, pessoas com identidade de gênero diferente daquela que atrela o gênero ao genital. Silva (2019) informa, além da transfobia soma-se o preconceito com base na raça/etnia das mulheres transexuais e das travestis. Neste sentido, afirmamos a importância de uma abordagem interseccional²⁰ que inclua gênero, raça e classe. Segundo Santos (2015) e Braz (2016), a falta de inclusão no mercado formal de trabalho impulsiona as mulheres transexuais e as travestis para desenvolverem atividades no mercado do sexo, e dentre elas, a prostituição.

A exclusão do mercado formal de trabalho faz com que mulheres transexuais e as travestis busquem formas de garantir sua subsistência em trabalhos informais e precários utilizando, na maioria das vezes, o seu corpo como objeto e meio de trabalho. Segundo Duarte (2017, p.183), “A prostituição, por exemplo, é uma realidade latente na vida deste grupo, assim como a discriminação no mercado de trabalho formal, nos hospitais, nas escolas e no próprio âmbito familiar”. Os fragmentos abaixo são ilustrativos.

Quanto às Trans e Travestis, das quatro entrevistadas, apenas uma travesti trabalha como vendedora de cosméticos, as outras três, travestis e mulheres trans, encontram-se “desempregadas”, trabalham como profissionais do sexo. (SOARES, 2018, p.152)

Excetuando Whitney Houston, as demais travestis afirmaram que a falta de emprego as direcionaram para a prostituição. Nesse sentido, demonstraram a preocupação em relação ao fator de exclusão das travestis no mercado de trabalho, o que as impulsionam para a prostituição como forma de garantir a sobrevivência. (BRAZ, 2016, p.152)

²⁰ A abordagem interseccional surge com as feministas negras como crítica a abordagem patriarcal que não incluía a raça e etnia em suas análises.

Whitney Houston percebe a prostituição como um trabalho igual a qualquer outro. Ela afirma que adentrou nessa atividade profissional por não ter qualificação, pois a mesma não realizou curso que pudesse lhe abrir as portas para o mercado de trabalho. (BRAZ, 2016, p.15)

Fica evidente nos fragmentos acima que mulheres transexuais e as travestis, quando desempregadas trabalham como profissionais do sexo para garantir sua sobrevivência. Algumas mulheres atribuem a falta de qualificação profissional o fato de estarem trabalhando como profissionais do sexo. Atribuem a si a responsabilização por não terem realizado nenhum curso profissionalizante e ignoram o preconceito que perpassa suas vidas desde as relações familiares, passando pelas relações escolares e também nas relações que desenvolvem no mundo do trabalho e conduz ao trabalho no mercado do sexo.

Nota-se que este público frequentemente encontra-se marginalizado das vagas de emprego no mercado de trabalho formal, das escolas, da saúde, dos espaços de lazer e, quando conseguem se inserir, normalmente, fazem-no de forma precária. As entrevistadas desta pesquisa deixaram claro em suas falas, o processo discriminatório ao qual estão sujeitas pelo simples fato de existirem. Isso reflete uma realidade de todo o segmento de travestis e de mulheres transexuais. O preconceito existe e demarca um espaço de abjeção para estas pessoas. (DUARTE, 2017, p.181)

Neste sentido, observa-se na contemporaneidade uma maior visibilidade dos direitos humanos, verificando também uma maior magnitude da violação desses direitos, em especial, quando se refere a grupos específicos, como, por exemplo, a comunidade LGBT, em especial, as travestis e transexuais – marginalizadas no mundo do trabalho. (OLIVEIRA, 2016, p.204)

Nos fragmentos acima, Duarte (2017) revela que as relações desenvolvidas por mulheres transexuais e as travestis são perpassadas por processos de preconceito e discriminação por contrariarem a concepção conservadora de que o genital determina o gênero. Oliveira (2016) ressalta grande visibilidade que os direitos humanos estão tendo na atualidade, e entre estes, as pautas LGBTs, e também a violação desses direitos. Ressaltamos que a garantia de direitos para os LGBTTTQIA+, inscritos nos Direitos Humanos, sob uma concepção crítica, requer olhar para a realidade concreta dos LGBTTTQIA+, a fim de saber quais são as dificuldades que estão em curso impedindo o acesso a bem materiais e imateriais para uma vida digna (FLORES, 2009). Com isso, poderemos projetar uma sociedade em “[...] que a prostituição não seja uma regra para quem é travesti, mas que esta

tenha outras oportunidades de trabalho, para além do mercado sexual (OLIVEIRA, 2016, p.200)”, e que essas oportunidades sejam livres ou com menos discriminação baseadas no preconceito.

Os dados obtidos no corpus de análise demonstram que mulheres transexuais e travestis são expulsas de casa quando assumem a sua identidade de gênero diferente daquela atribuída ao nascimento. No entanto, o preconceito não se restringe a família, fazendo com que as mulheres sofram também na escola favorecendo a evasão escolar. Sem escolaridade suficiente para buscar lugar no mercado de trabalho formal, muitas dessas mulheres são compelidas para a realização de trabalho sexual no mercado do sexo. De acordo com Santos (2015, p.88) “Quando a separação da família ocorre através dos conflitos, as travestis, não tendo formação nem qualificação para o trabalho, caem na prostituição enquanto meio de trabalho, sendo muito jovens ainda”. Com esse trabalho, podem obter ganhos consideráveis e com estes ganhos passam a auxiliar a família, oportunizando a reaproximação com familiares que antes não as aceitavam.

Os familiares de mulheres transexuais e travestis, ao reproduzirem valores que reforçam o patriarcado, como a cobrança da identidade de gênero atribuída ao genital, e demais comportamentos, também ideais, que derivam deste entendimento fazem com que a família seja o primeiro lugar que estas mulheres sofrem violência. Se por ventura estes familiares refletissem criticamente sobre os valores que baseiam seus preconceitos com as mulheres transexuais e travestis, a família poderia ser um lugar de proteção para estas mulheres.

[...] o acolhimento familiar se torna um fator de proteção para jovens trans e pode contribuir para reduzir a baixa escolaridade e a exclusão escolar, as taxas de depressão, ansiedade, uso abusivo de substâncias tóxicas, tentativas de suicídio e outros agravos que a exclusão gera. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.37).

No entanto sabemos que, na maioria dos casos, isso não acontece e as mulheres transexuais e travestis tem de buscar em trabalhos precários desenvolvidos no mercado de trabalho informal meios de garantirem a manutenção de suas vidas. Muitas dessas mulheres veem na migração a oportunidade de realizarem trabalhos no mercado do sexo que garantirão ganhos consideráveis.

A temática é complexa e denota análises que perpassam não apenas as relações objetivas – isto é, econômicas, políticas, sociais, mas o desejo de serem reconhecidas e respeitadas em sua identidade de gênero, conseguindo, quem sabe, firmar vínculos afetivos nos países para os quais sonham em migrar. (DUARTE, 2017, p.182)

De acordo com Duarte (2017), além de garantir ganhos financeiros numerosos, a migração permite ganhos em suas relações objetivas e também ganhos subjetivos como o reconhecimento e o respeito de suas identidades.

Elas são vistas como aberrações, estranhas a genericidade humana. Marginalizadas em sua condição humana e violadas em seus direitos, travestis e transexuais veem no mercado do sexo uma forma de sobrevivência socioeconômica. Buscam também a realização de seus desejos subjetivos e de serem vistas como sujeitos pertencentes a esta sociedade. (DUARTE, 2017, p.182).

Muitas dessas mulheres, desenvolvendo trabalho no mercado do sexo e obtendo ganhos financeiros consideráveis, passam a enviar remessas para auxiliar a família que mora no Brasil. Navas (2016, p. 110) informa que, o “[...] contato com a família era frequente e ambas mantinham a família economicamente, com remessas de dinheiro”.

A reaproximação dessas mulheres com a família proporcionada pelo dinheiro revela a conformação de relações familiares alienadas, visto que, em um primeiro momento não eram aceitas e após terem condições financeiras, passam a ser aceitas na família. De acordo com Barroco (2005, p. 35), “A alienação se (re)cria em novas formas, que invadem todas as dimensões da vida social e a objetivação do ser social [...]”. Segundo esta autora,

Na sociedade capitalista, os valores éticos, estéticos, tendem a se expressar como valores de posse, de consumo, reproduzindo sentimentos, comportamentos e representações individualistas, negadoras da alteridade e da sociabilidade livre. (BARROCO, 2005, p.35).

Demonstra que a aceitação das mulheres transexuais e travestis por parte da família, não se deu através da compreensão e do respeito a identidade com a qual estas mulheres se identificam, mas pela manutenção dos membros familiares proporcionado pelas mulheres transexuais e travestis. Nesta relação “[...] o próprio

indivíduo se torna objeto e os objetos passam a valer como coisas (BARROCO, 2005, p.34).

Nessas relações, em que o vínculo é recuperado através do auxílio financeiro, pois a identidade das mulheres transexuais e das travestis não é compreendida como aceitável pela família, o vínculo recuperado pode ser rompido, caso estas mulheres deixem de fazer os repasses. As identidades de mulheres transexuais e das travestis não é respeitada, nem mesmo no momento de sua morte, segundo Benevides; Nogueira (2021, p.38) “Há, ainda, casos nos quais os membros da família enlutados negarão ou apagarão as identidades das vítimas de violência após suas mortes” (Benevides; Nogueira, 2021, p.38), revelando a força da cultura idealista e dos valores do patriarcado que compreende o gênero atrelado ao sexo/genital de homens e mulheres.

Ao buscar responder como as produções do Serviço Social vem abordando as múltiplas expressões da questão social vivenciadas por mulheres transexuais e travestis que realizam trabalho sexual mercado do sexo constatamos que o preconceito desencadeia o rompimento dos vínculos familiares que se desdobra em situação de rua.

As produções apontam que o preconceito é reproduzido nas relações familiares de mulheres transexuais e das travestis com suas famílias. A família cobra de seus familiares modelos ideias de comportamento condizentes com o gênero atribuído no nascimento. Por isso, quando as mulheres transexuais e travestis começam a questionar o gênero atribuído a elas no nascimento passam a sofrer violências físicas e psicológicas dentro de suas famílias.

O preconceito presente nas relações familiares fragiliza e rompe os vínculos das mulheres transexuais e das travestis com suas famílias. As famílias se mostram como o primeiro lugar onde essas mulheres passam a sofrer transfobia materializada em diversos tipos de violência que acarretam no rompimento dos vínculos. O rompimento dos vínculos familiares expõe as mulheres transexuais e travestis a situações de vulnerabilidade e risco social como a situação de rua.

O preconceito reproduzido nas relações familiares desencadeia no rompimento dos vínculos familiares que conduz as mulheres transexuais e as travestis à situação de rua. A situação de rua expõe as mulheres a outras violências decorrentes da transfobia, no entanto, esse espaço se mostra como um espaço

onde é permitido serem quem são, ou seja, expressar sua identidade de gênero sem a repressão da família. Embora a rua imponha obstáculos objetivos e subjetivos a adequação de sua identidade de gênero, muitas criam vínculos de amizade que garantem proteção aos riscos impostos pela situação de rua.

O preconceito reproduzido nas relações escolares das mulheres transexuais e das travestis também é um obstáculo encontrado por elas na vida em sociedade. O preconceito baseado em preceitos morais e modelos ditam o que é ser homem e ser mulher na sociedade e tem impacto direto nas relações estabelecidas por mulheres transexuais e pelas travestis na escola, uma vez que estas contrariam estes preceitos que compreendem o gênero fechado na lógica binarista de homem e mulher definidos pelo genital.

A não inclusão das discussões de gênero e sexualidade no Plano Nacional da Educação pela pressão de setores conservadores da sociedade na classe política também conservadora expressa a transfobia produzida na sociedade e reproduzida nas relações escolares. A escola é vista como um espaço privilegiado para a reprodução da transfobia e um dos artifícios utilizados pela ideologia burguesa ao reproduzir a transfobia é a utilização de brinquedos divididos em brinquedos para meninos e brinquedos para meninas. Soma-se a isso a inclusão de valores religiosos reproduzidos pelos professores na educação das crianças.

A reprodução do preconceito nas relações escolares produz o bullying através da negação da identidade de gênero através de ofensas e agressões físicas sofridas por essas mulheres na escola. A repetição sistemática das violências sofridas na escola acaba favorecendo a evasão escolar dessas mulheres.

Sem a conclusão da educação básica, devido a evasão escolar, encontram dificuldades para buscar qualificação profissional e se inserir no mercado de trabalho formal. O preconceito presente nas relações sociais se somam a evasão escolar e se dificultando ainda mais o acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho formal.

Sem acesso ao mercado de trabalho formal a grande maioria dessas mulheres buscam na realização de atividades informais o meios para garantir a sua subsistência. O preconceito perpassa suas vivências também na realização de atividades informais fazendo com que muitas encontrem na realização de trabalhos ainda mais precários a única forma de garantir a manutenção de suas vidas. É nesse movimento da realidade que muitas são empurradas para o trabalho sexual no

mercado do sexo.

As produções bibliográficas do serviço social demonstram que mulheres transexuais e as travestis obtêm ganhos consideráveis como profissionais no mercado do sexo e com isso fazem remessas às suas famílias para mantê-las economicamente.

As remessas de dinheiro que as mulheres transexuais e as travestis fazem para suas famílias permite a reaproximação com suas famílias. Familiares que, em um primeiro momento reproduziam o preconceito nas relações familiares por meio de violências físicas e psicológicas contra essas mulheres, em um segundo momento permitem a reaproximação mediada pelo dinheiro ganho no mercado sexo.

A reaproximação mediada pelo dinheiro revela as relações alienadas entre as mulheres transexuais e as travestis e seus familiares, pois essa reaproximação não ocorre através da compreensão e do respeito a identidade de gênero das mulheres transexuais e travestis, mas pelo dinheiro que estas proporcionam. Podendo não haver interesse na recuperação e no fortalecimento dos vínculos familiares rompidos anteriormente ao reproduzirem a transfobia.

4.3 A múltiplas expressões da Questão Social nas relações de trabalho das mulheres transexuais e das travestis no mercado do sexo.

Para responder a segunda questão norteadora, a saber, *‘como as produções do Serviço Social vem abordando as múltiplas expressões da questão social vivenciadas por mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo?’* foram elaboradas três categorias, sendo elas: 1 - *As demandas de afirmação da identidade tornam mulheres transexuais e travestis vulneráveis as propostas de investimentos em seus corpos por meio de cirurgias plásticas financiadas por cafetões e cafetinas.* 2 - *O financiamento do corpo das mulheres transexuais e travestis desencadeia relações de servidão no trabalho que desempenham como profissionais do sexo que se assemelha ao trabalho escravo.* 3 - *Ideologia dominante reproduz a transfobia que se expressa em violência física e psicológica contra as mulheres transexuais e travestis no trabalho realizado como profissionais do sexo.*

Ser mulher na sociedade capitalista carrega uma série preceitos éticos e estéticos que se desdobram em como a mulheres deve parecer e se comportar.

Muitos desses preceitos visam reforçar o papel da mulher na sociedade capitalista, de mulher frágil e delicada, de mãe, de cuidadora da casa, dos filhos e do marido. Esses preceitos são subjetivados acriticamente e reproduzidos na vida cotidiana por mulheres cisgênero e por mulheres transexuais e pelas travestis.

Mulheres transexuais e travestis buscam adequar seu corpo a identidade a qual se identificam seguindo preceitos determinados socialmente. No entanto, não podemos generalizar, pois existem mulheres que não tem a necessidade da adequação do corpo aos preceitos éticos e estéticos hegemônicos que ditam o que é ser mulher. Existem mulheres transexuais e travestis que não se incomodam com características do seu corpo considerados masculinos, pois entendem que a autoidentificação se sobrepõe às características físicas e aos julgamentos que possam sofrer.

Mulheres transexuais e travestis tem no trabalho a oportunidade de investir em adequações do corpo ao que é idealizado como feminino. Sabemos que muitas dessas mulheres trabalham como profissionais do sexo, segundo dados da ANTRA, estima-se que 90% da população de mulheres transexuais e travestis desenvolvam atividades no mercado do sexo (BENEVIDES; NOGUIERA, 2021). Os ganhos nesse trabalho, quanto suficientes, proporcionam o investimento nas adequações do corpo, visto como necessário para adequar o corpo a sua identidade de gênero. No entanto, muitas mulheres, que não vem a necessidade da adequação o fazem, pois, a adequação proporciona um maior número de clientes e conseqüentemente maiores ganhos. Os clientes buscam no mercado do sexo por mulheres transexuais e travestis que mais se aproximam dos modelos ideais de feminilidade hegemonicamente difundidos na sociedade.

A necessidade de adequação do corpo e os cuidados dessa adequação são pensados constantemente, pois deles também dependem os bons resultados no trabalho desenvolvido.

As travestis em processo de construção do corpo passam por estigmatizações, discriminações chegando às agressões físicas e verbais como a entrevistada salientou. Essa violência ultrapassa o universo familiar chegando ao território. (SANTOS, 2015, p.87)

É claro que nesta dissertação não se nega esta análise; contudo, o que se expôs ao longo da pesquisa foi a prostituição como uma forma de reafirmação da feminilidade e de exibição do corpo transformado em

silicones, próteses, roupas, apliques capilares, maquiagem e performances, uma vez que travestis e transexuais buscam, em um processo de performatividade, demarcar o seu gênero. (DUARTE, 2017, p.181).

Constatamos que as mulheres transexuais e as travestis em processo de adequação do corpo sofrem como o machismo, por serem vistas como homens que demonstram estar fora do padrão que é tido socialmente do que é ser homem, ou seja, ser forte e viril. Sofrem violência porque são lidas socialmente como homens que se aproximam de preceitos estéticos considerados femininos. E, sofrem transfobia por não terem sua identidade de gênero aceita durante o processo de transição. Neste sentido, o trabalho desenvolvido no mercado do sexo, segundo Duarte (2017), se mostra como um locus de fortalecimento para essas mulheres, pois, ele possibilita a reafirmação de sua feminilidade em conjunto com a adequação corporal.

Infelizmente, não são todas as mulheres que obtêm ganhos suficientes que possibilitem a adequação do corpo com a sua identidade de gênero, fazendo com que muitas dessas mulheres busquem outras formas de conseguir esses ganhos em atividades relacionadas ao mercado do sexo.

O tráfico de travestis e transexuais geralmente ocorre com o consentimento das vítimas, as quais têm o conhecimento de que trabalharão no mercado do sexo e serão exploradas, mas, mesmo assim, acreditam que se trata de uma oportunidade para obter melhores condições de vida. (NAVAS, 2016, p.118).

Mulheres transexuais e travestis encontram em outras atividades aliadas ao trabalho no mercado do sexo, como o tráfico de drogas e o tráfico de pessoas, a oportunidade de aumentar os seus ganhos e obter melhores condições de vida, conforme podemos observar no fragmento acima. A busca por melhores condições de vida deixa as mulheres transexuais e as travestis que trabalham no mercado do sexo em situação vulnerável, podendo determinar que aceitem atividades que precarizem ainda mais seu trabalho e suas vidas.

O fato de exercerem a prostituição e de estarem em um contexto de vulnerabilidades sociais, econômicas, étnicas e de gênero, que as inscrevem em um contexto de violências e de preconceitos, faz com que as travestis tornem-se alvos do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual; neste sentido, as transformações corporais se dão através de

financiamentos bancados por cafetões e/ou cafetinas. (DUARTE, 2017, p.184)

Nesse caso, essas travestis e trans não reconhecem o trabalho desenvolvido como trabalho, isso denota, ainda mais, a exploração que sofrem enquanto trabalhadoras do sexo, por parte dos cafetões e cafetinas ou da rede de exploração sexual. (SOARES, 2018, p.152)

Sobre o valor pago por elas, consideram abusivo, visto que, além do valor fixo de €12.000, referente ao deslocamento e acolhimento na chegada delas na Europa, ainda haviam outras taxas cobradas, que não eram previstas e que, por outro lado, acabavam sendo incorporadas às suas dívidas. (NAVAS, 2016, p.115)

As profissionais do sexo transexuais e as travestis ao desenvolverem seu trabalho no mercado do sexo passam a ser alvos fáceis para o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, conforme aponta Duarte (2017). Esse autor informa que, no trabalho no mercado do sexo, as mulheres transexuais e as travestis podem realizar as modificações no corpo através do financiamento proporcionado por cafetões e cafetinas que atuam nesse mercado. Soares (2018) atenta para o fato de que mulheres transexuais e travestis podem não reconhecer as relações que estabelecem com cafetões e cafetinas como relações de exploração. Navas (2016) quando aborda a migração de mulheres transexuais e travestis, atenta para o fato de cafetões e cafetinas cobrarem valores absurdos por mediar a migração, e quando estas chegam no país onde trabalharam como profissionais do sexo, ainda tem outras taxas sendo somadas, aumentando suas dívidas.

Estas relações de exploração entre mulheres transexuais e travestis com cafetões e cafetinas revelam a forma como o trabalho precário desenvolvido no mercado do sexo pode tomar outras formas ainda mais violentas para estas mulheres. Segundo Santos (2015, p.89) “Quando as travestis vão para a “pista” vindas de outras cidades, são acolhidas nas casas das cafetinas, que nesse momento são como “mães”, que cuidam e orientam. Mas que cobram por sua permanência na prostituição”. Navas 2016 (p.113), informa que, “Patrícia conta que viveu outro esquema, segundo ela, chamado de “metade/metade”, onde todo programa que fazia, metade era dela e a outra da cafetina da casa que mantinha todo o controle daquele lugar”.

O esquema informado por Navas (2016) revela a exploração do trabalho de mulheres transexuais e das travestis por cafetões e cafetinas, no qual, metade do tempo trabalhado é usado pelas mulheres para a manutenção de suas vidas e outra

metade correspondendo a mais-valia do seu trabalho é apropriado por cafetões e cafetinas.

A falta de reconhecimento das relações de exploração estabelecidas por mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo revela a alienação destas mulheres nesse processo de trabalho que são induzidas a desenvolver pela falta de oportunidade de inserção no mercado formal de trabalho. O cotidiando propicia a repetição de valores patriarcais que reforçam a exploração que sofrem buscando garantir ganhos que alimentem seu corpo e seu espírito. No entanto, segundo Barroco (2005, p.41), “Apesar de a vida cotidiana ser a esfera que mais se presta à alienação, isso não quer dizer que ela seja ontologicamente alienada”. Havendo a possibilidade de compreensão das relações que experienciam.

O financiamento obtido com relações vivenciadas com cafetões e cafetinas, pelas mulheres transexuais e pelas travestis no mercado do sexo, desencadeia relações de servidão entre estas mulheres e os cafetões e cafetinas.

Na busca por uma vida economicamente mais favorável, travestis e transexuais brasileiras historicamente patologizadas, criminalizadas, ridicularizadas e violentadas, têm se deslocado com destino à Europa para trabalhar no mercado do sexo, e nessa busca acabaram descobrindo possibilidades de viverem vidas mais promissoras (PELÚCIO,2011). (NAVAS, 2016, p.108)

Porém, Mayanne relata algo fundamental para compreender as tramas do tráfico de pessoas que envolvem travestis e transexuais com a finalidade de exploração sexual na Europa, que vai além da autorrealização da prima. Segundo ela, há um esquema de captação em que travestis e transexuais já traficadas atuam recrutando outras pessoas, incidindo, inclusive, no valor da dívida que possuem com os traficantes. (NAVAS, 2016, p.115)

Constata-se que as mulheres transexuais e as travestis encontram na migração para países da Europa, formas de fugir do preconceito que perpassa suas relações sociais no Brasil, sendo este um dos países mais violentos para pessoas transexuais e o país que mais mata mulheres transexuais e travestis no mundo nos últimos anos. A promessa de ganhos maiores com o trabalho no mercado do sexo em países da Europa esconde a realidade da forma como essas migrações são mediadas por cafetões e cafetinas de forma a endividar estas mulheres. Navas (2016) informa que algumas mulheres passam a recrutar outras mulheres transexuais e travestis no Brasil, com a promessa de melhores condições de vida, e usam estas mulheres como forma de saldar parte de suas dívidas com cafetões e

cafetinas, demonstrando o tamanho do endividamento e a forma como as relações se estabelecem. Os fragmentos abaixo ilustram.

Essa sujeita da pesquisa traz com toda a sua simplicidade e clareza que a única opção de trabalho para as travestis ainda é a prostituição, olhando deste ângulo percebe-se que o mercado de trabalho fecha as portas para esse segmento da população e, por outro lado, não temos políticas públicas efetivas para a população encontram-se “desempregadas”, trabalham como profissionais do sexo. Nesse caso, essas travestis e trans não reconhecem o trabalho desenvolvido como trabalho, isso denota, ainda mais, a exploração que sofrem enquanto trabalhadoras do sexo, por parte dos cafetões e cafetinas ou da rede de exploração sexual. (SOARES, 2018, p.152)

Observa-se nessa fala que a dependência química e a exploração sexual por parte da cafetina denotam a apropriação e exploração do capital, reforçando ainda mais a expressão da questão social, que é a situação de rua, a exploração sexual, a dependência química, o preconceito e a violência tatuada nas ruas. (SOARES, 2018, p.149)

O financiamento de cafetões e cafetinas às mulheres transexuais e as travestis com cafetões e cafetinas desencadeiam relações de servidão que se assemelham ao trabalho escravizado, posto que, o financiamento é realizado com o intuito de super endividar essas mulheres, fazendo com que trabalhem durante muito tempo para pagar as suas dívidas. Nessa relação de servidão, cafetões e cafetinas vão induzindo estas mulheres a criarem novas necessidades, como o uso de drogas, visando a dependência química, para que precisem de um novo financiamento e assim aumentem suas dívidas. Isso retroalimentara o ciclo de exploração vivenciado por mulheres transexuais e as travestis no mercado do sexo.

[...] ficando evidente que essas mulheres e as travestis são exploradas por seus cafetões (ãs), são excluídas da sociedade, ficam escondidas nos “guetos” e nas “gaiadas”⁸², como dizem, sem acesso a bens e serviços e, por outro lado, também fazem manutenção do capital, uma contradição da expressão da questão social. (SOARES, 2018, p.144).

De acordo com a autora, a exploração de mulheres transexuais e das travestis resulta do somatório de violências vivenciadas ao longo de suas curtas e já sofridas vidas. Esse processo de exploração e violência, segundo Soares (2018), está diretamente ligado a manutenção do capital, pois se desdobra no cotidiano destas mulheres em diversas expressões da questão social.

A abordagem dada às mulheres transexuais e as travestis nos meios de comunicação em massa está sendo questionada atualmente, e por isso podemos notar algumas mudanças, mas hegemonicamente, o tratamento dado ainda é o mesmo há décadas, de negação de suas identidades de gênero e de violências disfarçadas de piadas para agradar uma plateia de pessoas cisgêneras que riem sem se importar com a dor que a transfobia recreativa causa a pessoas transgêneras.

Quando os olhares se voltam para as travestis e transexuais, percebe-se que elas estão expostas não apenas às opressões advindas do machismo, mas também aos estigmas e às violências causadas pela transfobia. (DUARTE, 2017, p.181)

Edith Piaf refere-se à transfobia como algo 'natural' que a sociedade lhe imputa como forma de punição por destoar das normas hegemônicas baseado na heteronormatividade. Dessa forma considera necessário apresentar comportamentos adequados para que seja respeitada. Nesse contexto, Edith Piaf nos relatou que "sabe entrar e sair dos lugares", como se a existência de sua performance feminina precisasse ter uma conduta/comportamento adequado às normas societárias para que seja aceita e não sofra agressões. Portanto, a mesma busca espaços mais seguros para que se sinta à vontade para frequentá-lo. (BRAZ, 2016, p.153).

Mulheres transexuais e travestis podem sofrer violências, tendo como base o machismo presente na sociedade, quando não tem sua identidade de gênero respeitada e ainda são lidas com o gênero que foi atribuído no nascimento. São vistas como homens que não cumprem os preceitos machistas de homem forte e viril produzido com base nos valores patriarcais e reproduzidos socialmente. Lidas como homens que usam roupa de mulher, sofrem violência por executarem performances de gênero atribuídas a feminilidade.

A negação de suas identidades e as violências baseadas no machismo conformam a transfobia que potencializa as opressões e discriminações que sofrem. Dessa maneira a ideologia dominante reproduz a transfobia pois essa é aliada aos interesses do capital. Segundo Guareschi,

A reprodução ideológica se manifesta através de representações que a pessoa elabora sobre si mesma, sobre os homens, a sociedade, a realidade, enfim, sobre tudo aquilo a que implícita ou explicitamente são atribuídos valores: certo-errado, bom-mau, verdadeiro-falso (GUARESCHI, 1985, p.17).

Os processos de violência em que estão inseridas as mulheres transexuais e as travestis são legitimados pelos setores conservadores da sociedade que utilizam da ideologia para difundir os valores conservadores em detrimento da discussão necessária sobre as mulheres transexuais e as travestis. São vários os artifícios utilizados para propagação da ideologia burguesa, segundo Guareschi (1985, p.14), “para entender isso, é preciso ver como nós ficamos sabendo das coisas e quem é que nos diz as coisas. É preciso ver se aqueles que nos dizem as coisas, não nos dizem apenas a metade das coisas, ou só um jeito de ver as coisas”. O autor exemplifica, “se você abrir um jornal, qualquer jornal, vai ver imediatamente muitas meias verdades, em cada página. Os jornais publicam só o que querem e onde querem (GUARESCHI, 1985, p.16).

Quando Braz (2016, p.153) informa que uma de suas entrevistadas vê “a transfobia como algo ‘natural’ que a sociedade lhe imputa como forma de punição por destoar das normas hegemônicas baseado na heteronormatividade”, percebemos que a ideologia dominante penetra e se mantém na subjetividade de mulheres transexuais e das travestis a ponto de verem como algo natural as violências que são submetidas com base na transfobia. Nos termos de Guareschi (1985, p.17), “a ideologia está presente na superestrutura, que são as instituições políticas, jurídicas, morais. Já no plano psicológico individual, as ideologias se reproduzem em função da história de vida e da inserção específica de cada pessoa”. Isso evidencia que mulheres que trabalham no mercado do sexo podem estar mais vulneráveis a reproduzir a ideologia dominante e a transfobia que essa traz consigo, devido ao trabalho super explorado que executam e aos processos de alienação que são submetidas.

Ao falar de Auschwitz, Sofsky *apud* Agamben (2008) lembra do trabalho sistemático de submissão daqueles que estão nos “campos” de extermínio à degradação física, moral, psicológica. Tornar corpos sem lei, para que o Estado aplique a sentença de morte por meio do ódio, esse é o papel que o Estado tem acentuado em suas narrativas políticas, sociais e econômicas. (GARCIA; SILVA; SANCHEZ, 2020, p.338).

Para as classes dominantes é funcional que grupos historicamente marginalizados se reconheçam sem direitos e assujeitados. Segundo Chauí,

a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, como a experiência vivida imediata e a alienação confirmam tais ideias, a ideologia simplesmente cristaliza em “verdades” a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam ideias “verdadeiras”. Seu papel também é o de fazer com que os homens creiam que tais ideias representam efetivamente a realidade. E, enfim, também é seu papel fazer com que os homens creiam que essas ideias são autônomas (não dependem de ninguém) e que representam realidades autônomas (não foram feitas por ninguém) (CHAUÍ, 1980, p.34).

A reprodução de padrões baseados em valores produzidos no campo da cultura através da ideologia é funcional ao modo de produção capitalista, pois não questiona a dinâmica social e oculta os determinantes da vida em sociedade e da luta de classes reforçando a hegemonia de uma classe sobre a outra. Com isso a transfobia é reproduzida e torna-se aliada no processo de ocultamento dos determinantes sociais da violência com mulheres transexuais e com as travestis, conforme pode ser observado na sequência.

Ressalto que as transgressões das normas de gênero da ordem sexo-gênero-desejo tornam as travestis alvo das violências por não exercerem o que fora designado nonascimento. (BRAZ, 2016, p.150)

Nesse contexto, percebe-se que a educação nos limites do capital é embebida da ideologia dominantes heteropatriarcal, a qual deforma a consciência humana, inverte a realidade, impõe e explicitam diferenças, estereotipadas de características de cada sexo, separa, delimita espaços, e induz, as crianças e os adultos a se comportarem e agirem, conforme o binômio — feminino e — masculino, e tudo que se diferencia deste padrão hegemônico, é visto como anormal, desviante, transgressão das leis divinas e dos bons costumes da família. (Nascimento, 2017, p.150)

A condição da travestilidade, por si só, já é motivo de muito preconceito pela suspensão às regras hegemônicas do sistema sexo/gênero. Quando a travestilidade está atrelada a prostituição se torna um agravante para o preconceito pelo fato desta última ser vista, por grande parte da sociedade, como uma forma degradante e imoral de trabalho. As pessoas que a exercem a prostituição geralmente são associadas a sujeitos que devem ser evitados, seja por questões de contágio de doenças ou mesmo por desvirtuarem a moral e os bons costumes. (BRAZ, 2016, p.151).

Os fragmentos acima evidenciam que a ideologia dominante reproduz a transfobia em diferentes âmbitos da sociedade de classes, propagando normas morais e de bons costumes utilizados como base para negar a existência de pessoas transexuais, e dentre essas as mulheres transexuais e as travestis. Àquelas que trabalham no mercado do sexo são ainda mais discriminadas por executarem

esse trabalho que, segundo esses preceitos, contraria os ideais patriarcais do sexo que deve ser realizado somente dentro do casamento. Neste sentido, as diversas atividades que conformam o mercado do sexo são degradadas para serem combatidas. Para Chauí,

Uma classe é hegemônica não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado (isto é, o controle jurídico, político e policial da sociedade), mas ela é hegemônica, sobretudo porque suas ideias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação. (CHAUÍ, 1980, p.42)

Através da ideologia, a classe dominante, coopta entre os dominados aquele que reproduzem seus preceitos e valores fazendo com que não percebem os determinantes de suas vivências. Assim acontece com as mulheres transexuais e as travestis profissionais do sexo.

As vulnerabilidades e as discriminações que envolvem o contexto social deste público influenciam a sua entrada na prostituição e, porventura, em um processo de aliciamento e exploração sexual para o tráfico. (DUARTE, 2017, p.185)

[...] a heteronormatividade imposta àqueles corpos não será reproduzida por elas, que ao se recusar passam a vivência hegemônica se tornam alvo fáceis de indivíduos que as enxergarão como desvio do que seja o “normal”, portanto, devendo ser punidas por tal vivência. (BRAZ, 2016, p.150).

Fica evidente que a reprodução dos preceitos que ditam o que é ser homem e o que é ser mulher em nossa sociedade pela ideologia dominante se desdobra em violências físicas e psicológicas contra as mulheres transexuais e as travestis. A ideologia burguesa reproduz os preceitos que baseiam a transfobia de forma que pareçam naturais, como ideais que tem vida própria em si mesmas. Segundo Chauí (1985),

A ideologia burguesa, através de seus intelectuais, irá produzir ideias que confirmem essa alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem e os preguiçosos, empobrecem. Ou, então, faz com que creiam que são desiguais por natureza, mas que a vida social, permitindo a todos o direito de trabalhar, lhes dá iguais chances de melhorar – ocultando, assim, que os que trabalham não são senhores de seu trabalho e que, portanto, suas “chances de melhorar” não dependem deles, mas de quem possui os meios e condições do trabalho. Ou, ainda, faz com que os homens creiam que são desiguais por natureza e pelas condições sociais, mas que são iguais

perante a lei e perante o Estado, escondendo que a lei foi feita pelos dominantes e que o Estado é instrumento dos dominantes. (CHAUÍ, 1980, p.30).

Isso acaba por cobrir os determinantes da transfobia e os resultados da propagação das ideais conservadoras objetivados contra as mulheres transexuais e as travestis. Segundo Garcia; Silva; Sanchez (2020, p.337) “[...] neste caso travestis, mulheres transexuais e homens trans, ao representar a abjeção, aquilo que não queremos ter por perto, tem sobre si o resultado imediato das políticas neoliberais”. Isso faz com que, “O longo caminho que percorrem faz com que, ao buscarem direitos, acabem por se deparar com a contenção de direitos e a minimização da vida, a expulsão de casa, a humilhação burocrática, além da morte prematura como destino (GARCIA; SILVA; SANCHEZ, 2020, p.338).

Essa política de morte encontra terreno fértil no mercado do sexo, quando ficam expostas à transfobia nas ruas e nos mais diversos espaços onde executam seu trabalho.

A violência, de maneira geral, foi descrita por todas as travestis como uma forma de agressão. Para Whitney Houston, a violência refere-se a tudo o que acontece na noite, desde os transeuntes passarem jogando pedras e proferindo xingamentos até os riscos que corre com os clientes, pois não sabe se a pessoa que sai com ela está procurando um programa ou tem interesse em exercer algum tipo de violência. (BRAZ, 2016, p.152)

Observa-se que o corpo da mulher passa a ser comercializado e fetichizado no que pode ser caracterizado como mercado do sexo. Este fato reforça um processo de opressão, contribuindo para a consolidação da imagem da mulher como mercadoria. (DUARTE, 2017, p.180)

É importante reforçar aqui que a prostituição continua expondo os corpos e a existência de travestis e transexuais ao status de “coisas”. Porém, reitera-se: compreender este fenômeno como um lugar contraditório foi fundamental para apreender as particularidades do público-analisado. (DUARTE, 2017, p.181)

Os fragmentos acima informam que mulheres transexuais e as travestis ao aceitar um trabalho não sabem a intenção cliente, se busca por prazer proporcionado pelo ato sexual ou se busca praticar algum tipo de violência com elas. Salientamos a existência de uma terceira possibilidade, posto que o cliente pode buscar por prazer e posteriormente a isso, praticar violência. Fica evidente que a transfobia perpassa as relações no mercado do sexo e reforçada pela ideologia

dominante, que potencializa a objetificação do corpo também das mulheres transexuais e das travestis vistas como submissas aos desejos dos homens. Diante disso, fica explícito que o mercado do sexo é um espaço de exploração do corpo e do trabalho da mulher, contraditoriamente a isso, é também o espaço onde mulheres transexuais e as travestis podem reafirmar suas identidades e garantir a manutenção de suas vidas. O lugar para onde são empurradas para buscar condições de manter suas vidas é o mesmo lugar que oferece mais sofrem violências e são assassinadas.

A entrevistada informou que fora estuprada por dois homens, apesar de não considerar a prática do estupro contra as travestis como uma violência visto que no seu entendimento apenas uma mulher biológica pode ser estuprada. Fica evidente que Whitney Houston não percebe que o estupro ocorre quando há penetração sem consentimento. (BRAZ, 2016, p.152)

No caso das travestis, suas experiências como parte desses grupos vulneráveis social e penalmente também possuem relação intrínseca com o modo como operam atualmente a guerra contra a prostituição e a guerra às drogas (ambas guerras de dimensão moral e econômica) já que, na contemporaneidade, não há limites para as instituições penais e que exercem o direito penal subterrâneo entre o que pode ser considerado tráfico de drogas, periferia e prostituição de rua, particularizando as condições de vida e de trabalho das travestis brasileiras que vivem de um tipo precarizado de trabalho sexual. (FERREIRA, 2018, p.197)

[...] o pouco tempo que estive presente naquelas ruas oportunou-me perceber a condição de perigo eminente de ocorrência de vários tipos de violências em função de serem ruas desertas e pouco iluminadas. Ao mesmo tempo, ficaram evidentes as relações de fragilidade que se encontram as travestis perante os frequentadores daqueles espaços, pois, em seus relatos, ficou nítido que não se sentem seguras pela ausência de policiamento nas ruas, de maneira que contam consigo mesmas para se protegerem das violências. (BRAZ, 2016, p.150)

Os fragmentos ressaltam a compreensão distorcida sobre o estupro, entendido pela entrevistada do estudo como algo que pode acontecer somente com mulheres cis. Mostram também a precariedade dos espaços onde são desenvolvidos o trabalho de muitas mulheres, as ruas “desertas e pouco iluminadas”, conforme cita Braz (2016, p.150). Os fragmentos ilustram a realidade violenta de mulheres transexuais e de travestis que trabalham no mercado do sexo, no entanto, Braz (2016) ao informar sobre os riscos oferecidos por este espaço, cita a falta de policiamento como um dos fatores que tornam essas mulheres ainda mais vulneráveis nessas ruas. Quanto a relação de policiais com mulheres transexuais e travestis, os fragmentos abaixo ilustram o seguinte.

[...] as travestis destacaram a falta de credibilidade da ação da polícia pelo fato de relatarem não se sentirem respeitadas por esses profissionais, exemplificando o fato de serem motivos de chacota quando precisaram adentrar nas delegacias. (BRAZ, 2016, p.154)

[...] transfobia institucional aliada a criminalização da pobreza - descrevem as dificuldades de acessar os serviços de segurança pública, pois sabem que não serão ouvidas pelo fato dos servidores não lhes respeitarem pela sua performance de gênero feminino. Agrega-se a isto a imagem negativa construída pelos policiais acerca das travestis como marginais. (BRAZ, 2016, p.154)

Ficou evidenciado nesse depoimento o quanto as mulheres ainda são vítimas institucionais dessas delegacias e de funcionários comprometidos com o machismo e com essa sociedade patriarcal, transformando as mulheres em “coisas”, objeto de uso e descarte. (SOARES, 2018, p.143).

Os policiais, enquanto integrantes de instituição estatal, agem de acordo com os preceitos da ideologia dominante e reproduzem o machismo e a transfobia em suas ações nas relações com mulheres transexuais e travestis. A transfobia institucional é reforçada na negação de identidades diversas que fogem do binarismo homem/mulher e na falta de preparo para ações que envolvam essas mulheres.

Contudo, apesar das violências, algumas mulheres transexuais e as travestis conseguem apreender o trabalho exercido no mercado do sexo como ambíguo, segundo Braz (2016, p.152) elas “evidenciaram o lado positivo e negativo da prostituição: o primeiro relacionado ao dinheiro que se adquire com o pagamento pelos programas; o segundo referindo-se à humilhação que sofrem no exercício da atividade”. No entanto, salientamos que o lado “negativo” não se restringe somente a humilhações e sim a diversas violências que em muitos casos acabam por tirar suas vidas. Pereira (2015, p.169), aponta que, “A violência sexual, assim como as demais violências, possui expressões deste fundamento social violento, da barbárie, da exacerbação do individualismo, ou ainda, da centralidade da noção de propriedade privada nas relações”.

Para fazer frente a essas violências e preterirem suas vidas, as mulheres transexuais e as travestis buscam formas possíveis de serem realizadas no espaço que ocupam utilizando elementos estão ao seu alcance para isso.

A estratégia de driblar a violência mais utilizada pelas travestis foi marcada pelo fato de andarem juntas. Estar em grupo as coloca em possibilidade de evitar as violências, pois é mais fácil os agressores baterem em uma travesti sozinha do que em um grupo. A sociabilidade construída nos espaços das

ruas tem como fator principal ser uma forma de (Re) ação perante as violências. (BRAZ, 2016, p.154)

[...] ficou evidente que uma das estratégias utilizadas pelas travestis para estabelecer (Re) ações frente às violências foi fortalecer suas sociabilidades garantindo um mínimo de segurança nas ruas ao exercerem a atividade prostitucional. (BRAZ, 2016, p.155).

Fica evidente que as mulheres transexuais e as travestis não ficam inertes às violências que sofrem nas relações de trabalho desenvolvidas no mercado do sexo. Elas que sofrem com o machismo e com a transfobia desde quando começam a assumir sua identidade de gênero, aprendem a pensar estratégias de sobrevivência na ruas e nos demais espaços que ocupam. A sociabilidade desenvolvida nos espaços de trabalho auxilia a resistirem em conjunto quando ameaçadas.

Importante salientar que as mulheres transexuais e as travestis que trabalham no mercado do sexo não são somente passíveis aos determinantes sociais, estas mulheres tem nas suas experiências, elementos que possibilitam refletir sobre suas vidas.

No caso das travestis, ter uma vida precária e uma vida passível de criminalização se relaciona com os marcadores sociais experimentados por essa população, já que a identidade travesti é, em si mesma, interseccional – entrelaça condições subalternizadas de raça, gênero, classe social e corpo. Mas a subalternidade, vale lembrar, não é um processo essencial/natural e tampouco diz respeito somente à perda; é assim que é “feito crer” no social, mas as classes e grupos subalternos são justamente aqueles que possuem o poder do ato histórico, que possuem a “substância da história” (Guerra, 1995). Desse modo, ao mesmo tempo em que perdem, debocham; se são atacadas, também reivindicam; e lutam fazendo festa, pois a luta sem a festa não faz sentido. (FERREIRA, 2018, p.196)

A partir dos relatos obtidos através das entrevistas realizadas com as cinco travestis, pude constatar que, para Whitney Houston, a travestilidade é uma forma de se liberar do que lhes fora imposto no nascimento. Por mais que tenha a presença do pênis em seu corpo, sente-se mulher. Dessa forma, ser travesti está envolvido com a recusa as normas hegemônicas de gênero, causando uma quebra no modelo pênis = homem e vagina = mulher. É importante compreender o processo de construção da performance de gênero feminino nas travestis como uma construção contínua, que nunca termina. A travestilidade para Whitney Houston significa sentir-se bem, estar feliz da forma que lhe agrada, viver com mulher. (BRAZ, 2016, p.151)

Corroborando com Whitney Houston, Elis Regina, Edith Piaf e Selena afirmam que o fato de estarem vivenciando a travestilidade lhes traz como reconhecimento o ser mulher. Elas se sentem mulher. Mesmo tendo nascido com a presença de um pênis em seus corpos, se considerar feminina é a condição necessária para se sentir mulher. Todas relataram a satisfação de viver a travestilidade. (BRAZ, 2016, p.151).

As experiências de mulheres transexuais e das travestis, na qual elas se liberam do gênero que foi imposto no nascimento para assumirem a sua verdadeira identidade, assim fazem em diferentes momentos de suas vidas, quando elaboram estratégias de sobrevivência contra violências e lutam contra normas e preceitos morais que querem impedir sua existência. Segundo Thompson

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1978, p.182).

A experiência faz com que reflitam sobre as normas que a ideologia burguesa ao reproduzir a transfobia tenta impor às suas vidas. Diante disso, elas vivem na travestilidade a forma que encontram de trazer o reconhecimento em ser mulher. Muito embora concordemos com Braz (2016, p. 151) quando este informa “se considerar feminina é a condição necessária para se sentir mulher”. Ferreira (2018, p.200) nos informa que “[...] a subalternidade também possui uma dimensão de ganho, de desobediência e de resistência ante as manifestações de violência que nada mais são do que refrações da própria questão social”, mostrando que nos mesmos processos sociais que determinam as violências está a possibilidade de criarmos coletivamente a resistência a essas violências.

Ao buscar responder como as produções bibliográficas do serviço social vem abordando as relações de trabalho de mulheres transexuais e das travestis no mercado do sexo constatamos que as demandas de afirmação da identidade tornam mulheres transexuais e travestis vulneráveis as propostas de investimentos em seus corpos por meio de cirurgias plásticas financiadas por cafetões e cafetinas.

Mulheres travestis e transexuais buscam se adequar a padrões estéticos de gênero através de procedimentos que incluem cirurgias plásticas dentre outros procedimentos. Esses procedimentos podem ou não ser realizados a depender do dinheiro ganho no trabalho no mercado do sexo. Portanto, a maioria não consegue realizar esses procedimentos, pois o dinheiro ganho é gasto com alimentação e moradia, e acaba não sobrando para que possam fazer os procedimentos.

A impossibilidade de pagarem pelos procedimentos, vistos por elas como necessários para a adequação de suas identidades, faz com que as mulheres transexuais e as travestis fiquem vulneráveis a propostas de qualquer tipo para que possam realizar os procedimentos.

Entre essas propostas está o financiamento proporcionado por cafetões e cafetinas que atuam explorando o trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo. Os procedimentos financiados por cafetões e cafetinas trazem a adequação desejada e, contraditoriamente a isso, as endivida durante um longo tempo.

O endividamento com cafetões e cafetinas faz com que a exploração no trabalho seja potencializada, pois isso demanda que realizem ainda mais trabalhos para o pagamento da dívida. Enquanto isso, os cafetões e cafetinas buscam novas formas de fazer com que as mulheres aumentem suas dívidas. Uma dessas formas é induzi-las ao uso de drogas ilícitas que podem ser acessadas por intermédio deles e servirá para aumentar o endividamento dessas mulheres com eles.

As relações de servidão de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo se assemelha a escravidão, devido ao seu grande endividamento essas mulheres passam a trabalhar para pagar as suas dívidas com cafetões e cafetinas, ficando somente com o necessário para as grosseiras necessidades.

A ideologia dominante tem importante papel, pois reproduz a transfobia que se expressa em violências físicas e psicológicas contra as mulheres transexuais e travestis no trabalho realizado como profissionais do sexo. A ideologia dominante desempenha um papel de reforçar estigmas sobre as mulheres transexuais e as travestis, através dos seus aparelhos ideológicos reproduz preceitos morais do que deve ser considerado certo e errado para homens e mulheres e reforça o preconceito com mulheres transexuais e travestis poe estarem fora desse padrão.

O preconceito com mulheres transexuais e travestis constitui a transfobia e essa se expressa no cotidiano dessas mulheres em forma de violências físicas e psicológicas nas mais diversas relações sociais que estabelecem, assim como ocorre em suas relações no mercado do sexo. Em contrapartida a isso, as violências sofridas potencializa o surgimento de laços de pertencimento entre as mulheres transexuais e as travestis, pois elas se unem como forma de proteção diante das violências que sofrem no cotidiano de suas vidas.

As mulheres transexuais e as travestis que desempenham trabalho sexual no mercado do sexo sofrem violências que são potencializadas pela transfobia e pelo caráter imoral, criminalizador e sujo atribuído e essa atividade por setores conservadores e também por setores ditos progressistas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi conhecer como vem se constituindo as produções bibliográficas do serviço social no que diz respeito às mulheres transexuais e travestis que realizam trabalho sexual no mercado do sexo. As produções bibliográficas do Serviço social vêm demonstrando a realidade vivenciada por mulheres transexuais e travestis no Brasil, na qual estas mulheres tem suas vivências atravessadas por múltiplas expressões da questão social. O preconceito, como uma dessas expressões da questão social, é central nessas vivências, pois está presente desde os primeiros anos de suas vidas, determinando violências na adolescência e na vida adulta das mulheres transexuais e das travestis.

Neste sentido, constatou-se que o preconceito reproduzido nas relações familiares das mulheres transexuais e das travestis com suas famílias faz com que os familiares cobrem modelos ideais de comportamento condizentes com o gênero atribuído no nascimento. Quando as mulheres transexuais e as travestis começam a questionar o gênero atribuído a elas no nascimento, passam a sofrer violências físicas e psicológicas dentro de suas famílias.

O preconceito presente nas relações familiares fragiliza e rompe os vínculos das mulheres transexuais e das travestis com suas famílias. As famílias são o primeiro lugar onde essas mulheres passam a sofrer transfobia materializada em diversos tipos de violência que acarretam no rompimento dos vínculos. O rompimento dos vínculos familiares expõe as mulheres transexuais e as travestis a situações de vulnerabilidade e risco social como a situação de rua.

O preconceito reproduzido nas relações familiares desencadeia o rompimento dos vínculos familiares que conduz as mulheres transexuais e as travestis a situação de rua. A situação de rua expõe as mulheres a outras violências decorrentes da transfobia, no entanto, esse espaço se mostra como um espaço onde é permitido

serem quem são, ou seja, expressar sua identidade de gênero sem a repressão da família. Embora a rua imponha obstáculos objetivos e subjetivos a adequação de sua identidade de gênero, muitas criam vínculos de amizade que garantem proteção aos riscos impostos pela situação de rua.

O preconceito reproduzido nas relações escolares das mulheres transexuais e das travestis também é um obstáculo encontrado por elas quando vivenciam etapas da vida social. O preconceito baseado em preceitos morais e modelos que ditam o que é ser homem e ser mulher na sociedade, tem impacto direto nas relações estabelecidas por mulheres transexuais e pelas travestis na escola, uma vez que estas contrariam estes preceitos que entendem o gênero fechado na lógica binarista de homem e mulher definidos pelo genital no qual, quem tem pênis é homem e quem tem vagina é mulher.

A não inclusão das discussões de gênero e sexualidade no Plano Nacional da Educação pelo pressão de setores conservadores da sociedade na classe política também conservadora, expressa a transfobia produzida na sociedade e continuará ser reproduzida nas relações escolares. A escola é vista como um espaço privilegiado para a reprodução da transfobia e um dos artificios utilizados pela ideologia burguesa ao reproduzir a transfobia é a utilização de brinquedos divididos em brinquedos para meninos e brinquedos para meninas. Soma-se a isso, a reprodução de valores religiosos por parte dos professores na educação das crianças.

A reprodução do preconceito nas relações escolares produz o bullying através da negação da identidade de gênero e através de ofensas e agressões físicas sofridas por essas mulheres na escola. A repetição sistemática das violências sofridas na escola acaba favorecendo a evasão escolar dessas mulheres.

Sem a conclusão da educação básica, devido a evasão escolar, encontram dificuldades para buscar qualificação profissional e assim se inserir no mercado formal de trabalho. O preconceito presente nas relações sociais se somam a evasão escolar e acabam dificultando o acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho formal.

Sem acesso ao mercado de trabalho formal, a grande maioria dessas mulheres buscam na realização de atividades informais meios para garantir a sua subsistência. O preconceito perpassa suas vivências também na realização de

atividades informais, empurrando elas para a realização de trabalhos ainda mais precários como meios para garantir a manutenção de suas vidas. É nesse movimento da realidade que muitas são empurradas para o trabalho sexual no mercado do sexo.

As produções bibliográficas do serviço social demonstram que as mulheres transexuais e as travestis que obtêm ganhos consideráveis como profissionais no mercado do sexo, fazem remessas às suas famílias para mantê-las economicamente.

As remessas de dinheiro que as mulheres transexuais e as travestis fazem para suas famílias permite a reaproximação com suas famílias. Familiares que, em um primeiro momento, reproduzem o preconceito nas relações familiares que determinam violências físicas e psicológicas contra essas mulheres, em um segundo momento permitem a reaproximação sendo essa mediada pelo dinheiro ganho no mercado sexo.

A reaproximação mediada pelo dinheiro revela as relações alienadas entre as mulheres transexuais e as travestis e seus familiares, pois essa reaproximação não ocorre através da compreensão e do respeito a identidade de gênero das mulheres transexuais e travestis, mas pelo dinheiro que estas proporcionam. Podendo não haver interesse na recuperação e no fortalecimento dos vínculos familiares rompidos ao reproduzirem o preconceito contra as mulheres transexuais e as travestis.

Ao buscar responder como as produções bibliográficas do serviço social vem abordando as relações de trabalho de mulheres transexuais e das travestis no mercado do sexo constatamos que as demandas de afirmação da identidade tornam mulheres transexuais e travestis vulneráveis às propostas de investimentos em seus corpos por meio de cirurgias plásticas financiadas por cafetões e cafetinas.

Mulheres travestis e transexuais buscam se adequar a padrões estéticos de gênero através de procedimentos que incluem cirurgias plásticas dentre outros procedimentos. Esses procedimentos podem ou não ser realizados a depender do dinheiro ganho no trabalho no mercado do sexo. A maioria não consegue realizar esses procedimentos, pois o dinheiro ganho é usado para suprir suas necessidades mais imediatas e não sobra para que realizem os procedimentos.

A impossibilidade de pagarem pelos procedimentos vistos por elas como necessários para a adequação de suas identidades, as mulheres transexuais e as

travestis ficam vulneráveis a propostas de qualquer tipo para que possam realizar estes procedimentos.

Entre essas propostas está o financiamento proporcionado por cafetões e cafetinas que atuam explorando o trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo. Os procedimentos financiados por cafetões e cafetinas proporciona o pagamento da adequação desejada e, contraditoriamente a isso, endivida as mulheres durante um longo tempo.

O endividamento com cafetões e cafetinas faz com que a exploração que sofrem no mercado do sexo seja potencializada ao realizem cada vez mais trabalhos para o pagamento da dívida. Enquanto isso, os cafetões e cafetinas buscam novas formas, como induzi-las ao uso de drogas ilícitas, para aumentar o endividamento dessas mulheres com eles.

As relações de servidão de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo se assemelha a escravidão, devido ao seu grande endividamento essas mulheres passam a trabalhar para pagar as suas dívidas com cafetões e cafetinas, ficando somente com o necessário para que possam se alimentar.

A ideologia dominante reproduz a transfobia que se expressa em violências físicas e psicológicas contra as mulheres transexuais e travestis no trabalho realizado como profissionais do sexo. A ideologia dominante desempenha um papel de reforçar estigmas sobre as mulheres transexuais e as travestis, através dos seus aparelhos ideológicos reproduz preceitos morais do que certo e errado para homens e mulheres e reforça o preconceito com mulheres transexuais e travestis por estarem fora do que é tido como padrão.

O preconceito com mulheres transexuais e travestis constitui a transfobia e essa se expressa no cotidiano dessas mulheres em forma de violências físicas e psicológicas nas mais diversas relações sociais que estabelecem, assim como ocorre em suas relações no mercado do sexo. No entanto, essas violências também favorecem a constituição de laços de solidariedade e sociabilidade no trabalho, pois se unem para resistir às violências nos locais onde trabalham.

As mulheres transexuais e as travestis que desempenham trabalho sexual no mercado do sexo sofrem violências que são potencializadas pela transfobia e pelo caráter imoral, criminalizado e sujo atribuído e essa atividade por setores conservadores e também por setores progressistas da sociedade.

Neste sentido, salientamos a importância do tema da diversidade sexual e de gênero na educação, primando pela discussão nas escolas, com formações sobre o tema voltadas aos professores, abordando a importância do tema na atualidade, visto que este tema foi, durante anos, ignorado em diferentes espaços sociais. Entendemos que há uma disputa de narrativas socialmente construídas em que, de um lado estão aqueles que tentam negar a existência da diversidade sexual e de gênero em defesa de modelos ideais de homem, de mulher e de família. E do outro lado estão aqueles que não se identificam com os modelos ideais prescritos pela sociedade heterossexual, racista e patriarcal, e que são violentados desde os primeiros anos de suas vidas, podendo ser mortos simplesmente por serem quem são. Ressaltamos a primazia da discussão diversidade humana nos primeiros anos de vida escolar, tendo em vista os esforços realizados na atualidade visando a inclusão de LGBTQIA+ em universidades e cursos técnicos de profissionalização. Estes esforços são válidos, mas não são suficientes, pois não abrangem aqueles LGBTQIA+ que evadiram da escola em decorrência do preconceito sofrido. Sem a conclusão da educação básica, muitos não tem como acessar as vagas reservadas pelas políticas de ações afirmativas oferecidas a este público.

Estudos sobre a diversidade sexual e de gênero são recentes na categoria profissional, mas o atendimento a este público não é novo, cabe, portanto, ao Serviço Social estar preparado para atendê-los, visto que dentre os LGBTQIA+ há demandas que são gerais e há demandas que são particulares a identidade de cada membro da sigla. As demandas de lésbicas podem ser diferentes de gays, assim como, as demandas de gays podem ser diferentes de homens trans e também, as demandas de mulheres trans lésbicas podem ser diferentes de mulheres cisgênero lésbicas. Ressaltamos que os profissionais devem estar atentos a estas particularidades no atendimento deste público, pois isso poderá contribuir com o processo de conhecimento necessário a execução do trabalho. Os dados sobre a vivência de mulheres transexuais e travestis no Brasil são assustadores, demonstram o quanto as violências que sofrem está inserida na dinâmica de classes e revelam o não interesse de mudança por parte da classe dominante.

O crescimento no número de produções na área do Serviço Social, sobre diversidade sexual e de gênero, revela a preocupação da categoria em contribuir com o conhecimento acerca deste tema. Este movimento tem origem em grande

parte de profissionais que atuam ou já atuaram com LGBTQIA+ e conhecem a realidade deste seguimento e as dificuldades encontradas no acesso a direitos. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) tem contribuído com subsídios para os profissionais, através da série de cadernos intitulados *Assistente Social no Combate ao Preconceito*, no qual aborda inúmeras formas de preconceito difundidos na sociedade de classes. Entre estes está o caderno que aborda a *Transfobia*, como um importante instrumento que dará subsídios para os profissionais que atuam nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais onde se inserem os assistentes sociais. No entanto, pensamos que estes esforços não devem ser apenas pontuais, mas sistemáticos. Devem ser elaboradas formas de abordagem do tema da diversidade sexual e de gênero nos planos políticos pedagógicos dos cursos de Serviço de Social. Assim o tema não fica à mercê de escolhas individuais de professores que podem escolher ou não abordar. A abordagem deve ser incluída e posterior a isso, os cursos de graduação em Serviço Social devem debater a forma como essa abordagem será realizada, se em forma de uma nova disciplina, de forma transversal nas disciplinas já existentes ou nas duas formas respectivamente.

As experiências de assistentes sociais junto aos movimentos sociais de LGBTQIA+ tem mostrado como o trabalho realizado pode contribuir com a superação de processos de violência vivenciado por LGBTQIA+. O trabalho realizado nos movimentos sociais LGBTQIA+ contribuem com a organização destes em um espaço de acolhimento de suas demandas e de organização para a luta pela inscrição de suas pautas no âmbito do estado. A exemplo disso, temos o movimento social Girassol, amigos na diversidade, na cidade de São Borja-RS, que, em trabalho realizado há mais de dez anos, vem dialogando e articulando com diferentes instituições e entidades da sociedade civil o atendimento das pautas LGBTQIA+ na cidade e região. Uma delas, a instalação do ambulatório de saúde LGBTQIA+ na cidade de São Borja fornecendo atendimento à LGBTQIA+ de São Borja e região com profissionais do Serviço Social, da psicologia, da medicina.

Para análise das bibliografias que compuseram o corpus de análise deste estudo, tomamos como ponto de partida, ou ponto de referência, o trabalho sexual realizado pelas mulheres transexuais e pelas travestis como trabalho. Importante salientar o entendimento do trabalho sexual como trabalho quando vemos setores, ditos progressistas, na sociedade defendendo a posição contrária a esta, ou seja,

afirmando a não caracterização do trabalho sexual como trabalho. Defendemos a autonomia das mulheres transexuais e travestis trabalhadoras sexuais na defesa de suas pautas e defendemos que não cabe aos estudiosos do tema, setores progressistas da sociedade ou categorias profissionais decidir o alcance de suas pautas e de suas lutas, mas sobretudo a elas próprias. Reforçamos a importância da luta das trabalhadoras sexuais como parte integrante da luta da classe trabalhadora, porque elas também compõem a classe trabalhadora, uma vez que não detém os meios de produção e tem somente a venda de sua força de trabalho para a produção e reprodução de suas vidas. Estas mulheres vivenciam processos sociais que induzem a vivências precárias, assim como uma grande parcela da classe trabalhadora que não realiza trabalho sexual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. Ed. Boitempo, 1999.

ALVES, G. **Dimensão da reestruturação produtiva**: ensaios da sociologia do trabalho. Ed. Práxis. 2º ed. 2009.

BARDIN, L. **A análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social**: Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som**: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2019**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2021**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. - Zahar, 2012.

BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRAZ, E. C. **Travestis e (re)ações à violência sofrida nos espaços de prostituição na cidade de Campina Grande-PB**. Dissertação de mestrado, Campina Grande, UEPB, 2016.

DUARTE, J. B. **Entre os estigmas e a desconstrução**: reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a identidade de gênero de travestis e de transexuais. Dissertação de mestrado, Universidade estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

CAFIEIRO, Carlo. **Compêndio capital**. São Paulo. Hunterbooks, 2014.

CARVALHO; RABAY. **Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil**. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(1): 312, janeiro-abril/2015.

CHAUÍ, M. (1980). **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social** - São Paulo: Cortez, 2018. – (Biblioteca básica do serviço social; v.8).

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FEDORKO, B. & BERREDO, L. **O círculo vicioso da violência: pessoas trans e gêneros diversas, migração e trabalho sexual**. Vol. 19. outubro, 2017. TransgenderEurope (TGEU).

FERREIRA, G. G. **Donas de rua, vidas lixadas: interseccionalidades e marcadores sociais nas experiências de travestis com o crime e o castigo**. Tese de doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2018.

FILHO, A. T. **Uma Questão De Gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Cadernos Pagu, n. 24, p.127-152, jan./jul. 2005.

FLORES, J. H. **A reinvenção dos direitos humanos**. -Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FRANÇA, M. **A vida pessoal de trabalhadoras do sexo: dilemas de mulheres de classes populares**. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana ISSN 1984-6487 / n. 25 - abr. / abr. / apr. 2017 - pp.134-155.

GARCIA, C. C.; SILVA, F. M.; SANCHEZ, M. H.; **Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.138, p. 321-341, maio/ago. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GUARESCHI, P. A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. Porto Alegre, mundo jovem, 1985.

Haraway, D. J. (1995). **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.

IAMAMOTO, Marilda. **A Questão Social no Capitalismo**. In: Revista Temporalis 3- Ano II, Nº 3, Jan./Jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, p.09-32.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIAS E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

_____. **Estimativas da População**. Disponível em: <<https://www2.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/29103-estimativas-de-populacao.html1=&t=downloads>>. Acesso em: 29 junho de 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de Lima. As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social**. Florianópolis: UFSC/CSE/PGSS, 2006. Orientadora: Regina Célia TamasoMiotto.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Calor Nelson Coutinho. – São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAGNO L. et al. **Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero**: revisão sistemática. Cad. Saúde Pública 2019; 35(4):e00112718. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas nas pesquisas em serviço Social. In: MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999, p.19-29.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Volume I. Ed. Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo – SP, 1996.

MASCARO, A. L. **Crise e Pandemia [recurso eletrônico]** – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital.

NAVAS, K. M. **Vidas e corpos em trânsito**: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital. Tese de doutorado, São Paulo, PUCSP, 2016.

NASCIMENTO, A. C. O. **Divisão sexual dos brinquedos infantis**: uma reprodução da ideologia patriarcal. Dissertação de mestrado, UERN, Mossoró, 2017.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional, 2003.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. - 1.ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. v. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, T. L. “**Meu corpo um campo de batalha**”: a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital. Dissertação de mestrado, Natal, UFRN, 2016.

PELÚCIO, L. **Na noite nem todos os gatos são pardos**: Notas sobre a prostituição travesti. Cadernos pagu (25), julho-dezembro de 2005, pp.217-248.

PEREIRA, A. A. **Exploração sexual**: a condição de vida das filhas da classe trabalhadora. Dissertação de mestrado, PUCSP, São Paulo, 2015.

PINTO, T. P. et al. **Silicone líquido industrial para transformar o corpo**: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais. São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública. 2017; 33(7):e00113316.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PRADO JUNIOR, C. **Teoria Marxista do Conhecimento e método materialista dialético**. - *IN DISCURSO* – Revista do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ano IV, nº4, pp. 41-78, 1973.

PRATES, Jane Cruz. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social. Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2003.

ROBAINA, I. M. M. **Entre mobilidades e permanências**: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2015.

SAFFIOTI H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. – Coleção Brasil Urgente.

SANTOS; A. M.; GROSSI; P. K.; SCHERER, P. T. **Bullyng nas escolas**: a metodolgia dos círculos restaurativos. Educação. Porto Alegre, impresso, v. 37, n. 2, p. 278- 287, maio-ago. 2014.

SANTOS, Josiane. **Questão Social: Particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, R. S. **Travestis em situação de rua na cidade de São Paulo**: aproximações à realidade social e às intervenções da política de assistência social. Dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade Cruzeiro do Sul, 2015

SEFFNER, Fernando. Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: pensando algumas situações brasileiras In: Venturi, G.; Bokany, V. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SERPA M. G.; FELIPE, J. **O conceito de exploração sexual e seus tensionamentos:** para além da dicotomia vitimização-exploração. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 27(1): e49509 DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n149509.

SILVA, M. S. B. **A experiência de mulheres em situação de rua:** uma análise interseccional. Dissertação de mestrado. UEPB, Campina Grande, 2019.

SILVA, José Fernando S. da. O método em Marx e o estudo da violência estrutural. **Revista Serviço Social e Realidade**, v. 13, n. 2, Franca/SP, 2004.

SIMPSON, k. Travestis: entre a atração e a aversão In: Venturi, G.; Bokany, V. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SOARES, L. G. C. **Mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade Santo André:** estratégia de enfrentamento. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC-SP - 2018.

THOMPSON, E. P. (1978). **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, M. C.; DEGENSZAJN, R. R.; PAZ R. D. O. **Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo.** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 134, p. 7-12, jan./abr. 2019.

APÊNDICE I

Instrumento de coleta de dados bibliográficos

PESQUISA: O trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo.

I. IDENTIFICAÇÃO

Bibliografia consultada:

Ano:

Disponível em:

Autor:

II Expressões da Questão Social vivenciadas pelas mulheres transexuais e travestis identificadas nas produções do Serviço Social:

III. Abordagem das relações de trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo identificadas nas produções do Serviço Social: